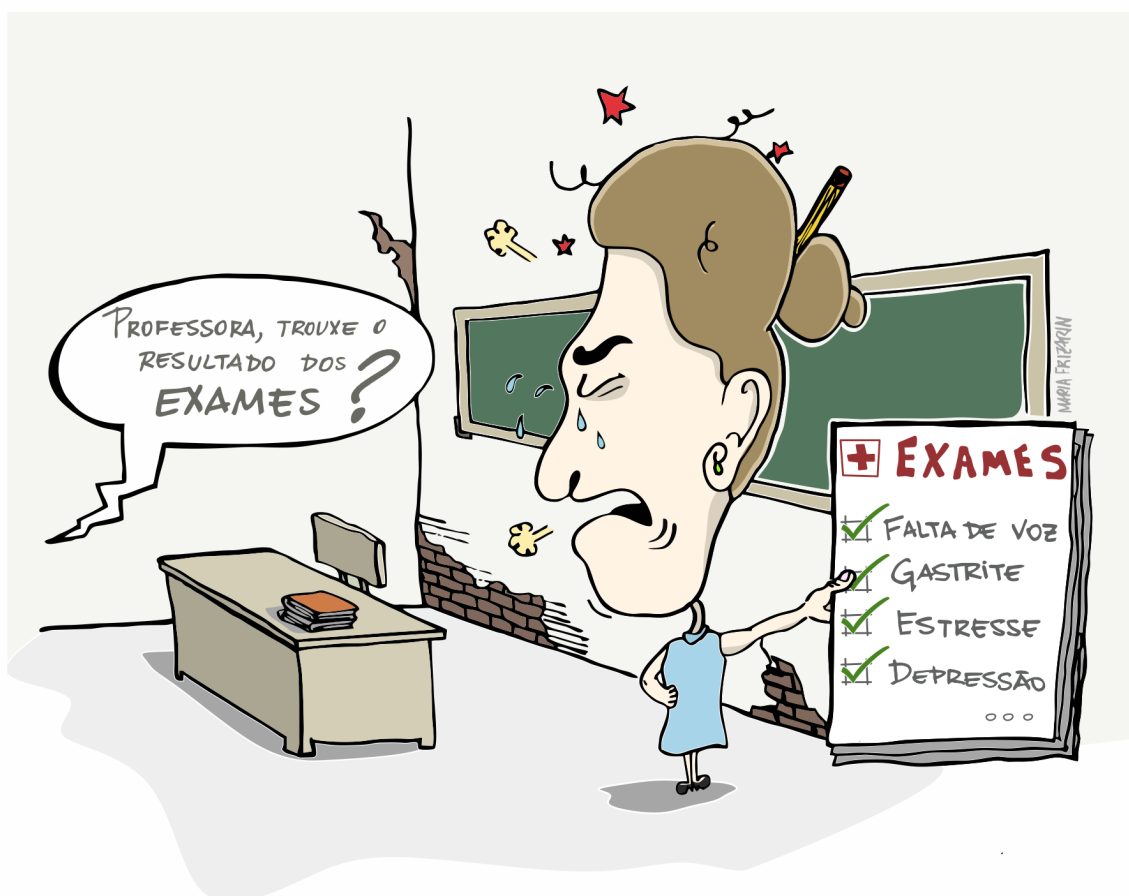


TRABALHO E ADOECIMENTO:

UMA ANÁLISE DO PROFESSORADO PAULISTA
SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA



Anna Paulla Artero Vilela

Presidente Prudente
2019

ANNA PAULLA ARTERO VILELA

**TRABALHO E ADOECIMENTO: UMA ANÁLISE DO PROFESSORADO
PAULISTA SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA**

**PRESIDENTE PRUDENTE
2019**

ANNA PAULLA ARTERO VILELA

**TRABALHO E ADOECIMENTO: UMA ANÁLISE DO PROFESSORADO
PAULISTA SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA**

Dissertação submetido ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho FCT/UNESP – Presidente Prudente, para obtenção do título de Mestre em Geografia, sob financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), processo nº2016/09273-8.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula.

**Presidente Prudente – SP
2019**



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

Câmpus de Presidente Prudente

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: TRABALHO E ADOECIMENTO: UMA ANÁLISE DO PROFESSORADO
PAULISTA SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA

AUTORA: ANNA PAULLA ARTERO VILELA
ORIENTADOR: RICARDO PIRES DE PAULA

Aprovada como parte das exigências para obtenção do Título de Mestra em GEOGRAFIA, área:
Produção do Espaço Geográfico pela Comissão Examinadora:

Prof. Dr. RICARDO PIRES DE PAULA
Departamento de Geografia / FCT/UNESP

Prof. Dr. MARCELO DORNELIS CARVALHAL
Campus de Ourinhos / Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho

Prof. Dr. FERNANDO MENDONÇA HECK
Câmpus Avançado de Tupã / Instituto Federal de São Paulo - IFSP - Tupã/SP

Presidente Prudente, 15 de março de 2019

FICHA CATALOGRÁFICA

V699t	Vilela, Anna Paulla Artero Trabalho e adoecimento : uma análise do professorado paulista sob a perspectiva da geografia / Anna Paulla Artero Vilela. -- Presidente Prudente, 2019 146 p. : il., tabs., mapas Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente Orientador: Ricardo Pires de Paula 1. Trabalho docente. 2. Precarização. 3. APEOESP. I. Título.
-------	---

DEDICATÓRIA

Dedico esse trabalho aos professores e professoras, grandes guerreiros, que lutam diariamente por melhores condições de trabalho, em especial ao professor Mauricio Aiolde, que me ensinou o verdadeiro sentido e significado de se ter garra e dedicação em uma luta que é para o bem de todos.

AGRADECIMENTOS

É muito bom poder agradecer quem ajudou a construir este trabalho e, além disso, pessoas que até o presente momento fizeram parte desta trajetória ao meu lado, superando cada obstáculo.

Primeiramente, gostaria de agradecer ao meu orientador, Ricardo Pires de Paula, pela presença, dedicação em me ajudar na construção deste trabalho, pois sei que ele precisou de muita paciência nos muitos obstáculos que apareceram, mas sempre esteve ao meu lado confiante.

A minha família, aos meu pais, Dona Ana e Ademar Vilela. Aos meus irmãos, Bruno e Diogo; aos meus sobrinhos, Ana Clara e Enzo e a minha cunhada Livia. Família muito intensa, são minhas referências de como viver no limite da emoção.

O Vinicius, meu parceiro, que sempre esteve ao meu lado, desde a graduação, ajudando e apoiando e, principalmente, confiando na minha capacidade. Você é muito maravilhoso e entrou na minha vida com muito carinho e amor.

Aos meus amigos de Assis, André, Cledir, Daiane, Diego, Neto, Rafael, Sara, Suzana, Tonho e Yara, que contribuíram com muitas conversas e apoio psicológico.

Às repúblicas em que morei, aos amigos que fiz nelas e que conviveram com minhas angústias e alegrias. Aos amigos Aislan, Alisson, Bacarin, Felipe Melo, Nanny, Ritiele e Thiago. Vocês moram no meu coração.

Aos amigos do grupo de pesquisa, Giovana, Maria, Diogenes, Franciele, Jane, Lucas, Gustavo, Ian, Fredi, Robin Zoom, Diego, Fernando, Angela e vários outros cegeteiros(as), pois nossa família é grande e não poderia deixar de mencionar a contribuição dos aprendizados e diálogos que foram proporcionados neste período.

Aos professores Doriedson e André, que ajudaram nesta trajetória, ainda que o Dori seja muito escorregadio aos nossos encontros, conseguimos debater muito sobre a educação.

Aos vários colegas da faculdade inesquecíveis, Rodolfo Medeiros, Rodolfo de Souza, Guilherme Claudino, Pimenta, Jhonatan, Aline, Bia, Diego, Felipe, Marcelo, José, Juninho, Renata, Adriano, Dayane, Flaviane, Verissimo, Samara, Regis, Washington, Mari, Marcos, Daniel, Cintia, André, Raphael, Mineiro, Alessandra, Gatti, Viviane, Barbara, Paçoca, Diana, Renata Menezes, Maria Beatriz, Sérgio, Raphael Gregório, Michele, Leandro, Priscila, Willian, Jefferson e outros, que estiveram presente em vários momentos da minha

vida, ao escrever o nome de vocês, foram passando lembranças carinhosas e como vivi momentos bons e felizes com todos.

Gratidão à linda da Maria, que fez essa belíssima arte, que é capa deste trabalho.

Aos colegas que conheci em Prudente e que não são do meio acadêmico, mas me ajudaram muito, como o Marcelinho, Eduardo, Matheus, Cida, Jorge, David, Joãozinho, Bastazin, Larissa, Juninho, Bia, Dona Argentina, Lula, entre outros, que satisfação conhecê-los, já moram no meu coração.

Aos funcionários da seção de pós, Aline, Cinthia, André, Ivonete, Lincoln e aos estagiários, sempre maravilhosos no suporte acadêmico, nunca vou esquecer desse carinho e dedicação.

À Raquel Varela, por me receber com muito carinho em Portugal, assim como Jorge, Luisa e Pamela, que fazem parte do Grupo de Estudos do Trabalho e Conflitos Sociais, do qual a professora é coordenadora.

Aos docentes maravilhosos que contribuíram não apenas com meu crescimento pessoal e amadurecimento acadêmico referente ao saber geográfico, mas com uma semente plantada para o futuro em prol de uma sociedade justa.

Sou muito agradecida ao apoio institucional à pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Geografia FCT-UNESP/ Presidente Prudente e à Universidade Nova de Lisboa; também à bolsa concedida mediante o processo nº2016/09273-8, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP); pela Bolsa de Estágio no Exterior – BEPE, nº2017/25335-6, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP).

À APEOESP – Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, sem seu apoio nada disso seria possível.

À FCT-UNESP/PP e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela oportunidade de cursar a graduação e mestrado em uma Universidade Pública de qualidade.

Enfim, a todos que contribuíram e ensinaram nesse caminho de lutas diárias!

EPÍGRAFE

*Um guerreiro sem espada
sem faca, foice ou facão
armado só de amor
segurando um giz na mão
o livro é seu escudo
que lhe protege de tudo
que possa lhe causar dor
por isso eu tenho dito
Tenho fé e acredito
na força do professor.
(Bráulio Bessa)*

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação aborda as atividades desenvolvidas na pesquisa de mestrado intitulada “TRABALHO E ADOECIMENTO: UMA ANÁLISE DO PROFESSORADO PAULISTA SOB A PERSPECTIVA DA GEOGRAFIA”, desenvolvido junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologias de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, sob orientação do Prof. Dr. Ricardo Pires de Paula.

O trabalho coletivo no grupo de pesquisa, como no Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – CEGeT, tem contribuído para dinamizar a realização das atividades e fortalecer o debate sobre a temática do mundo do trabalho e, mais especificamente, o trabalho docente. O estabelecimento de diálogos e vivências com outras realidades tem o objetivo de buscar avançar coletivamente o conhecimento científico, bem como o enriquecimento das pesquisas desenvolvidas no grupo. Nesse sentido, é importante registrar que a participação do grupo nas atividades acadêmicas permite que as discussões avancem teoricamente.

Esta pesquisa de mestrado teve como objetivo central compreender a relação entre o processo de precarização das condições de trabalho e os agravos à saúde de docentes do Estado de São Paulo, bem como suas formas de enfrentamento das questões relativas ao mundo do trabalho, através do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP).

RESUMO: O ambiente escolar, de atuação dos docentes, vem se transformando em lócus de adoecimento e outras formas de sofrimento ao professorado diante de um contexto de precarização nas formas de contratação e de degradação do trabalho docente. Esta pesquisa buscou realizar uma análise das condições de trabalho e as formas de adoecimento que acometem os docentes do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, fazendo com que alguns venham a procurar o sindicato da categoria (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP) a fim de impetrar processos contra o Estado de São Paulo. O recorte em analisado foi o estado de São Paulo e contou com a análise do banco de dados do sindicato, referente a processos jurídicos relativos ao adoecimento e à transgressão dos direitos trabalhistas não respeitados. A análise permitiu constatar que o adoecimento aconteceu no ambiente laboral na maioria dos casos estudados. Além disso, é possível verificar que Leis, Decretos e Resoluções podem estar contribuindo significativamente com o agravamento às condições de saúde dos docentes. Desta forma, convém discutir como o Sindicato tem atuado no enfrentamento a esses problemas, suas dificuldades institucionais e lutas para que se possam satisfazer as demandas existentes diante deste cenário.

Palavras chave: trabalho docente / precarização / adoecimento / APEOESP

ABSTRACT: The teachers' school environment has been becoming a locus of illness and other forms of suffering for teachers in the face of a precarious context in contracting forms and degradation of teaching work. This research sought to perform an analysis of working conditions and forms of illness that affect the teachers of the official education of São Paulo state, causing some to come to the union of the category (Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo - APEOESP) in order to file lawsuits against the State of São Paulo. The analysis area was the State of São Paulo, with the analysis of the teacher union's database, referring to legal processes related to illness and violation of non-respected labor rights. The analysis showed that the illness occurred in the work environment in most of the studied cases. In addition, it is possible to verify that Laws, Decrees and Resolutions may be contributing significantly with the aggravation of the health conditions of the teachers. In this way, it is convenient to discuss how the teacher union has acted in facing these problems, its institutional difficulties and struggles so that it can satisfy the existing demands in this scenario.

Keywords: Teacher Work / Precariousness / Illness / APEOESP.

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Localização da área de estudo.	24
Figura 2 - Charge Salário Professor.....	60
Figura 3 - Linha do tempo das Leis, Leis Complementares (L.C.), decretos (D.) e resoluções (R.).....	66
Figura 4 - Gráfico Principais Sintomas	67
Figura 5 - Gráfico Doenças com Diagnóstico Confirmado.....	68
Figura 6 - Espacialização da Síndrome de Burnout em escala global	71
Figura 7 – Percentuais de docentes acometidos por sintomas relacionados à Síndrome de Burnou	74
Figura 8 - Quadro de Discriminação contra o Professor.....	75
Figura 9 – Porcentagem de docentes que necessitam complementar sua senda em outras atividades.....	76
Figura 10 - Jornada inadequada	76
Figura 11 - Gráfico Salários Baixos	77
Figura 12 - Municípios de atendimento das Subsedes	79
Figura 13 - Localização das Subsedes na Grande São Paulo e Capital.....	84
Figura 14 - Localização dos municípios que abrigam as subsedes	85
Figura 15 - APEOESP principais acontecimentos e conquistas no período entre 1980 a 2015	86
Figura 16 - Governadores do Estado de São Paulo 1979 – 2019.....	95
Figura 17 - Quadro do número de Licença Saúde Para o próprio servidor da Secretaria da Educação, nos cargos Professor de Educação Básica I e Professor de Educação Básica II com parecer favorável no 1º resultado, por ano de publicação	125
Figura 18 - Quantidade de perícias de Readaptação/Manutenção Favorável publicadas da Secretaria da Educação, nos cargos Professor de Educação Básica I e Professor de Educação Básica II por polo municipal do Estado de São Paulo	128
Figura 19 - Aposentadoria por Invalidez - Secretaria de Estado da Educação, cargos Professor de Educação Básica I e II - destaque as aposentadorias concedidas com diagnósticos por transtornos metais e comportamentais.....	129

LISTA DE TABELA

Tabela 1 - Rendimento Real dos Professores das Redes Estaduais e Municipais no Trabalho Principal segundo Região, Jornada de Trabalho Semanal de 30 Horas – Brasil 2002-2013	55
Tabela 2 - Tabela Média Salarial do Salário Mínimo e Necessário	55
Tabela 3 - Sintomas da Síndrome de Burnout	73
Tabela 4 - Áreas que abrangem cada subsede	80
Tabela 5 - Dados sobre os processos coletivos.....	121
Tabela 6 - Dados sobre os processos individuais	122

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Número de docentes total e por áreas da educação básica.....	49
Gráfico 2 – Número de docentes distribuídos por regiões geográficas	50
Gráfico 3 - Docentes sobre o percentual em gênero.....	51
Gráfico 4 – Número de docentes distribuídos de acordo com a faixa etária	51
Gráfico 5 – Número de docentes distribuídos de acordo com a formação acadêmica	52
Gráfico 6 - Docentes da Rede Estadual Pública de acordo com o tipo de vínculo com o Estado	53
Gráfico 7 - Docentes da Rede Estadual Pública no Ensino Fundamental conforme localização geográfica	53
Gráfico 8 - Docentes da Rede Estadual Pública no Ensino Médio conforme localização	54
Gráfico 9 - Todos os pareceres das Perícias para licenças por motivo de saúde realizados nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017.....	125
Gráfico 10 - Total de perícias para licenças por motivo de saúde e Pareceres favoráveis às licenças	126
Gráfico 11 - Total de perícias para licenças por motivo de saúde e Pareceres favoráveis para Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo.....	126
Gráfico 12 - Total de perícias para licenças por motivo de saúde e Paraceres favoráveis para Doenças do aparelho respiratório	127

LISTA DE SIGLAS

ACTs = Admitidos em Caráter Temporário

APEOESP = Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo

BR = Bonificação por Resultados

CAAS = Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde

CAGED = Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CEGeT = Centro de Estudos de Geografia do Trabalho

CEFAMs = Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério

CEMOSi = Centro de Memória, Documentação e Hemeroteca Sindical “Florestan Fernandes”

CEPES = Centro de Educação Profissional Esperança

CETAS = Centro de Estudos do Trabalho, Ambiente e Saúde

CF = Constituição Federal

CID = Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde

CLT = Consolidação das Leis do Trabalho

CNE = Conselho Nacional de Educação

CNTE = Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

D = Dinheiro

D. = Decreto

DIEESE = Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DOE = Diário Oficial do Estado

DPME = Departamento de Perícias Médicas do Estado

EC = Emenda Constitucional

EJA = Educação de Jovens e Adultos

EUA = Estados Unidos da América

FAPESP = Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCT = Faculdade de Ciências e Tecnologia

FENPROF = Federação Nacional dos Professores

FIC = Formação Inicial Continuada

FUNDEB = Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GAM = Gratificação por Atividade no Magistério

GTCN = Gratificação por Trabalho no Curso Noturno
GPM = Guia de Perícia Médica
GTE = Gratificação de Trabalho Educacional
HTPs = Hora de Trabalho Pedagógico Coletivo
IAMSPE = Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual de São Paulo
IBGE = Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS = Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
INEP = Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INPC = Índice Nacional de Preços ao Consumidor
L = Lei
L.C. = Lei Complementar
LDB = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC = Ministério da Educação
MBI = Maslach Burnout Inventory
NR = Normas Regulamentadoras
OCDE = Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT = Organização Internacional do Trabalho
ONU = Organização das Nações Unidas
OP. CIT. = Obra Citada
PCP = Professor Coordenador Pedagógico
PDET = Programa de Disseminação das Estatísticas do Trabalho
PDS = Partido Democrático Social
PEB = Professor de Educação Básica
PEB I = Professor da Educação Básica I (atua nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental)
PEB II = Professor da Educação Básica II (atua nos Anos Finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio)
PFL = Partido da Frente Liberal
PMDB = Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNAD = Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PPGG = Programa de Pós-graduação em Geografia
PSB = Partido Socialista Brasileiro
PSDB = Partido da Social Democracia Brasileira
R. = Resolução
RAIS = Relação Anual de Informações Sociais

REDE ASTE = Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação

REDESTRADO = Rede Latino-Americana de Estudos sobre Trabalho Docente

SARESP = Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo

SCIELO = Scientific Electronic Library Online

SE = Secretaria da Educação

SEE = Secretaria de Estado de Educação

SIC = Sistema Integrado de Informações

SIDA = Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida

SIRGAS = Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas

UNESP = Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

UNINOVE = Universidade Nove de Julho

UTM = Universal Transversa de Mercator

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - ESCALAS GEOGRÁFICAS: UMA QUESTÃO DE MÉTODO PARA O ESTUDO DO TRABALHO E SAÚDE DOCENTE.....	25
1.1 Globalização e neoliberalismo	28
1.2 Trabalho e saúde dos trabalhadores sob o olhar da ciência geográfica	35
CAPÍTULO 2 - CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSORADO NO BRASIL	48
2.1 Dimensões e indicadores do professorado brasileiro	49
2.2 Fragmentação e adoecimento: a realidade do magistério paulista	60
CAPÍTULO 3 - RESISTÊNCIA COLETIVA E INDIVIDUAL DOS DOCENTES PAULISTAS.....	78
3.1 A mobilização política do professorado paulista	78
3.2 A luta jurídica dos professores adoecidos	97
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	133

INTRODUÇÃO

A Geografia do Trabalho se destaca por estudar questões que envolvem a relação entre sociedade e natureza. Diante disso, destaca-se que essa relação precisa acontecer de maneira saudável, pois a satisfação das necessidades materiais ocorre pela transformação dos elementos encontrados na natureza, ou seja, uma relação de trabalho, que cria condições para a concretização da cultura, do sentido social e material, a partir de técnicas desenvolvidas por práticas e hábitos. Na sociedade capitalista, urbana e industrial, tal mediação acontece através do apoderamento da natureza para a geração de lucro mediante apropriação da força de trabalho (LEFF, 2001; PORTO-GONÇALVES, 2015).

Para concretizar o lucro, é necessário que o sentido das práticas sociais desvincule as potencialidades humanas de criação de símbolos, signos e formas variadas de relacionamento com a natureza e os atire em uma nova lógica: a lógica mercantil. A isso Porto-Gonçalves (2015) denomina como o processo de “des-envolvimento”, ou seja, a retirada do envolvimento do ser humano com sua natureza original a fim de inseri-lo na nova lógica, que pressupõe a geração de riqueza, a competição, o individualismo, o consumo de mercadorias etc e crie condições para a contínua reprodução desse modelo.

Essa nova forma de relação com a natureza e com os outros seres humanos cria uma cultura que, para a sua re-produção, é necessário fomentar os pressupostos elencados anteriormente, os quais, por sua vez, têm o “trabalho” e suas relações como base. Assim se dá a espoliação do trabalho e da natureza, pois se perde seu sentido como relação entre ser humano-natureza-meio e, assim, a potencialização das capacidades criativas em favor da coletividade para produzir uma relação na qual o objetivo é a produção de mercadorias para serem vendidas e consumidas por uma sociedade que se torna cada vez mais individualista. Tais aspectos os quais são construídos a partir de conflitos cotidianos que estão em constante movimento.

Pensando nessa perspectiva, especificamente dos docentes da rede pública paulista, é importante ressaltar que a prática docente não está isenta dos pressupostos aos quais se refere Porto-Gonçalves (2015), ou seja, o de formar indivíduos capacitados para reproduzir a lógica capitalista. Em grande parte das vezes essa lógica não incentiva o desenvolvimento das capacidades humanas.

Diante da realidade na qual se encontra, a prática docente cotidiana, ao contrário de alguns discursos presentes na academia, não é favorável ao estímulo da curiosidade

epistemológica, à motivação, ao debate, à formação cidadã e política, mas está mais voltada para a formação técnica profissional, para a inserção do aluno no mercado de trabalho, ou seja, a relação docente-aluno está mais para a lógica capitalista. Desse modo, apreende-se que a lógica da sala de aula está sendo destrutiva, tanto para a formação cidadã do aluno, que não apresenta estímulo para o aprendizado, quanto para a atividade profissional do docente.

Na prática, para Farias (2016, p.45),

o ensino público tão reivindicado e finalmente conquistado, percebe-se que ainda resiste um modelo de educação preocupado em massificar a população, preparando-a essencialmente para o mercado de trabalho e formando sujeitos passivos frente à realidade capitalista desigual.

Neste sentido, o trabalho docente se depara com um cenário em que a teoria que lhe foi ensinada na Universidade destoa da prática, desde a relação aluno-professor, funcionários-professor, gestão pedagógica-professor, pais-professor, estrutura educacional-professor, entre outras relações possíveis dentro do ambiente escolar. Diante do protagonismo docente que está além do espaço da sala de aula e que, por isso, deve/deveria contribuir com a formação política e cidadã, é importante destacar que os problemas que afetam a saúde docente tem sido alvo crescente de preocupação em virtude de uma gama de questões e tensionamentos. As questões vão, assim, desde conflitos inerentes às atividades docentes até aos relacionados à estrutura física, política, pedagógica e burocrática da unidade escolar e do sistema educacional.

É preciso destacar que os problemas inerentes à docência vão desde aqueles com relação aos alunos, que chegam às escolas provindos de diversas realidades e, assim, trazem para o contexto escolar as mais variadas experiências, conflitos e objetivos; bem como o acesso às tecnologias pelos alunos em sala de aula, que acontece de maneira descontrolada e da parte do professores de maneira insuficiente; passa por entraves relacionados às estruturas burocráticas, administrativas e pedagógicas no âmbito da escola e em relação ao vínculo empregatício com o estado e até deficiências de sua própria formação. Enfim, toda essa gama de situações contribui para o desenvolvimento de transtornos físicos e psicológicos advindos da atividade.

Por outro lado, deve-se ter em mente que os transtornos decorrentes da prática docente não ficam limitados apenas ao ambiente escolar, mas extrapola para além de seus muros, reproduzindo-se no convívio familiar e em outros locais.

Os reflexos dessa gama de situações, que vão desde a precarização do ambiente escolar até a vida particular desse profissional, remetem ao mal-estar docente, uma expressão elaborada por Zaragoza (1999). O autor usa o termo para definir um incômodo indefinido, o

qual leva ao estresse e esgotamento devido aos enfrentamentos diários. O profissional afetado tem a necessidade do uso de outros equipamentos, como hospitais, clínicas, consultórios médicos e, em alguns, casos utiliza-se de convênios que oferecem assistência e atendimento à saúde, como, por exemplo, o servidor público do estado de São Paulo, que possui o IAMSPE – Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual, mas este, por sua vez, não realiza atendimento específico para tratar dessa problemática de forma adequada.

Além desses equipamentos, o sindicato da categoria, a APEOESP - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, também deveria/deve oferecer suporte e orientações adequadas no que se refere à problemática decorrente dos direitos contratuais em relação ao Estado, bem como outras questões que possam vir a afligir a prática docente.

O momento atual é marcado pela dominação político-jurídico dos governantes e tal dominação tem estabelecido novas maneiras de luta ao sindicato da categoria, as quais são materializadas via ações judiciais, como forma de enfrentamento por melhores condições de trabalho e para assegurar direitos conquistados, que, por sua vez, tramitam nas diversas instâncias da Justiça.

O sindicato tem se voltado para além das lutas coletivas, para questões individuais, em face da fragmentação da categoria docente e também do próprio processo de judicialização da política nos últimos tempos.

As etapas metodológicas para execução da pesquisa foram: referencial teórico, sistematização dos dados encontrados em bancos de dados e trabalhos de campo. As temáticas abordadas foram saúde docente, sindicato, APEOESP, trabalho, precarização do trabalho e espaço geográfico. Dentre o conjunto de autores que tratam das temáticas que foram abordadas na pesquisa, destaca-se Milton Santos, Antônio Thomaz Júnior, Rui Moreira, Ricardo Antunes, Giovanni Alves, Christophe Dejourn, Karl Marx, Ricardo Pires de Paula e Renato Hidaka.

O sindicato da categoria é a principal fonte de informações sobre os processos jurídicos impetrados contra o Estado. Ademais, foram organizados os trabalhos de campo na subsele da Apeoesp de Presidente Prudente, para analisar os processos jurídicos impetrados no sindicato, sob supervisão do advogado.

Outra fonte consiste na Diretoria do Departamento de Perícias Médicas do Estado de São Paulo – DPME, referente à condição de saúde docente, cujos dados foram fornecidos pelo Sistema Integrado de Informações - SIC. Além disso, os dados das pesquisas realizadas pela APEOESP foram necessários para compreender a saúde docente, assim como dados do INEP e DIEESE para realizar o perfil docente.

Mediante a análise dos dados, revisão bibliográfica e processos jurídicos, busca-se problematizar e discutir os mecanismos que contribuem para a intensificação da degradação laboral, além disso, procura-se abordar a atuação política do sindicato através da sua trajetória de lutas e conquistas.

Diante dos dados jurídicos, foram analisados 21 processos, que envolvem a vida funcional de 64 professores, os quais são representados por processos individuais ou coletivos. Nessa pesquisa, foram explorados 3 processos coletivos e 18 individuais.

Cabe ressaltar, que o recorte da pesquisa era a regional de Presidente Prudente conforme a delimitação geográfica da APEOESP, porém, face aos trabalhos de campo realizados na subsede de Presidente Prudente, constata-se que eram recolhidas as demandas jurídicas e enviadas para a sede central, que se localiza em São Paulo. Desta maneira, houve o rearranjo do recorte que passou a ser o estado de São Paulo (Figura 1), no qual procurou-se compreender a relação entre o processo de precarização das condições de trabalho e os agravos à saúde. Para isso, buscou-se entender as ações promovidas no âmbito da saúde docente pelo sindicato da categoria, APEOESP.

Além dessa introdução, a dissertação foi estruturada em três capítulos e algumas considerações, o qual foi projetado de acordo com os objetivos aqui propostos.

O capítulo I “Escala Geográfica: uma questão de método para o estudo do Trabalho e Saúde docente” teve como objetivo demonstrar a importância do método materialista histórico dialético. Para isso, foi necessário contextualizar as relações do método aqui proposto a princípio com a totalidade e, posteriormente, com a escala geográfica, que possibilitou detalhar brevemente as várias peculiaridades do mundo do trabalho em uma sociedade capitalista.

O capítulo II “Características e condições de trabalho do professorado no Brasil” teve como objetivo trazer o perfil docente no Brasil e discutir os rebatimentos de Leis, Decretos, Resoluções e Políticas que contribuem com a precarização do professorado paulista.

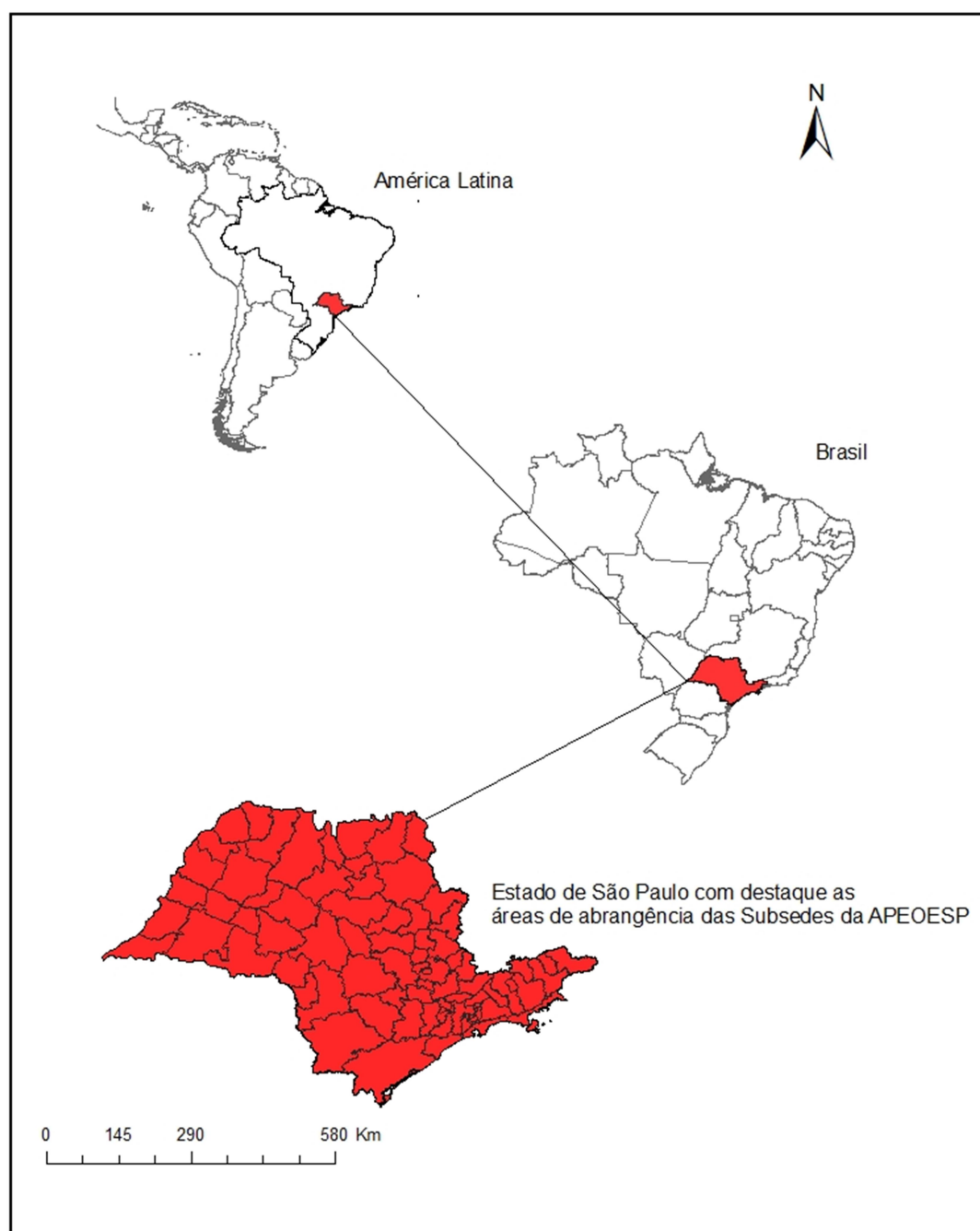
O capítulo III “Resistência coletiva e individual dos docentes paulistas” teve como objetivo analisar a APEOESP e suas ações frente ao cenário de precarização, para isso, foram analisadas as ações judiciais impetrada no sindicato, além disso, foram analisados dados da DPME que demonstram o adoecimento dos professores da rede do Estado de São Paulo.

Diante do exposto, essa pesquisa foi construída a fim de compreender as relações do mundo do trabalho na perspectiva geográfica através do ensino docente da rede pública do Estado de São Paulo. Partiu-se do pressuposto que a prática docente deve, assim, ser uma

atividade em que o profissional contribua com a formação crítica e cidadã dos alunos e que, por outro lado, estimule-os para seu próprio desenvolvimento, contribuindo, assim, para a quebra da lógica capitalista de trabalho.

Desse modo, essa pesquisa tem a intencionalidade de subsidiar a criação de políticas públicas na área da educação, a fim de promover a transformação da realidade escolar a qual encontra-se cada vez mais esvaziada de sentido.

Figura 1- Localização da área de estudo.



Fonte:
Limites: IBGE, 2010.
Orgs: Vinicius B. Stoqui & Anna Paulla
Artero Vilela

CAPÍTULO 1 - ESCALAS GEOGRÁFICAS: UMA QUESTÃO DE MÉTODO PARA O ESTUDO DO TRABALHO E SAÚDE DOCENTE

A totalidade se configura como um todo real de possíveis representações e conexões. Para se aproximar dessa realidade, são necessárias algumas mediações, possíveis de se concretizar a partir da escala geográfica (KOSIK, 2002).

Para iniciar o debate, é importante destacar que a escala geográfica sempre esteve muito associada à escala cartográfica, matemática e objetiva, porém, a escala geográfica transcende esta dimensão. Ela contém, em sua essência, as relações sociais, a apreensão da realidade, a relação entre a sociedade e a natureza, a relação ser-espaco-tempo, ou seja, possui um conteúdo abstrato de várias correlações e com muitas indefinições (SANTOS, 2008).

Desse modo, a escala geográfica é uma dimensão do pensamento abstrato de uma totalidade que está conectada e, por isso, necessita de uma mediação entre a intenção e a ação, não possuindo limites para seu entendimento passando da escala do corpo até a global, sendo, assim, um produto social (SOUZA, 2003).

Tais correlações e articulações escalares promovem o esclarecimento de pesquisas, objetos, conceitos, teorias etc. Neste sentido, fazem-se de suma importância diálogos entre as pesquisas que estão em desenvolvimento no campo geográfico e a escala geográfica.

Uma das principais características que marcaram o desenvolvimento do pensamento geográfico foi a de buscar compreender aspectos relacionados à interface sociedade-natureza. Através de tal mediação, o objeto de estudo que salta à percepção e que necessita de reflexão sistemática é a questão do trabalho humano, pois é através dessa relação que a sociedade produz valor e riqueza, os quais, por sua vez, estão indissociáveis da miséria e da pobreza (LEGUIZAMÓN, 2009).

Através das reflexões advindas dessa observação constata-se a construção, a partir da recuperação dos papéis dos sujeitos coletivos e seus conflitos cotidianos, o movimento da sociedade e, assim, seu sentido. Dessa forma, o sentido da sociedade é passível de estudo, bem como o sentido que um sujeito busca para sua vida pessoal e como se relaciona com a realidade na qual está inserido. Ou seja, busca-se compreender o papel dos sujeitos e suas relações com o trabalho, também objetivo de análises do campo da Geografia.

Nesse contexto, a ciência geográfica apresenta em suas discussões a Geografia do Trabalho, cujos eixos de estudo abordam a questão da precarização, os agravos à saúde dos

trabalhadores, organizações sindicais, movimentos sociais, migrações, questão de gênero, entre outros¹.

Para se compreender a relação entre sociedade e natureza, é necessário se pensar a partir de realidades distintas, sob o olhar de cada investigador, que carrega consigo um conjunto de experiências e escolhas que possibilite a correta compreensão da concretude da totalidade dentro de uma linha de pensamento. Por sua vez, é importante frisar que este olhar é sempre parcializado, fragmentado, repartido, dividido, etc. Com isso em mente, pode vir à tona uma questão: o que é, afinal, a totalidade?

A totalidade é pensada como sendo o diálogo necessário de forças que confluem num conflito constante de realidades, as quais estão em constante movimento e dificilmente se pode olhar através de uma perspectiva da conjuntura total, mas se podem alcançar, de modo fragmentado, realidades que se cruzam neste movimento.

Assim,

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. (SANTOS, 2012, p.15).

Deste modo, os pesquisadores necessitam fazer escolhas para poderem compreender o recorte que se propõem a estudar e que faz parte de algo maior. Assim o método utilizado em determinada investigação científica é sempre uma escolha gestada politicamente em uma história concreta de vida.

Partindo da concepção de que método é um procedimento ou caminho para alcançar determinado fim e que a finalidade da ciência é a busca do conhecimento, podemos dizer que o método científico é um conjunto de procedimentos adotados com o propósito de atingir o conhecimento. (PRODANOV, C.C; FREITAS, E. C., 2013, p. 24).

Está-se entendendo, portanto, que, ao decidir se aventurar no universo da pesquisa, é necessário que se façam opções teóricas e que posicione politicamente. Essa

¹ O Centro de Estudos de Geografia do Trabalho se propõe a desenvolver pesquisas e estudos sobre os diferentes assuntos que recobrem a temática do trabalho; sendo pois o trabalho visto e entendido enquanto materialidade do processo de metabolismo societário do capital, contemplando a reestruturação produtiva do capital, passando pelas experiências de sobrevivências dos trabalhadores, de resistência à proletarização, chegando ao assalariamento e as formas precarizadas, o mercado informal etc., bem como enquanto subjetividade portanto, ações que partem das instâncias organizativas dos trabalhadores na forma de expressões particulares do movimento operário (sindicatos, centrais, associações, cooperativas, movimentos sociais populares, etc.) e da classe trabalhadora em especial. Sendo assim, nos propomos a participar ativamente das discussões sobre as mudanças do trabalho nessa viragem do século XXI, de forma a contribuir criticamente com a apreensão da dinâmica territorial da sociedade, a partir da “leitura” geográfica, sem contar a interlocução necessária com as demais áreas do conhecimento e suas especialidades. Disponível em: <<http://ceget.fct.unesp.br/>>.

decisão nunca deve significar uma camisa de força, nem mesmo fechar o campo da crítica ou a possibilidade de mudar de ideia. No entanto, deve-se ficar atento, pois a inconsistência teórico-metodológica pode resultar em miscelâneas grosseiras de teorias que divergem radicalmente.

De acordo com essas afirmações, pode-se dizer que não há neutralidade na esfera da produção do conhecimento, e mais, que é um espaço onde acontecem constantes e importantes disputas políticas.

Neste trabalho, propõe-se desenvolver a pesquisa a partir do método dialético, assim

A dialética é o pensamento crítico que se propõe a compreender a “coisa em si” e sistematicamente se pergunta como é possível chegar a compreensão da realidade. Por isso é o oposto da sistematização doutrinária ou da romantização das representações comuns. (KOSIK, 2002 p.20).

O método dialético rompe com a ideia de dicotomia, que é o alicerce do pensamento lógico-formal, pois uma de suas premissas é a interação dos pares dialéticos que não estão em oposição, mas contidos um no outro num movimento contraditório. A busca por desvendar esse movimento é justamente o exercício do método Materialista Dialético.

Por não se tratar de um método idealista, mas sim materialista, parte da realidade objetiva e da investigação das relações sociais de produção que edificam a sociedade. Dessa forma, consegue estabelecer e explicar as tendências do modo de produção capitalista, com vistas à superação dessas relações.

A dialética da atividade e da passividade do conhecimento humano manifesta-se sobretudo no fato de que o homem, para conhecer as coisas em si, deve primeiro transformá-las em coisas para si; para conhecer as coisas como são independente de si, tem primeiro de submetê-las a própria práxis, para poder constatar como são elas quando não estão em contacto consigo, tem primeiro que entrar em contacto com elas. O conhecimento não é contemplação. (KOSIK, 2002, p. 28).

Por isso, esse é um método altamente propositivo, questiona a necessidade e o papel da ciência no mundo capitalista e, assim, a partir do movimento interacional da relação teoria e prática, sustenta sua metodologia na práxis revolucionária e na análise da luta de classes, que aparece enquanto dimensão histórica do método.

Karl Marx, o principal pensador que contribuiu para a sistematização do método Materialista Histórico Dialético, aponta para a importância da atuação revolucionária, prático-crítica, pois é exatamente na práxis que o homem tem a possibilidade de demonstrar a verdade de seu pensamento. O problema do pensamento humano não é um problema da teoria, mas sim um problema prático. “A vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que desviam a teoria para o misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na

compreensão dessa prática” (MARX 1845 apud MELLO , 1999, p. 07). Por conseguinte, não é possível compreender a complexidade das relações sociais a partir da análise do indivíduo de maneira isolada.

Uma das características que exemplificam o caráter do conceito de prática, nesse contexto, está na máxima de que não basta interpretar o mundo de forma diferente, mas sim modificá-lo. Assim se expressa uma das máximas do pensamento marxista, que tem a ver essencialmente com o método analítico em que se encontra.

Ao se referir à obra de Marx, Berman (1986), afirma que:

O que de mais valioso ele nos tem a oferecer, hoje, não é o caminho que permita sair das contradições da vida moderna, e sim um caminho mais seguro e mais profundo que nos coloque exatamente no cerne dessas contradições. (BERMAN,1986,p.125).

Por isso, ao se obscurecerem as relações de antagonismo de classe, que são o principal motor da história, está-se negando a contradição e fechando os olhos para os conflitos e para milhares de homens e mulheres que estão vivendo no limite da espoliação e da opressão de classe, de gênero e racial.

Em suma, este item teve a finalidade de problematizar a importância do método na busca de compreensão da realidade. Com isso, a seguir se pretende iniciar uma discussão sobre as escalas geográficas e suas possíveis relações, tais como o fenômeno da globalização e políticas neoliberais podem repercutir na escala local.

1.1 Globalização e neoliberalismo

As escalas espaciais representam aspectos fundamentais para a configuração territorial dada pelas características do capitalismo contemporâneo. A necessidade da abordagem escalar refere-se à criação de subsídios para a delimitação dos diversos níveis que produzem o espaço geográfico. Por isso, é relevante considerá-la nas análises para se ter a possibilidade de uma compreensão mais ampla da realidade. Para isso, é necessário um estudo analítico teórico-metodológico, que possibilite refinar uma atuação na qual diversos atores sociais reformulem os métodos utilizados para o desenvolvimento territorial, econômico e social (BRANDÃO, 2007).

Neste debate, é fundamental a discussão sobre a dimensão espacial do capitalismo, o qual está se re-configurando através do fenômeno da globalização. Desta forma, faz-se necessário tratar sobre suas consequências a partir deste processo.

A produção do espaço abre-se, portanto, como possibilidade de compreensão do mundo contemporâneo, que sob a égide da globalização, vai impondo novos padrões (assentados no desenvolvimento da sociedade de consumo e submetidos ao desenvolvimento do mundo da mercadoria) a partir dos quais vão se redefinindo as relações entre as pessoas numa sociedade fundada na necessidade de ampliação constante de formas de valorização do capital. Novos padrões culturais invadem a vida cotidiana metamorfoseando antigos valores com a introdução de novos signos e comandando novos comportamentos. Também nesse plano se vislumbra o que aparece como virtualidade no presente. (CARLOS, 2015, p. 15).

O processo de globalização colaborou para que se tenha maior mobilidade espacial do capital e a integração internacional entre países, formando teias de relações econômicas, políticas e sociais. Somando-se a isto, estas conexões propiciaram que em momentos de crises todos os países que participam desta teia fossem afetados, desde a escala local à global.

A globalização é um fenômeno abrangente que ocorre em escala global devido ao processo de integração mundial, por meio de redes que permitem a circulação de fluxos materiais e imateriais. Alguns destes intensos fluxos são os serviços, capitais, produtos, tecnologias, informação e ideias.

Desde que se tornou evidente a globalização de processos e estruturas sociais, abalando territórios e fronteiras ou soberanias e hegemonias, multiplicaram-se as controvérsias e os estudos, tanto quanto as inquietações e as perspectivas, sobre as configurações e os movimentos da sociedade, em âmbito local, nacional, regional e mundial. O mapa do mundo revelou-se movediço e quebradiço, refletindo uma espécie de megaterremoto, simultaneamente geoistórico, econômico, político e cultural. E assim se abalam mais ou menos drasticamente os territórios e as fronteiras de todos os tipos, compreendendo os quadros sociais e mentais de referência de uns e outros, indivíduos e coletividades ou povos, tribos, nações e nacionalidades, em todo o mundo. (IANNI, 1998, p.27).

As redes formadas através do processo de globalização têm como função ser um amplificador de informação, com intuito de afetar diversas camadas da sociedade, ou seja, a política, cultura, economia, cotidiano e as relações sociais. Para isso acontecer, têm-se como intermediadores as empresas transnacionais, Estados, populações, blocos econômicos, bancos e organizações internacionais. Foi o desenvolvimento técnico-científico que promoveu mudanças no território através de novos objetos que reformularam as ações que se apresentam na configuração atual, através do qual, Santos (1997) aprofunda a reflexão e denomina como meio técnico-científico-informacional.

O dinheiro, no sistema capitalista, foi o grande advento para a configuração das transações realizadas constantemente nos dias de hoje. O dinheiro é a unidade contábil utilizada para aquisição de bens e serviços conhecida em espécie física como as cédulas e moedas, as quais podem ser trocadas manualmente de acordo com sua intenção. Isso só é possível devido ao lastro, definido como a credibilidade reconhecida pelos bancos centrais

dos países, garantindo, através de notas e moedas, um valor real de poder de troca com mercadorias.

No entanto, para o senso comum, o “dinheiro” (valor) está dissociado da sua verdadeira origem, ou seja, do trabalho. Dessa maneira,

O aparecimento do dinheiro implica, portanto, na substantivação do valor de troca, no sentido de que o dinheiro se apresenta como algo “autonomizado” em relação aos produtores individuais. Na sociedade capitalista, o divórcio entre os produtores diretos e as condições de produção não só transforma a força de trabalho em mercadoria, como, ao fazê-lo, também transforma essa mercadoria em elemento do capital. Agora a sociedade só é consumidora de trabalho através da operação do conjunto de capitais individuais, isto é, enquanto capital social [...] neste sentido, o intercâmbio de mercadoria reaparece como uma esfera subordinada e intermediária, onde os bens são trocados não mais como produtos de trabalho, senão como produtos do capital. (BELLUZZO, 1980, p.85).

Dessa mesma forma, as transações financeiras foram complexificadas diante de novas possibilidades da aquisição de mercadorias, como as compras através de cartões de crédito e débito. Ou seja, o dinheiro magnetizado e virtual toma forma através de uma rede que possibilita a realização de transações financeiras por intermédio de estabelecimentos comerciais juntamente com as empresas responsáveis pela comunicação.

A internet possibilitou ampliar as formas de realização dessas transações por meio das tecnologias da informação e das telecomunicações, tornando concreto o “meio técnico-científico-informacional” descrito anteriormente (SANTOS, 1997). Dessa forma, as operações financeiras se concretizam no espaço virtual, ou seja, sem ao menos ter contato com o dinheiro na forma física, por conta do uso dos cartões.

É importante ressaltar que, para efetivar essas operações nos celulares, tablets, ipads, iPhones ou computadores é necessário aparato físico e seus acessórios, tais como, energia elétrica, rede sem fio ou cabos de fibra ótica, antenas, satélites, servidores espalhados pelo mundo, bancos e, por fim, o mais importante, os trabalhadores (as) para fazer com que tudo isso funcione. Atualmente, está-se conectado em tempo real com os bancos, bolsa de valores, empresas e consumidores, que, incessantemente possibilitam a circulação do dinheiro.

Os suportes das redes encontram-se agora, parcialmente no território, nas forças naturais dominadas pelo homem (o espectro eletromagnético) e parcialmente nas forças recentemente elaboradas pela inteligência e contidas nos objetos técnicos (por exemplo, o computador...). Desse modo, quando o fenômeno de rede se torna absoluto, é abusivamente que ele conserva esse nome. Na realidade, nem há mais propriamente redes; seus suportes são pontos. (SANTOS, 1997. p.211).

Na globalização, as empresas atingem, assim, o ápice da economia, agora atuando em caráter global, conectadas em redes, que, por outro, lado aumentam as fragilidades diante de grandes impactos, como crises econômicas, políticas ou sociais. Tem-se, aí, o caráter inter-

escalar da globalização, ou seja, a transição entre escalas é maior e mais pulsante, já que processos concretizados numa escala refletem-se na outra e vice-versa.

Como exemplo, pode-se citar Guimarães (2010, p.254), o qual traz reflexões a partir do atentado às torres gêmeas em 11 de setembro de 2001. Nas reflexões do autor, dois aviões que tiveram suas trajetórias alteradas e atingiram o World Trade Center, considerado um dos maiores edifícios do mundo, situado na Ilha de Manhattan, em Nova York, não atingiram apenas dois simples edifícios, mas conseguiram atrapalhar fluxos financeiros e a mobilidade das pessoas nos Estados Unidos, derrubando as bolsas de valores em todo mundo.

Ademais, a globalização contribuiu para disseminação do ideário neoliberal, que é impulsionado e colocado em prática globalitária contribuindo para fragilidades dos Estados. O neoliberalismo é um pacote de ações que tem como finalidade o recuo e diminuição de atuação dos Estados nacionais na economia, porém aumentando a rede de interconexões comerciais, financeiras, sociais e até culturais. Dessa forma, os Estados passariam a ser apenas reguladores a fim de que não haja interferência nesta dinâmica. Assim, são reguladas institucional e juridicamente pacotes de ações que preveem privatizações, livre comércio, desregulamentações, abertura das fronteiras para as empresas transnacionais e realce do setor privado. (IANNI, 1998).

Nesse sentido, observa-se a flexibilização de leis trabalhistas, o aumento das terceirizações e da informalidade por um lado e diminuição dos programas sociais e do desemprego por outro.

Realizam-se a desregulamentação das atividades econômicas pelo Estado, a privatização das empresas produtivas estatais, a privatização das organizações e instituições governamentais relativas à habitação, aos transportes, à educação, à saúde e à previdência. O poder estatal é liberado de todo e qualquer empreendimento econômico ou social que possa interessar ao capital privado nacional e transnacional. Trata-se de criar o “Estado mínimo”, que apenas estabelece e fiscaliza as regras do jogo econômico, mas não joga. Tudo isto baseado no suposto de que a gestão pública ou estatal de atividades direta e indiretamente econômicas é pouco eficaz, ou simplesmente ineficaz. O que está em causa é a busca de maior e crescente produtividade, competitividade e lucratividade, tendo em conta mercados nacionais, regionais e mundiais. Daí a impressão de que o mundo se transforma no território de uma vasta e complexa fábrica global e, ao mesmo tempo, em shopping center global e disneylândia global. (IANNI, 1998, p.28).

Os estados nacionais capitalistas que controlavam as atividades bancárias em seus países passam a ser substituídos pelas grandes corporações financeiras devido às privatizações dos bancos e o domínio das empresas transnacionais reconfigurando as economias e os territórios. Está-se diante do divórcio entre o Estado e a sociedade que, por sua vez, opera em escala mundial com práticas governamentais que são edificadas pelo desenvolvimento desigual, contraditório e combinado (IANNI, 1998).

Para ocorrer a internacionalização dos capitais de modo virtual, por conta dos avanços da ciência e tecnologia, é compreendida a noção de desenvolvimento desigual, contraditório e combinado, que acentua a diferenciação territorial e faz com que as empresas multinacionais ou transnacionais optem por atuar em países que possuem condições favoráveis para instalação de suas empresas, “em outras palavras, mediante a interação entre a crise organizacional, a transformação e as novas tecnologias da informação, surgiu uma nova forma organizacional como característica da economia informacional/global: a empresa em rede” (CASTELLS, 1999, p.191).

Assim, os países que possuem mão de obra mais barata e leis ambientais e trabalhistas mais flexíveis tornam-se alvos de atuação dessas empresas para a produção de mercadorias, enquanto que, para realizar a venda, opta-se por territórios com maior densidade técnica, assim com maior mercado consumidor ou através do comércio virtual.

As empresas multinacionais ou transnacionais atuam em várias frentes, que vão desde a extração e produção industrial até o campo financeiro. Porém, a lógica deste último é a especulação financeira através da geração de dinheiro a partir do dinheiro ($D \rightarrow D$) sem passar pela produção. Desta maneira, os sistemas bancários e financeiros lucram de maneira expressiva, através dos juros, tarifas e especulações em cima do dinheiro dos sujeitos (ARROYO, 2006).

A globalização neoliberal se importa muito mais com o funcionamento do mercado e sucesso nas bolsas de valores, deixando evidente a perversidade de poucos possuírem muito e muitos possuírem pouco, sua intenção não é a educação, saúde e bem-estar populacional.

De fato, para a grande maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidades. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam em todos os continentes. Novas enfermidades como a SIDA se instalam e velhas doenças, supostamente extirpadas, fazem seu retorno triunfal. A mortalidade infantil permanece, a despeito dos progressos médicos e da informação. A educação de qualidade é cada vez mais inacessível. Alastram-se e aprofundam-se males espirituais e morais, como os egoísmos, os cinismos, a corrupção. (SANTOS, 2001, p.10).

As redes proporcionaram, em escala global, a articulação de grandes corporações, reduziu-se o tempo de circulação e operações de trocas, por outro lado, nas escalas locais, a promoção deste advento planetário contribuiu para desordem que tem como âmago processos de exclusão social que são os contributos para instauração da barbárie social que se reflete nas paisagens dos centros urbanos (DIAS, 2001).

Diante desse contexto, ressalta-se que as políticas empresariais sem responsabilidade social resultam em técnicas que mudam territórios e relações sociais, que por sua vez, são impulsionados pelos Estados-Nação que atuam conforme as práticas e técnicas das empresas em setores públicos, ou seja, burocratizando, desregulamentando e precarizando os setores educacionais, saúde e de infraestrutura.

Nessa perspectiva, as empresas buscam reduzir os direitos dos trabalhadores, provocando precarização das condições de trabalho e deterioração das condições de saúde do trabalhador. Situação esta que não é vista como importante, dado que a mão de obra é facilmente descartada e substituída por outra que compõe um exército de trabalhadores reserva sedentos por qualquer trabalho que os possa alimentar e trazer condições mínimas de sobrevivência. Essa realidade não pode ser tratada com naturalidade, porque essas condições não podem ser vistas como normais.

Diante desse cenário, os debates da classe trabalhadora devem estar focados em uma regulação trabalhista de interesse global, que possam garantir a qualidade de vida a esses trabalhadores para fazer frente ao discurso de crescimento econômico. O trabalhador que opta em não pensar nas perspectivas outras para o mundo do trabalho está sendo conivente ao cenário atual de desmonte da classe trabalhadora, que tem, em sua essência, a precarização e retrocessos de conquistas que foram adquiridas por meio de muitas lutas.

A preocupação das escalas é um fator relevante ao se tratar da abordagem da globalização, pois os efeitos de medidas tomadas em escala mundial serão sentidas na escala do acontecer, ou seja, no local (SANTOS, 2001).

Todos esses fatores apresentados da dinâmica social visam à acumulação do capital. Marx intuiu este movimento e seu destino, como o monopólio, a centralização agigantada das bases produtivas capitalistas, a consolidação do mercado mundial, a abertura das fronteiras nacionais à livre concorrência entre capitais (política neoliberal), o livre câmbio, as crises globais, o desemprego estrutural, a massificação da miséria, enfim, a invasão mundial do capital, que tem como motor de propulsão de todos estes fatores mencionados, o que se chamam hoje de globalização (MELLO, 1999).

Marx anteviu o processo capitalista até o seu destino final, em que a propriedade privada adquiriu o seu domínio sobre o homem e, de maneira mais universal, aquela se voltou contra os seres humanos em uma escala de poder histórico universal. Porém, diante do contexto histórico atual e com base no ponto de chegada das reflexões de Marx, percebe-se que a história não se encerra aqui, ou seja, há muito que se presenciar diante das contradições em que as desigualdades se acentuam e perpetuam (MELLO, 1999).

Reafirmando ainda mais esse fenômeno, os países subdesenvolvidos que propiciaram o desenvolvimento de uma “industrialização endividada” da periferia ou a conhecida modernização “negativa”, reconfiguraram suas estruturas tradicionais impondo e/ou aprofundando processos de maior exploração dos trabalhadores (MELLO, 1999).

Na divisão social do trabalho, dá-se a acumulação do capitalista e tem como fonte a exploração a força de trabalho, que é a mais-valia, na qual se tem a produção e a dominação, por onde perpetuam as desigualdades entre os trabalhadores de um lado e detentores dos meios de produção do outro. O trabalhador quando se submete a ela renuncia a sua liberdade e provoca a sua alienação (THOMAZ JÚNIOR, 2004).

O avanço da ciência exige uma especialização cada vez maior do trabalhador e uma divisão do trabalho cada vez mais intensa. Assim se dá a possibilidade de aumentar os lucros do capitalista, mas, por outro lado, é acompanhado da necessidade da alienação cada vez mais destrutiva do trabalhador, como mencionado anteriormente (GORZ, 1996).

No mesmo sentido, as novidades tecnológicas e a globalização estão acompanhadas de ondas de desemprego em todos os setores produtivos e onde se encontra o capital, aumentando as disparidades entre as escalas local, regional e global, sem garantias futuras de direitos trabalhistas.

Pelo lado dos capitalistas, permitem-se possibilidades de aumento de seus lucros, de seus investimentos, proporcionando-lhes mais acúmulo de capital, mais consumo para o bem-estar pessoal e familiar e, com isso, contribui para a concentração da riqueza e o giro do motor econômico.

Devem-se acrescentar a isso todos os insatisfeitos do Terceiro Mundo com um processo de modernização que prometia desenvolvimento, emancipação das necessidades e plena integração ao fordismo, mas que na prática, promovia a destruição de culturas locais, muita opressão e numerosas formas de domínio capitalista em troca de ganhos bastante pífios em termos de padrão de vida e de serviços públicos (por exemplo, no campo da saúde). (HARVEY, 2010, p.133).

A Geografia insere-se neste contexto na medida em que a sociedade se põe em direta ligação com o mundo exterior, através do uso da técnica para transformar o mundo ao redor, concretizando um determinado sentido para a sua existência. Nas sociedades, esse sentido se apresenta como um saber vivido em contato com a realidade apreendida pela própria vivência de um determinado grupo social. Reside nisto o fato político da própria ação humana, exprimindo, assim, a relação sociedade-natureza e, portanto, uma relação de trabalho (MOREIRA, 1994).

A concretização do trabalho empregado é realizada pelos que dependem unicamente de sua força de trabalho para manutenção da sua vida e, portanto, são os sujeitos

mais atingidos negativamente por este processo, pois não levam para suas casas os frutos do seu trabalho, mas, sim, o cansaço do esforço repetitivo.

Segundo Moreira (1994, p.85),

O processo do trabalho tem a sua materialidade em formas que ao mesmo tempo que dele derivam a ele revertem, e são geradas com esse fim. Em se tratando de geografia, esta materialidade dialeticamente articulada ao processo de trabalho é o espaço geográfico. Espaço e trabalho estão numa relação de aparência e essência: o espaço geográfico é a aparência de que o processo historicamente concreto do trabalho (a relação homem-meio concreta é a essência).

Dessa maneira, não se pode negar a realidade que tem como objetivo o desenvolvimento das forças produtivas, a diversificação da produção, recriação das necessidades sociais e a exploração do trabalhador para cumprir, através dos mecanismos disponíveis e possíveis pela ciência, o ápice do capitalismo em sua forma global. No entanto, mesmo diante desta realidade, devem-se buscar mudanças concretas que visem a igualdade, respeito, melhores condições de vida para todos e preservação da natureza.

Diante do exposto, buscou-se abordar neste sub-capítulo a importância entre a relação do método e a totalidade. Relação a qual tem a intenção de possibilitar realizar um esboço da configuração mundial através da escala geográfica, que, por sua vez, explanou nas relações sociais e nos conflitos vividos mundialmente. Dessa forma, têm-se as bases para iniciar uma discussão mais aprofundada sobre a relação da Geografia do Trabalho e seus impactos na vida do trabalhador.

1.2 Trabalho e saúde dos trabalhadores sob o olhar da ciência geográfica

Ao procurar estudar com a temática “Trabalho” na Geografia procura-se contribuir com a diversidade que existe no campo desta ciência e as suas várias nuances para produção do conhecimento geográfico. Além disso, podem-se aprofundar questões relacionadas ao papel da ciência e dos pesquisadores na sociedade contemporânea.

Como discutido anteriormente, o Trabalho pode ser conceituado como sendo o mediador do processo em que o homem, através do seu desprovemento, entra em contato com a natureza e a transforma com intuito de sanar suas carências (MARX, 1982). Tal processo necessita de esforços para ser cumprido, para tanto, existem duas possibilidades de ações, as quais são de natureza humana, coletiva ou individual.

Assim,

O trabalho, ao se colocar numa forma exclusivamente humana, base da práxis social, assume o caráter teleológico à medida que o seu resultado já existia na forma ideal

na mente do trabalhador antes mesmo da concretização daquele processo. Além disso, o trabalho destinava-se à criação de coisas úteis para serem usadas na relação homem-natureza, independentemente da sociedade concreta e suas várias realidades sociais, podendo-se dizer que era universal enquanto criador de valores de uso para melhorar a qualidade de vida. (PIGNATI, 2013, p.314-315).

Discute-se que a Geografia apresenta a importância do trabalho como sendo o mediador entre homens e mulheres com a natureza.

A abordagem sobre o trabalho se torna relevante em cada momento histórico, pois sua transformação no espaço se deve mediante um tempo, neste caso, a indissociabilidade é necessária para que não haja interpretações fragmentadas. Dessa maneira, não se trata de espaço e tempo, mas sim espaço tempo (RAY, 1993).

Assim sendo, analisar a conjuntura sobre as vivências dos trabalhadores, bem como suas formas organizativas, requer que se pense nas transformações ocorridas no mundo do trabalho, que, por sua vez, se constituem de acontecimentos históricos e presentes num tempo espaço uno, complexo e contraditório.

Vive-se em uma sociedade em que as relações entre trabalho e capital são impostas e inseridas em um nível de superioridade única, a fim de se alcançar desenvolvimento, como discutido anteriormente. Por sua vez, é pertinente se indagar para quem se está almejando a materialidade deste desenvolvimento, considerando que “O sistema de metabolismo social do capital nasceu como resultado da divisão social que operou a subordinação estrutural do trabalho ao capital” (ANTUNES, 1999, p.19).

Isto é, está-se estabelecendo uma trajetória sobre alicerces precários e destrutivos, com ações e práticas insustentáveis que, por sua vez, tem como consequência as desigualdades entre as classes sociais. Como consequência, apresenta-se a subordinação à artificialização das relações entre os seres humanos e a natureza (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Desse modo,

Por um longuíssimo tempo, esperou-se que acreditássemos que todos os nossos problemas se resolveriam alegremente pelo “desenvolvimento” e pela “modernização” socialmente neutros. A tecnologia deveria superar por si só todos os obstáculos e dificuldades concebíveis. Era, na melhor das hipóteses, uma ilusão imposta a todos que, no desejo de encontrar uma saída para seu próprio papel ativo no processo de decisão, mantinham a esperança de que grandes melhorias em suas condições de existência se realizassem de modo prometido. Tiveram de descobrir com a amarga experiência que a panaceia tecnológica era um subterfúgio auto vantajoso das contradições por parte daqueles que empunham o controle social. (MÉSZÁROS, 2007, p.189)

Com efeito, tem-se um modelo de desenvolvimento excludente e selvagem, no qual jamais todas as pessoas terão acesso ao que é produzido, sejam bens duráveis ou não.

Esse cenário se configura como sendo a essência do capitalismo, enquanto alguns ostentam muito, outros nada, ou seja, apenas um pequeno setor da sociedade alcança esse patamar do desfrute da mais-valia (riquezas).

As riquezas são alcançadas mediante um conjunto de ações e processos, que se efetivam a partir da construção e destruição dos trabalhadores (as) e da natureza.

Portanto, o que presenciamos hoje, no século XXI, não é apenas a crise da Natureza externa e de seu ecossistema (crise ecológica), mas a crise do trabalho vivo e de sua degradação social em virtude da exploração e espoliação da sua corporalidade viva-corpo e mente-pelo capital. (ALVES, 2013, p.17).

A produção de mercadorias precisa de consumidores, ricos ou pobres. Em virtude disso, tem-se uma sociedade coagida ao consumo, sendo essa prática idealizada como alcance de uma suposta felicidade do “eu interior”, de status e aceitação social. Para isso, se faz necessário remuneração financeira, trabalhar para viajar, sair, comprar, ostentar e sobreviver. Desta forma se reafirmam os processos de manutenção do modelo vigente de produção, salário, consumo e, com isso, a precarização do trabalho e as consequências disso concretizadas no trabalhador, ou seja, na sua saúde.

Diante da realidade de uma sociedade com essas características, grande parte dos indivíduos vivem pensando em como ganhar dinheiro para preencher esses supostos objetivos de vida que o modelo capitalista impõe. O lazer, o qual seria um momento de repensar as práticas, gozar do ócio, a tomada de consciência do ser etc transformou-se em tempo para consumo.

Assim,

Descolado deste contra-projeto o tempo liberado perde em efetividade, ainda que continue importante do ponto de vista da existência da força-de- trabalho. Sobretudo quando considerado os esforços desenvolvidos pelo capital no sentido de construir e reconstruir a esfera do lazer enquanto espaços de acumulação capitalista. (SANTOS, 2003, p.209-210)

Refletindo a respeito do exposto, não é difícil compreender o porquê de os trabalhadores possuírem jornadas de trabalho muito exaustivas. Este aspecto impacta a organização dos trabalhadores para lutarem por melhores condições de trabalho. O tempo liberado já é capturado pelos espaços de consumo, ou seja, o trabalhador não se desconecta das relações de subalternidade.

Neste sentido, é importante salientar que o trabalho humano é fonte de toda riqueza, tanto material como imaterial. A riqueza material se configura como sendo a mão de obra braçal e a imaterial, a qual também se “materializa” no espaço geográfico como sendo o uso da intelectualidade que produz as tecnologias e demais conhecimentos.

Está-se diante de processos que transformaram o mundo, a partir da Terceira Revolução Industrial, como destaca Coutinho, que aponta sete fatores que colaboraram para este novo cenário do mundo do trabalho.

São elas: (1) o peso crescente do complexo eletrônico; (2) um novo paradigma de produção industrial – automação integrada e flexível; (3) revolução nos processos de trabalho; (4) transformação das estruturas e estratégias empresariais; (5) as novas bases da competitividade; (6) a “globalização” como aprofundamento da internacionalização; e (7) as “alianças tecnológicas” como nova forma de competição. (COUTINHO, 1992, p. 71).

A lógica do consumo em massa proporcionou a ação de repensar nas formas de produção e organização do trabalho. No século XX, as fábricas de carro foram experiências relevantes, que se desdobraram em práticas no mundo do trabalho.

Um contexto do passado pode desencadear conflitualidades no território, assim como a reestruturação produtiva mediante as novas e velhas configurações que se constituem no espaço, principalmente no mundo do trabalho.

Após a Segunda Guerra Mundial, houve transformações impactantes no mundo do Trabalho, assim, a sociedade traçou algumas trajetórias desde o século XVIII, as quais foram sentidas somente por alguns países no final do século XIX e começo do século XX (COUTINHO, 1992).

Após a crise mundial da década de 1970, por conta da desregulamentação monetária internacional e também da crise do petróleo, acontecimentos que favoreceram o processo de reformulação e adaptação do modelo econômico vigente do capitalismo, como aponta Thomaz Junior,

É por dentro desses pressupostos e do cenário de crise prolongada que o capital engendrou um conjunto de modificações estruturais e que dinamizaram/estimularam o complexo de reestruturação produtiva do capital, sendo que seus impactos nos dias de hoje atingem frontalmente o processo de trabalho e a organização do trabalho, de forma diferenciada tanto em profundidade quanto em magnitude, países, regiões, atividades econômicas, setores e empresas, etc. (THOMAZ JUNIOR, 2004, p.9).

Esses novos rumos traçados foram percussores do fenômeno até aqui discutido, conhecido como globalização, que, além dos apontamentos de Thomaz Junior, promove a inserção das tecnologias, a mobilidade, a fluidez de mercadorias, empresas e pessoas, as relações em redes etc, ou um conjunto de aparatos que transforma culturas e as relações do homem com seu meio, bem como as formas de habitar, os símbolos e valores disseminados.

O novo arranjo possibilitou a flexibilização das relações sociais, com a terceirização, trabalho informal, contratos temporários etc, que as fragmenta e promove o individualismo e a falta de união para lutar nas causas coletivas. Desta maneira, ocorre o

desenraizamento do trabalhador de sua zona de conforto, que garante seu alimento e suas necessidades básicas.

Assim, diariamente, se depara com a instabilidade e o medo da falta de garantia do porvir,

Deste modo, a doença e a dor tornaram-se um estorvo que deve ser ocultado. Essa prática é comum no meio operário e resulta da vivência imposta por normas disciplinadoras que submetem os corpos à voracidade produtiva do capital. Suportar e ocultar a doença e o sofrimento impostos constituem estratégias de sobrevivência e resistência à exclusão do trabalho. (BARRETO, M.; HELOANI, R., 2013, p.110).

O movimento constante do trabalhador e seu deslocamento entre diferentes funções e atuação dentro de vários cenários de conflitos e contradições que permeiam o homem e seu meio é denominado, por Thomaz Junior (2004), como a “plasticidade” do trabalhador. Desta maneira, reafirma-se a precarização do trabalho e da luta diária pela subsistência. Uma vida de sofrimentos e instabilidades. Para Thomaz Junior, a

Plasticidade característica ao mundo do trabalho no Brasil nos põem atentos às investigações e à práxis da pesquisa em Geografia. Esse desenho societal da classe trabalhadora é nossa principal fonte de inspiração para apreendermos os sentidos do trabalho, os significados disso ao universo simbólico e à subjetividade operária ou de classe para o trabalho, e mais propriamente, às complexas tramas territoriais que têm em seu interior o atual estágio do conflito capital x trabalho e os nexos diretamente ligados ao conteúdo da luta de classes. (THOMAZ JUNIOR, 2004, p.09).

A mobilidade da mão de obra contribui para a precarização dos homens e mulheres que vendem a força de trabalho enquanto mercadoria em busca de melhores condições de vida, porém essas tramas cotidianas contribuem para a degradação do ser genérico do encontro de sua identidade nas relações que são estabelecidas no ambiente de trabalho (ALVES, G., 2010).

A precarização combinada com a plasticidade são práticas de subterfúgio e camuflagem da realidade do trabalhador pelos capitalistas, que se apropriam das fragilidades dos trabalhadores para efetivar os interesses pessoais, desse modo, tem-se a precarização da vida de maneira intensa com consequências irreparáveis.

Outro ponto a ser levado em conta neste cenário é o Estado, pois este se caracteriza por relações de poder, as quais se legitimam por interesses econômicos e sociais de um determinado grupo de pessoas organizadas territorialmente. Como resultado,

Marx compreende o Estado como uma relação entre a infra-estrutura e a superestrutura. A infra-estrutura é a base econômica, ou melhor, é o conjunto das relações de produção que corresponde a um passado determinado do desenvolvimento das forças produtivas. Já a superestrutura tem como parte principal o Estado que é constituído pelas instituições jurídicas e políticas e por determinadas formas de consciência social (ideologia). Para Marx o Estado como superestrutura que é, depende da sociedade civil compreendida como a base econômica e é na sociedade civil que se formam as classes sociais e onde são também revelados os

antagonismos de classe que são inconciliáveis na visão marxiana. O Estado é resultado de um determinado grau de desenvolvimento econômico que está ligado à divisão da sociedade em classes, sendo que, para Marx, o Estado nasce da luta de classes. (QUARESMA, S.J.L., 2009, p.97).

É possível apreender a existência de uma crise no mundo do trabalho e uma crise no Estado que, por sua vez, é compreendido neste texto por ser o mediador entre capitalistas e trabalhadores.

No mesmo sentido, o Estado brasileiro vem atuando intensamente para efetivação de interesses pessoais e não coletivos, o que fortalece conflitos e contradições no mundo do trabalho. “Também deve ser levada em conta a crise funcional-estrutural do Estado no sentido da sua incapacidade de continuar garantindo a reprodução econômica com mais exclusão social” (NOGUEIRA, 2005, p.18).

É coerente se considerar, desse modo, que as políticas implementadas pelo Estado vão de encontro aos interesses de grupos econômicos mais fortes e, assim, com a dinâmica de precarização do trabalho e re-produção concentrada do capital. Por outro lado, não somente tais grupos são beneficiários, mas o próprio Estado e seus agentes financiados pelo capital, que induzem a criação de instrumentos jurídicos que re-afirmam o poder destes sobre as demais classes.

Outro fator importante a se considerar é que grande parte dos brasileiros ainda tem acesso a internet de forma insuficiente por vários motivos, como acesso restrito à computadores, não possuir interesse e não saber usar a internet, conectar-se apenas do aparelho celular e com finalidade de trocar mensagens ou acessar as redes sociais. Isso pode indicar que a principal fonte de informações desses brasileiros ainda pode ser a mídia corporativa, a qual re-produz discursos e interesses das classes dominantes, portanto isenta de reflexão crítica e de elementos que poderiam promover a transformação social. Corrobora-se com a noção de que o controle das informações a partir da manipulação torna-se práticas de dominação e manutenção do *status quo* da sociedade capitalista, que promove as desigualdades pela sua própria natureza de re-produção (TONET; MELO, 2014).

Toda a situação exposta anteriormente aponta para a alienação da classe trabalhadora aos verdadeiros interesses da classe dominante. Permite-se, assim, que se criem condições concretas para a intensificação da precarização do trabalho os quais tem rebatimentos direto na saúde.

Ontologicamente quando se refere ao ser humano, constata-se que este é um ser sofrendor de maneira natural devido aos conflitos internos inerentes ao ser pensante e, além disso, à preocupação com os conflitos alheios, os quais podem contribuir com o sofrimento

individual (DEJOURS, 1992). Por isso, na psicanálise, o tratamento para o sofrimento não é acabar com ele, pois não existe uma cura ideal, nem o ser ideal, mas aceitar que é uma condição inerente à experiência humana na passagem da vida. Assim, a única coisa que resta é aceitá-lo como um aspecto que apenas o é em si mesmo para torná-lo parte da experiência da vida (FREUD, 1895 apud GARCIA-ROZA, 2009,). Assim, não há possibilidade de fuga desta condição, mas sim conviver com ele, procurando amenizá-lo para níveis suportáveis.

É por meio do trabalho humano que a sociedade produz valor e riqueza, os quais, por sua vez, estão indissociáveis da miséria e da pobreza (LEGUIZAMÓN, 2009). Através das reflexões advindas dessa observação, constata-se a construção, a partir da recuperação dos papéis dos sujeitos coletivos e seus conflitos cotidianos, o movimento da sociedade e, assim, seu sentido. As condições de trabalho podem contribuir positivamente ou negativamente com o sofrimento interno dos seres humanos e, aos poucos, este sofrimento pode traçar caminhos negativos que contribuem para um sofrimento patológico e, com o passar dos anos, se torna insuportável (DEJOURS, 1992).

A doença pode ser entendida como sendo uma fraqueza e fragilidade dos homens e mulheres, por isso sempre é facilmente comentada já que está presente no cotidiano das pessoas. A saúde, ao contrário, dificilmente é abordada no dia-a-dia, já que atenções sempre são voltadas para encarar problemas e as coisas boas normalmente se negligencia para viver na busca incessante por soluções pessoais. Na atual configuração do mundo do trabalho, em que homens e mulheres se tornaram descartáveis, seguindo a lógica de acumulação do capital que busca, principalmente, trabalhadores a custos baixos, assíduos, qualidade na execução e submissos ao trabalho tem sido a prioridade dos contratantes de serviços. Em função disso, “O trabalhador tornou-se uma mercadoria e terá muita sorte se puder encontrar um comprador. E a procura, de que depende a vida do trabalhador, é determinada pelo capricho dos ricos e dos capitalistas” (MARX, 1993, p. 102).

Os trabalhadores têm consciência que a dinâmica do trabalho é a base de sua sobrevivência e, para continuar fazendo parte deste cenário laboral, a doença tem sido constantemente mascarada, porém, este cenário tem um limite, o trabalhador sofre com tais omissões que acarretam em uma tensão interna insuportável, comparecendo as tensões psíquicas do trabalho. Deste modo,

[...] a doença e a dor tornaram-se um estorvo que deve ser ocultado. Essa prática é comum no meio operário e resulta da vivência imposta por normas disciplinadoras que submetem os corpos à voracidade produtiva do capital. Suportar e ocultar a doença e o sofrimento impostos constituem estratégias de sobrevivência e resistência à exclusão do trabalho. (BARRETO, M.; HELOANI, R., 2013, p.110).

Dejours (1992) denominou de psicopatologias do trabalho as relações estabelecidas entre os trabalhadores e seu meio, que consistem em relações permeadas por angústias e desejos, ou seja, podem ser um determinante ou desestruturador da psiquê humana. De acordo com o autor (op.cit. 1992), para compreender as psicopatologias, é necessário realizar uma abordagem histórica, que considere a saúde dos trabalhadores e relacione com as condições de vida e trabalho. Para isso, é imprescindível perceber a história que envolve os trabalhadores, movimento dos trabalhadores e as relações de poder existentes entre trabalhadores, patrões e Estado.

O século XVIII foi marcado pelo esfacelamento do sistema feudal no campo e ascensão do modelo de produção industrial nas cidades, que, por sua vez, promoveu rápido crescimento populacional nos centros urbanos, resultando em oportunidades de empregos (SPOSITO, 1988). Assim, se deu-se a transição de uma sociedade rural tradicional, hierárquica e paternalista para uma sociedade urbana, desigual e impessoal.

O crescimento populacional significava aumento da massa de trabalhadores, o que contribuiu estrategicamente para a reprodução do capital por meio da produção industrial, seguida de baixos salários, insuficientes para garantir o necessário, e grandes taxas de desemprego, comprometendo a sobrevivência de algumas famílias. De acordo com Dejours (1992, p.14), a “Falta de higiene, promiscuidade, esgotamento físico, acidentes de trabalho, subalimentação, potencializam seus respectivos efeitos e criam condições de uma alta morbidade, de uma alta mortalidade e de uma longevidade reduzida”. Neste contexto, Antunes (1989, p.16) aponta que

O capitalismo iniciava um processo que ainda haveria de desenvolver, mas já trazia consigo toda uma gama de transtornos sociais, como a superexploração do trabalho, que atingia 16 horas por dia, a exploração das mulheres e das crianças, o trabalho sem condições mínimas de salubridade, além da aglomeração da população operária em locais sem as mínimas condições de vida para habitação.

As relações entre o rural e o urbano são transformadas de maneira significativa e impactante no que se refere aos modos de vida, às relações com a natureza e, portanto, às relações de trabalho. O tempo do relógio agora é usado como parâmetro e se torna a base das relações humanas, assim, o tempo da natureza deixa de ser aquele definido pela suas dinâmicas. “Por meio de tudo isso – pela divisão de trabalho, supervisão do trabalho, multas, sinos e relógios, incentivos em dinheiro, pregações e ensino, supressão das feiras e dos esportes – formaram-se novos hábitos de trabalho e impôs-se uma nova disciplina de tempo” (DEJOURS, 1992, p.297).

O cenário de uma sociedade da barbárie tem suas bases consolidadas diante das péssimas condições de sobrevivência dos trabalhadores, acompanhadas de altíssimos níveis de desigualdades sociais. Logo, este cenário de calamidade no século XIX preocupava a classe trabalhadora, porém, essa preocupação não era com a saúde e, sim, com a subsistência, pois, nesse período viver para o trabalhador era a luta para não morrer. Neste mesmo período tem-se a chegada de um movimento intitulado higienista, cuja finalidade era assegurar as condições de higiene para as classes privilegiadas e não para a classe trabalhadora (op.cit., 1992).

As condições de miséria vividas pelos trabalhadores eram compreendidas socialmente como sendo uma doença e estar nesta situação se associava com a promiscuidade e a fome, as quais são as bases favoráveis para ações de delinquência, banditismo, violência e prostituição como maneiras de escape da miséria e, por sua vez, como formas de se permanecer vivo. A fome é a expressão das desigualdades sociais, desta maneira,

Nenhuma calamidade é capaz de desagregar tão profundamente e num sentido tão nocivo a personalidade humana como a fome quando alcança os limites da verdadeira inanição. Fustigados pela imperiosa necessidade de alimentar-se, os instintos primários se exaltam e o homem, como qualquer animal esfomeado, apresenta uma conduta mental que pode parecer a mais desconcertante. (CASTRO, 1984, p.243).

Além deste movimento higienista, existiu o movimento dos alienistas com intuito de enjaular as pessoas que eram consideradas “loucas”, ou seja, pessoas com doenças psíquicas eram afastadas da sociedade, o que se mostrava como um instrumento de controle social, com a finalidade de preservar o interesse dos privilegiados individualizando problemas de cunho social (ENGEL, 1999).

Diante da precarização, submissão e controle no qual viviam na esfera laboral e pessoal, os trabalhadores buscam fazer frente à realidade que se impôs sobre eles através da organização sindical, associativista, federativa e em partidos políticos, cujo objetivo era conquistar o direito à vida e liberdade de organização (DEJOURS, 1992).

A primeira geração de trabalhadores nas fábricas aprendeu com seus mestres a importância do tempo; a segunda geração formou os seus comitês em prol de menos tempo de trabalho no movimento pela jornada de dez horas; a terceira geração fez greves pelas horas extras ou pelo pagamento de um percentual adicional pelas horas trabalhadas fora do expediente (THOMPSON, 1998, p.294).

Assim, as primeiras conquistas foram as reduções da jornada de trabalho, a proibição de trabalho infantil, a proteção às mulheres, a garantia de permanência no trabalho e o repouso semanal. Essas conquistas foram se dando no final do século XIX e começo do XX, por meio de leis que começaram a fazer parte do arcabouço jurídico da sociedade urbano-

industrial. Posteriormente a essa fase, as discussões sobre proteção à saúde passam a ser inseridas nas pautas dos movimentos sindicais (DEJOURS, 1992).

Conforme as lutas avançavam, aconteciam transformações nos sistemas de organizações de trabalho, com intuito de alcançar o máximo de produção com o mínimo de tempo possível, como o Taylorismo, criado nos Estados Unidos da América (SILVA, 2004). As consequências deste modelo para a saúde do trabalhador foram intensas, já que havia um controle forte em relação ao tempo e ao ritmo, que, por sua vez, não obedecia às necessidades fisiológicas e psíquicas dos trabalhadores (CARDOSO, 2013).

A separação do trabalho intelectual do braçal contribuiu sobremaneira para o aparecimento físico de corpos disciplinados, que, posteriormente, afetava o aparelho psíquico. As lutas dos trabalhadores ingleses pós-primeira guerra mundial tiveram reconhecidas as doenças profissionais em 1919, porém foi alterada em 1951, em que se incluía proteção individual do trabalho em máquinas que são consideradas altamente perigosas. Em 1936, na Inglaterra, tem-se a conquista por direito a greve, férias remuneradas e tempo de atividade, que era, de no máximo 40 horas semanais. Em 1946, a medicina do trabalho comparece nos ambientes laborais, desde exames admissionais ambulatoriais em algumas fábricas, leis de acidentes de trabalho etc. Em 1947, foi criado um órgão de fiscalização nos ambientes laborais, conhecido como comitê de higiene e de segurança para assegurar execução das leis (DEJOURS, 1992).

Entretanto, mesmo diante dessas conquistas das lutas inglesas, as formas de adoecimento permanecem nos dias atuais.

Por isso, ao se afirmar o sofrimento no ambiente de trabalho, está-se levando em conta as condições desse sofrimento, que pode ter o efeito rebote em cada sujeito positivamente ou negativamente. Desta maneira, o sofrimento é alimentado diariamente de forma inconsciente até se tornar insuportável, resultando em sinais que podem parecer simples, como uma noite mal dormida, estresse corriqueiro, ansiedade, entre outros sintomas que vão levando lentamente ao colapso das condições mínimas de saúde.

É comum que trabalhadores procurem não demonstrar sentimentos negativos, fragilidades ou fraquezas em virtude de doenças ou estado emocional debilitado, como, por exemplo, medo, sofrimento, raiva, pessimismo etc, a fim de não demonstrarem algum tipo de preconceito que possa ser acompanhado de represálias, até chegar ao ponto de demissão. Além disso, é comum o discurso de que os trabalhadores são facilmente substituídos por máquinas ou por outros trabalhadores.

Mascarar a realidade é viver em algo utópico, temporário por um tempo

determinado, pois esse sofrimento pode chegar ao nível de tensão interna insuportável, que contribui ainda mais para agravamento dessas condições no ambiente laboral.

Desta maneira, pensar na psicopatologia do trabalho é também pensar nas relações de trabalho que são estabelecidas com a organização do trabalho ou a “Divisão do trabalho, conteúdo da tarefa, sistema hierárquico, modalidade de comando, relações de poder, as responsabilidades, etc” (DEJOURS, 1992, p. 25), que impactam na saúde dos trabalhadores.

Quando se realiza qualquer tipo de trabalho e este não tem qualquer reconhecimento, provoca-se a insatisfação do ser, que, por sua vez, conduz ao isolamento, que agrava a condição de saúde dos trabalhadores.

A contradição da condição de adoecimento da mente e corpo são reflexos das relações que se estabelece com os objetos, sujeitos e com o meio. Não se pode pensar isoladamente o adoecimento, pois ele é fruto de uma sociedade que se relaciona de maneira abrupta com seu meio.

Reconhecer que está doente representa, acima de tudo, passar por cima dos preceitos e ideologias que são socialmente construídos para manutenção da configuração do mundo do trabalho. Assim, estar doente envolve sentimentos de vergonha social, preguiça e julgamento alheios que contribuem para uma autocondenação do doente em relação à sua doença (op. cit.,1992).

Diante desse cenário, o trabalhador recorre à ajuda hospitalar ou médica somente no momento em que a doença já está em um quadro de gravidade avançada, sendo necessário um tratamento mais intenso e por mais tempo.

É recorrente discursos que são preferíveis não procurar ajuda médica, pois quem procura esse tipo de ajuda está querendo encontrar alguma doença, ou seja, tomar consciência de doenças que só se iniciaram porque começaram a ser procuradas. Dessa forma, concretiza-se aquele discurso do senso comum que diz “quem procura acha”. Na verdade, trata-se de artifício psicológico para que o indivíduo não busque algum centro médico, muitas vezes, pela própria dificuldade ou impossibilidade de acesso.

Cuidar, tratar e se prevenir leva a não sofrer, porém o trabalhador não sabe como é se sentir bem com seu corpo e mente. Por outro lado, o maior medo do trabalhador é não ter um trabalho que possa suprir a suas necessidades financeiras, o que pode causar o ocultamento de angústias e dores, “não há lugar para ansiedade face à doença enquanto tal, o que não significa que tal angústia não exista” (DEJOURS,1992, p.34).

Além das angústias e anseios dos trabalhadores em permanecerem em seus postos de trabalho, há pressão de evitar momentos de repouso, íntimos ou em ritmo de trabalho

menor para não serem considerados vadios e preguiçosos, pois se espera o mesmo ritmo das máquinas, já que a qualquer momento a mão de obra braçal pode ser substituída por uma (op. cit., 1992).

É inevitável que o trabalhador leve consigo tal ritmo de trabalho e exigências nos momentos de descanso ou até mesmo fora do ambiente laboral. O relógio passa a ser o instrumento repressor dos comportamentos espontâneos, o trabalhador se preocupa mais com o tempo que precisa estar em seu local de trabalho, não aproveitando os momentos livres, pois o planejamento de seu tempo é constituído em função do trabalho.

Em outras palavras, é comum os docentes ficarem mais atentos ao relógio de parede ou dos próprios celulares olhando para a hora e contando os minutos de intervalo, ou seja, não conseguem se concentrar em outras atividades neste momento, pois seu pensamento está parado no tempo.

Desta maneira, a ansiedade, insatisfação e sofrimento leva, como Dejours (1992) denominou de efeitos psicossomáticos, à síndrome psicopatológica que tem como origem as dimensões psicológicas e psicoeconômicas. Têm-se dois conteúdos bem claros que são as bases deste sofrimento, a estrutura sistêmica laboral e a estrutura da personalidade.

As classes dominantes perceberam que, quanto mais aumentam o sofrer dos trabalhadores, mais eles produzem, desta maneira, Dejours (1992) discutindo sobre trabalhadores call center,

O trabalho não causa o sofrimento. É o sofrimento que produz o trabalho. Para aumentar a produção basta puxar a rédea do sofrimento psíquico, mas respeitando-se, também, os limites e as capacidades de cada um, se não arrisca-se fazer descompensar uma ou outra através de, por exemplo crises de nervos....sofrimento resulta da organização do trabalho, trabalho robotizante que expulsa o desejo próprio do sujeito. (DEJOURS, 1992, p.103-104).

Porém, esses limites não são respeitados, cada vez mais, a sociedade atual demonstra a fragilidade a que está exposto o trabalhador. A exploração mental é fonte de mais-valia, reconfigura os estudos do mundo do trabalho para uma economia psíquica em escala global, que tem como percursora a rigidez da organização do trabalho.

A sociedade da barbárie em que se está vivendo propaga diariamente o terror, assalto, desemprego, mortes etc, assim, a principal sensação que a população vive diante desta estrutura é o medo. Este tem sido a forma utilizada de controle social desde a infância até a vida adulta, o principal fortalecedor de prisões sociais, individualismo, ansiedade, sofrimento e conflitos humanos (TUAN, 2006).

Por isso, ter noção deste contexto é de extrema importância para enfrentar as

questões relativas ao mundo do trabalho, pois ter uma ampla visão do sistema vigente e suas reais intencionalidades é o primeiro passo rumo a uma consciência mais plena da condição a que os trabalhadores estão submetidos, principal motor de motivação rumo à superação dos obstáculos elencados anteriormente.

Até aqui, procuram-se expor alguns elementos que inspirem a projetar cenários de superação dos conflitos e tramas existentes. Deste modo, pensar a partir da Geografia possibilita expor preocupações e desafios a serem problematizados e superados. O trabalho sendo interpretado a partir da precarização, dos agravos, da saúde, da destruição não é fácil, já que se são temas difíceis de serem abordados, porém essenciais diante da atual conjuntura e precisam ser evidenciados.

Como resultado, neste sub-capítulo discutiu-se a realidade do mundo do trabalho e seus agravamentos na saúde dos trabalhadores de uma forma mais ampla. Porém, ao tentar elucidar a dinâmica de precarização do trabalho e seus reflexos na saúde, a que se está submetido é necessário aprofundar as discussões para compreender como tal processo se reflete no trabalho docente. Para isso, no próximo capítulo, busca-se traçar o perfil do professorado da educação básica da rede pública e entender como essa dinâmica acontece.

CAPÍTULO 2 - CARACTERÍSTICAS E CONDIÇÕES DE TRABALHO DO PROFESSORADO NO BRASIL

Este capítulo visa a realizar uma caracterização do objeto analisado. Perguntar o que é ser professor remete ao entendimento de ser uma profissão a qual incita algumas inquietações a respeito dessa atividade, tais como: o que é ser hoje professor (a) no Brasil? Quem são esses profissionais? Qual contribuição realiza para a sociedade?

Buscar tal caracterização sobre o perfil do professorado no Brasil é uma forma de se refletir sobre o momento presente, estratégias sobre suas condições profissionais para que sua desvalorização não seja a regra das relações sociais envolvidas no processo educativo. Para isso, buscaram-se elencar algumas dimensões no que se refere à sua distribuição geográfica, gênero, faixa etária, titulação acadêmica, tipo de vínculo e localização espacial.

O Censo Escolar foi a principal ferramenta de coleta de informações sobre a educação básica no Brasil, coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o qual consiste em uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cujo objetivo é subsidiar políticas educacionais para contribuir com a economia e promoção social.

Através dos dados estatísticos realizados pelo censo escolar 2017, foi possível apresentar o perfil dos docentes brasileiros na educação básica. Essa coleta de dados teve como objetivo apresentar dados da educação básica de forma geral, realizada por amostragem e focalizada em estratos específicos, tais como matrícula, docentes, estabelecimentos e turmas, porém, como afirmado acima, foi utilizado apenas o estrato dos docentes.

Os dados foram disponibilizados na forma de dados abertos, de acordo com os formatos adotados e recomendados em duas versões formato Excel (xlsx) e em arquivo aberto, que pode ser acessado de acordo com diversos pacotes, como o Open Office e o Libre Office.

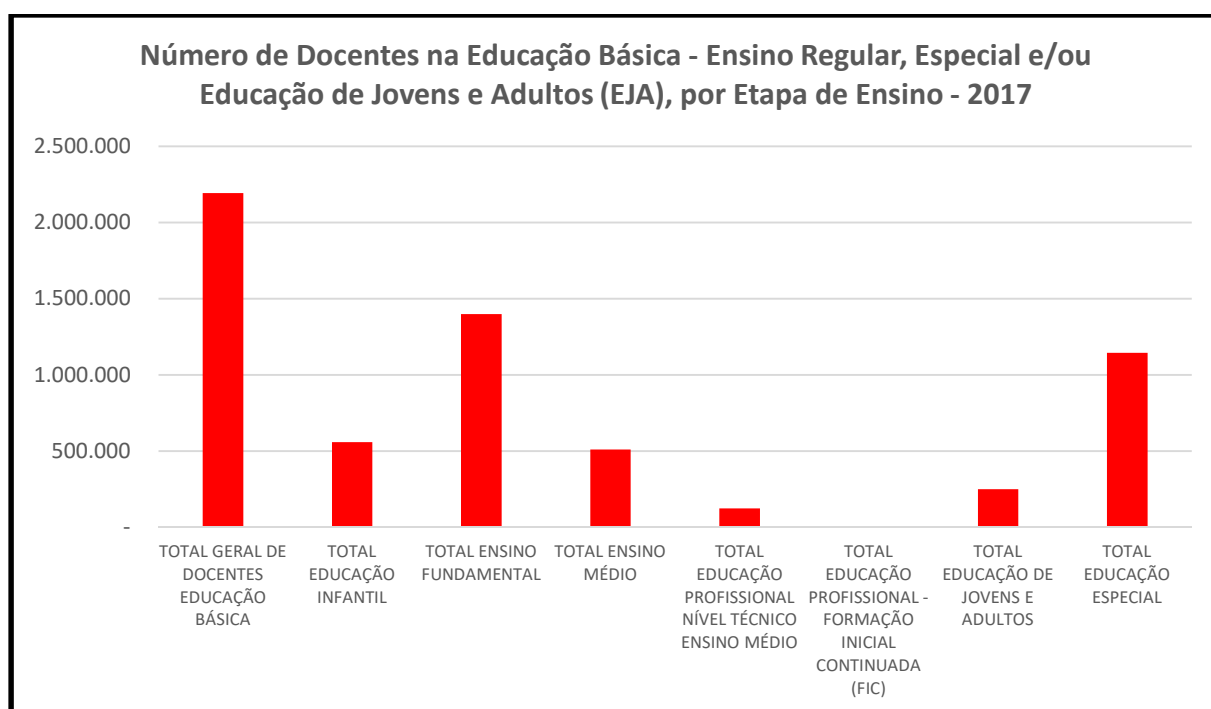
Ressalta-se que os dados são representativos para se ter a dimensão da profissão, já que as informações são de acordo com a modalidade de ensino, ou seja, caso o docente leccione em mais de uma série ou escola ele será contabilizado mais de uma vez, mas ainda que isto ocorra representa o perfil mais próximo da prática docente.

2.1 Dimensões e indicadores do professorado brasileiro

A função docente, de acordo com os dados do Inep, representa o total de 2.192.224, segundo mostra o Gráfico1, além disso demonstra-se a distribuição do total de docentes por etapa existente hoje na educação básica, sendo evidente a concentração no ensino fundamental, com 63,82%, e, somando o ensino fundamental e médio, totalizam 87%, ou seja, do ensino regular.

Esses dados representam a importância de estudos voltados aos docentes, os quais são os principais agentes da educação básica já que a maioria deles leciona na rede pública de ensino.

Gráfico 1- Número de docentes total e por áreas da educação básica

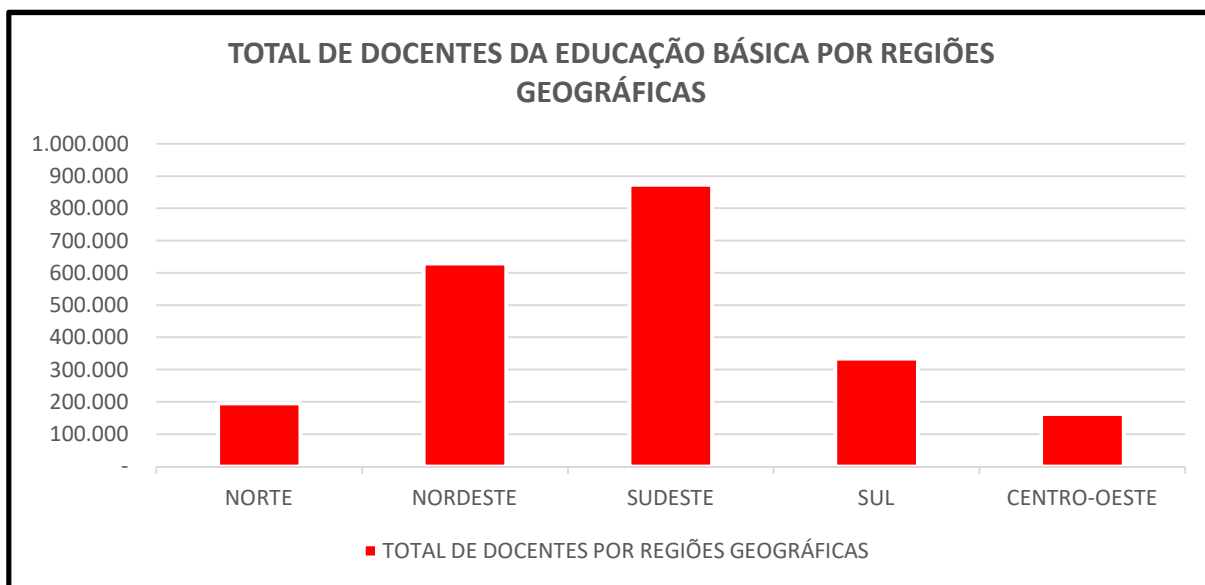


Fonte: Censo Escolar/ Inep/ MEC - 2017. Elaboração: Vilela, A. P. A..

O Gráfico 2 mostra a distribuição geográfica dos docentes por região. De acordo com o Censo Escolar, a região que concentra maior número de docentes lecionando é o Sudeste, afirmando ainda mais a escolha do recorte espacial para este estudo, pois, o estado de São Paulo é pertencente a esta região.

A localização dos municípios e regiões influencia na escolha dos docentes que almejam por melhores condições de sobrevivência, portanto estes dados refletem atenção que os entes públicos precisam ter para direcionar estratégias relacionadas ao ensino.

Gráfico 2 – Número de docentes distribuídos por regiões geográficas



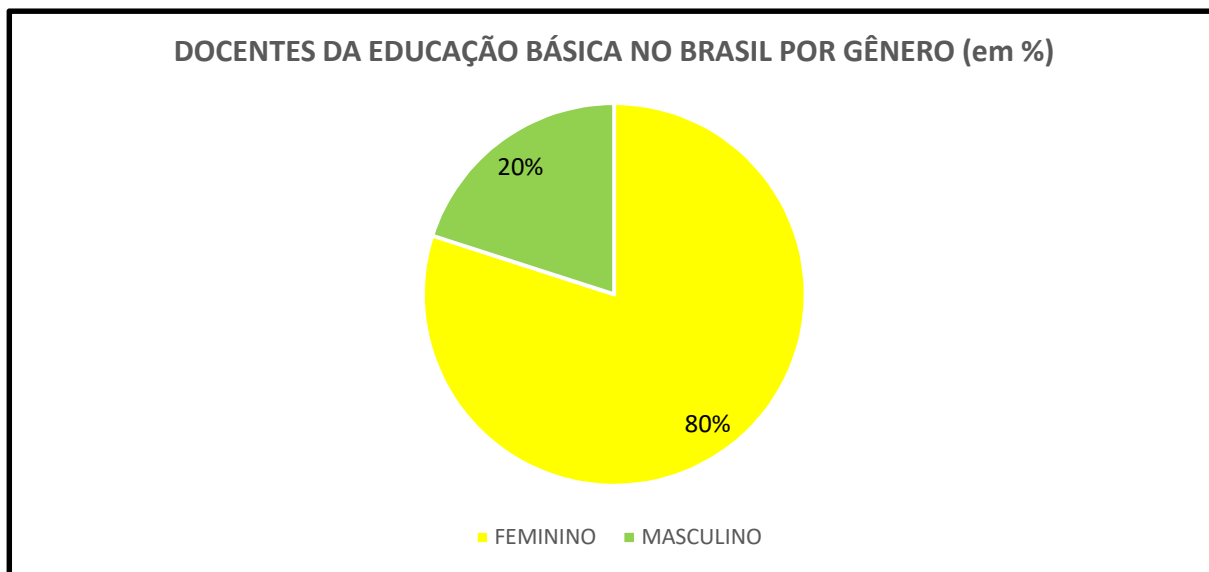
Fonte: Censo Escolar/ Inep/ MEC - 2017. Elaboração: Vilela, A. P. A..

O Gráfico 3 revela a distribuição docente por gênero, 80% são mulheres e 20% são homens, desta maneira, é importante refletir analítica e politicamente acerca das pesquisas que ressaltam sobre o imaginário social construído entre docência e a maternidade, tornando a escola uma extensão da casa e dos cuidados das mulheres, naturalizando e desqualificando a docente que é formada para a prática educativa. “O trabalho docente passou a ser exercido, com o estereótipo de missão feminina desde o período de consolidação como profissão até os dias atuais em que se constata flagrantemente a maioria de mulheres nesta função” (SANTOS, 2015, p.6).

Os dados são reflexos de uma sociedade patriarcal, em que a figura do professor corresponde à autoridade e a da professora, aos cuidados, dados esses enraizados em um passado histórico concreto e que práticas sobre o imaginário docente devem ser abordadas com finalidade de repensar politicamente de maneira urgente este imaginário (LOURO, 1997).

O intuito não é reforçar o predomínio dos homens em status e cargos superiores aos das mulheres, porém demonstrar que as diferenças de gênero existem e a educação básica e, especialmente, os docentes são integrantes desse processo que envolve as contradições e resistências que permeiam o tecido social.

Gráfico 3 - Docentes sobre o percentual em gênero

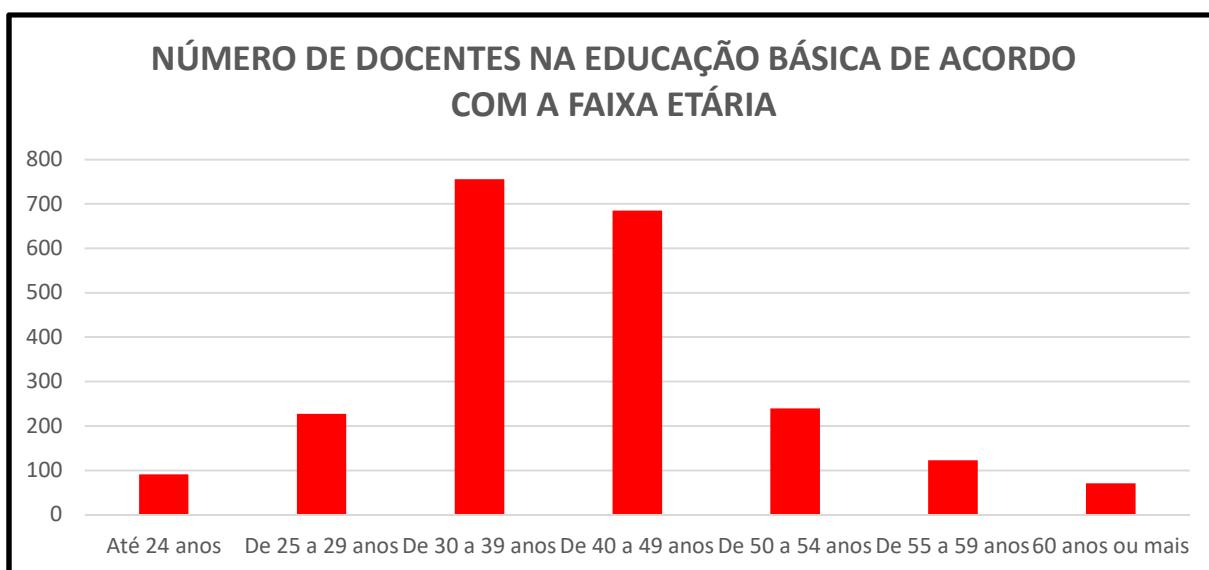


Fonte: Censo Escolar/ Inep/ MEC - 2017. Elaboração: Vilela, A. P. A..

Os dados do Gráfico 4 apresentam o número de docentes conforme a faixa etária, desta forma, predomina a faixa etária entre 30 a 39 anos em, respectivamente entre 40 a 49 anos.

A idade dos docentes pode refletir os escassos concursos públicos, as aposentadorias que estão em andamento, as exonerações, a maior experiência ou não dos docentes, dentre outras possibilidades.

Gráfico 4 – Número de docentes distribuídos de acordo com a faixa etária

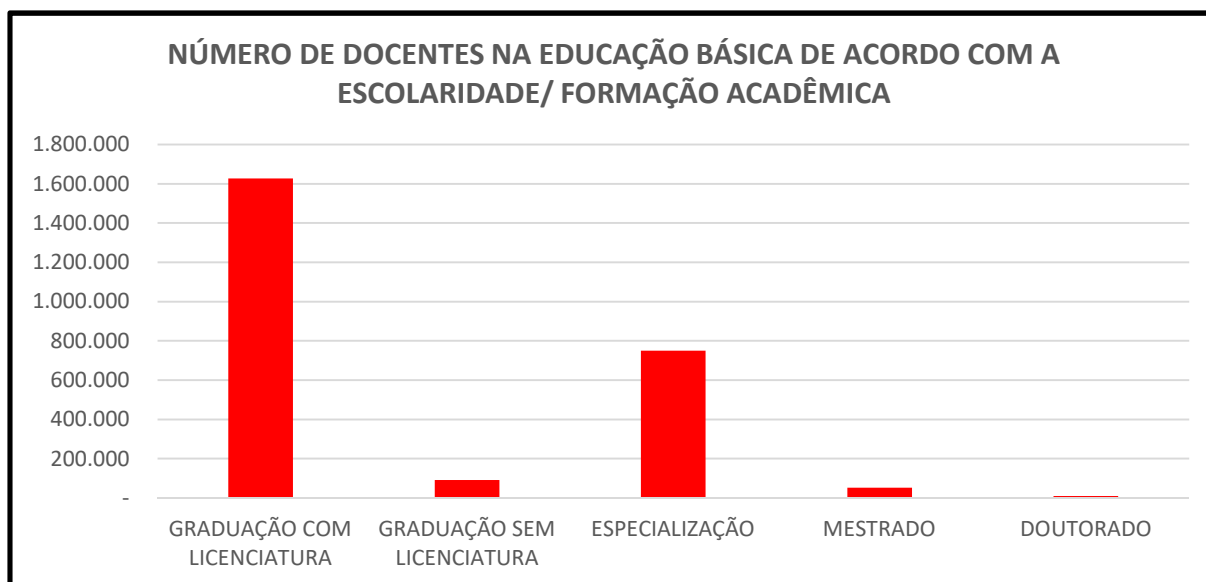


Fonte: Censo Escolar/ Inep/ MEC - 2017. Elaboração: Vilela, A. P. A..

O Gráfico 5 aponta o nível de escolarização dos docentes e revela que 64% possuem graduação com licenciatura, ou seja, formação voltada para a prática do ensino. No quesito especialização, 29% realizaram o curso e destaca-se que algumas graduações que não são licenciatura a especialização habilitam a docência e, em outros casos, dos licenciados, é uma qualificação profissional muito importante, assim como o mestrado e o doutorado.

O fato é que a desvalorização se reflete na sua formação, pois o sistema educacional básico emprega muitas atribuições e tarefas, além disso não é flexível e convidativo ao docente permanecer se aperfeiçoando, um exemplo que evidencia esse cenário são os planos de carreira e salários baixos.

Gráfico 5 – Número de docentes distribuídos de acordo com a formação acadêmica

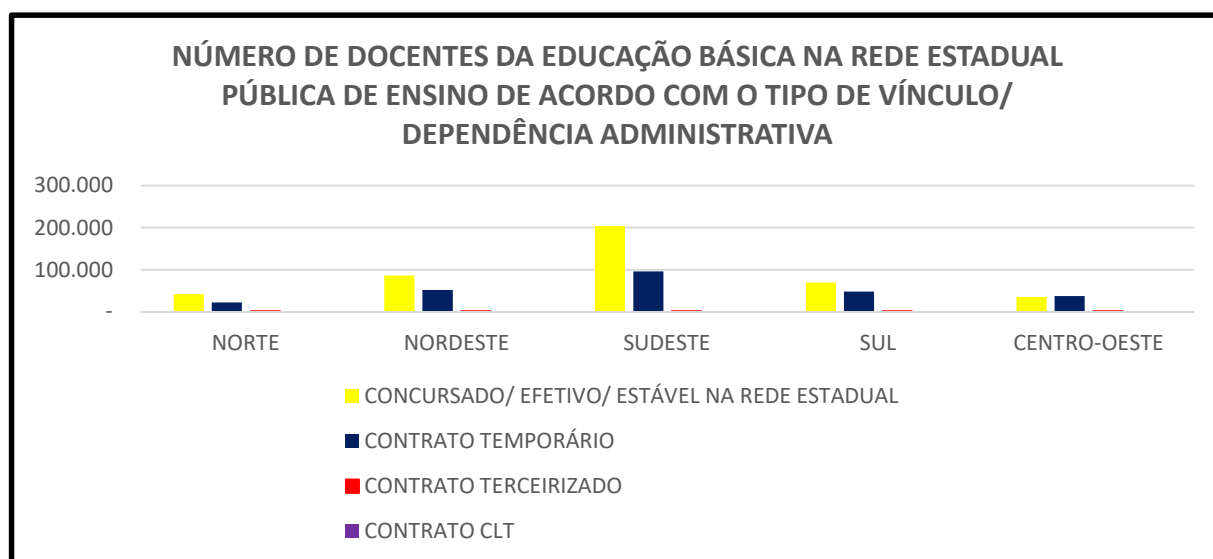


Fonte: Censo Escolar/ Inep/ MEC - 2017. Elaboração: Vilela, A. P. A..

O Gráfico 6 expressa o número de docentes da Rede Estadual de Ensino Público e os tipos de vínculos na contratação de acordo com cada região. Nota-se que os contratos temporários quase se equiparam aos concursados, com exceção do Centro-Oeste, que já ultrapassou os concursados.

Os contratos temporários são efetivados de maneira precária, porém os Estados se utilizam dessas ferramentas para fragmentar mais as formas e tipos de vínculos, como exemplo dessa prática é a terceirização, isto é uma maneira expressa de passar as responsabilidades de um projeto nação para uma empresa que se utiliza de maneiras nefastas de destruição dos homens e mulheres, que são tratados como descartáveis e sem garantias de seus direitos no que estabelece a legislação trabalhista.

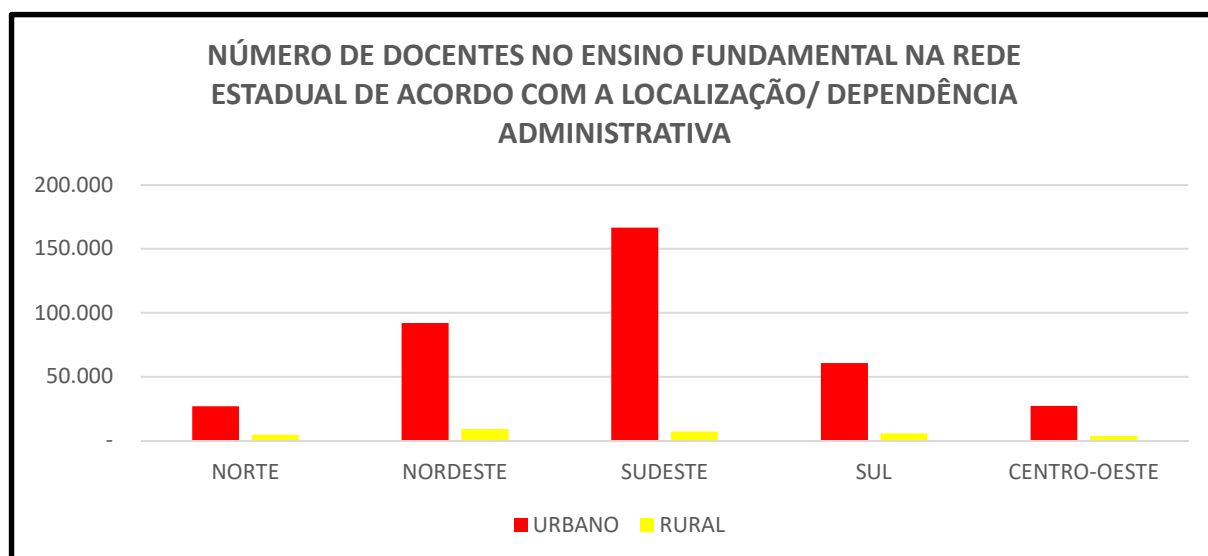
Gráfico 6 - Docentes da Rede Estadual Pública de acordo com o tipo de vínculo com o Estado



Fonte: Censo Escolar/ Inep/ MEC - 2017. Elaboração: Vilela, A. P. A.

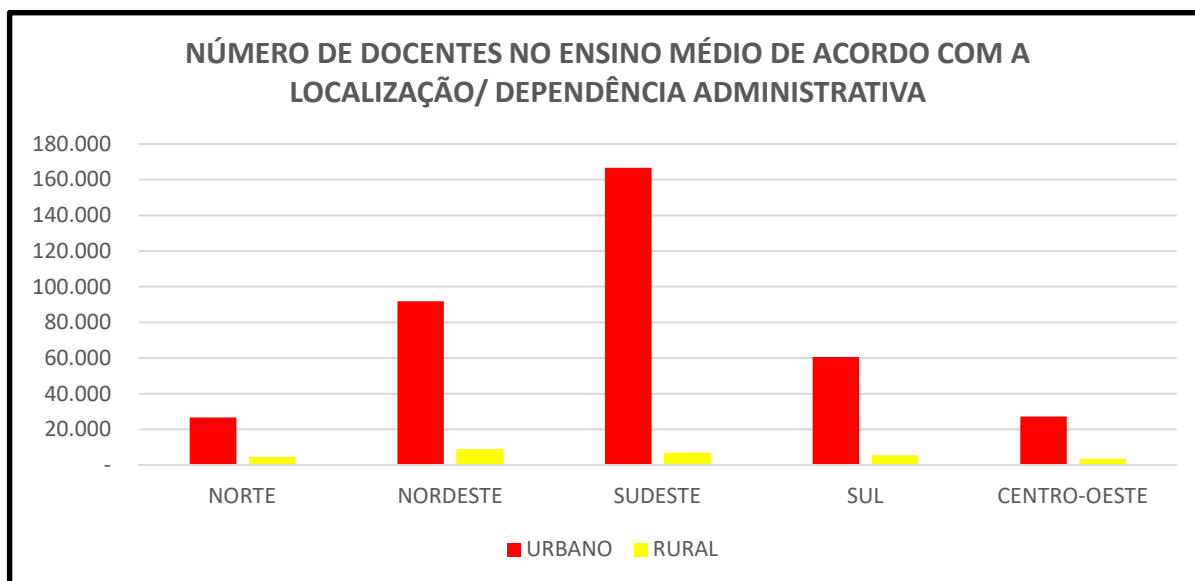
A seguir, os Gráficos 7 e 8 demonstram o número de docentes que lecionam no ensino fundamental conforme a localização, em cada região e o ensino médio. Em ambos os gráficos, percebe-se que a concentração dos docentes acontece em maior parte nas áreas urbanas, sendo que o Nordeste foi o que se destacou com maior número de docentes em áreas rurais.

Gráfico 7 - Docentes da Rede Estadual Pública no Ensino Fundamental conforme localização geográfica



Fonte: Censo Escolar/ Inep/ MEC - 2017. Elaboração: Vilela, A. P. A..

Gráfico 8 - Docentes da Rede Estadual Pública no Ensino Médio conforme localização



Fonte: Censo Escolar/ Inep/ MEC - 2017. Elaboração: Vilela, A. P. A..

Outro fator a ser mencionado é a remuneração dos professores de escola públicas do ensino fundamental e médio. Alguns relatórios, como a Education at a glance², da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, que teve uma edição em 2017, demonstrou a remuneração paga aos docentes de vários países membros e parceiros da OCDE. De acordo com o relatório, a média geral salarial dos docentes do ensino fundamental e médio foi de US\$ 29,4 mil por ano, porém o Brasil ficou bem abaixo da média salarial, totalizando US\$ 13 mil por ano em valores ajustados de acordo com o poder de compra de cada país, conforme dados coletados em 2012.

De acordo com o relatório, os professores brasileiros são os que mais trabalham e possuem a menor remuneração. Os docentes de outros países trabalham em média 40 semanas por ano, já, no Brasil, trabalham-se 42. No ranking salarial dos piores avaliados, o Brasil ficou em penúltimo lugar, na frente apenas da Indonésia. Por outro lado, o primeiro lugar no ranking mundial foi Luxemburgo, com US\$66 mil anuais. Na América Latina, Chile e México ocupam as melhores posições, com salários anuais médios de US\$ 17,7 mil e US\$ 15,5 mil, respectivamente, mas ainda abaixo da média mundial.

No Brasil, o Departamento de Pesquisa Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, publicou uma nota técnica³ em que aponta as transformações recentes no perfil do docente das escolas estaduais e municipais de educação básica

² Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2018/03/20/salario-de-professor-brasileiro/>>.

³ Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec141DocentesPnadvf.pdf>>.

realizando uma análise, a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, desta maneira elaborou-se uma tabela sobre os salários docentes por regiões Tabela 1. O DIEESE contribui com dados a respeito do salário mínimo nominal e necessário por meses/anos, denominada de Pesquisa Nacional de Cesta Básica de Alimentos.

Foram selecionados para análise os seguintes períodos 2002, 2006, 2009, 2011 e 2013 (Tabela 1), assim, pode-se realizar comparações se o salário pago aos docentes supre o necessário para sua sobrevivência, assim, segue a Tabela 2.

Tabela 1 - Rendimento Real dos Professores das Redes Estaduais e Municipais no Trabalho Principal segundo Região, Jornada de Trabalho Semanal de 30 Horas – Brasil 2002-2013

Anos	Brasil	Regiões				
		Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
2002	1.249,22	1.210,27	877,82	1.612,00	1.299,84	1.504,72
2006	1.380,01	1.345,63	1.060,50	1.579,50	1.484,30	1.800,32
2009	1.486,08	1.496,00	1.171,99	1.550,52	1.609,83	1.926,30
2011	1.579,51	1.505,21	1.268,66	1.701,35	1.616,62	2.043,56
2013	1.762,23	1.687,03	1.559,26	1.747,61	1.825,84	2.316,51
Variação real (%) rendimento	41,1%	39,4%	77,6%	8,4%	40,5%	53,9%

Em R\$

Fonte: IBGE. Pnad. Microdados de 2006, 2011 e 2013. Elaboração: VILELA, A. P.A., 2018.

Nota: (1) Valores a preços de setembro de 2013 pelo INPC-IBGE; (2) As ocupações selecionadas foram: 2311, 2312, 2313, 2321, 2330, 2391, 2392, 3311, 3312, 3313, 3321, 3322 e 3331

Obs.: Valores sem ponderação

Tabela 2 - Tabela Média Salarial do Salário Mínimo e Necessário

PERÍODO	MÉDIA DO SALÁRIO MÍNIMO NOMINAL MENSAL EM REAIS	MÉDIA DO SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO MENSAL EM REAIS
2002	195,00	1.188,69
2006	337,50	1.500,70
2009	460,83	2.042,43
2011	544,16	2.272,44
2013	678,00	2.534,87

Fonte: DIEESE. Elaboração: VILELA, A. P.A., 2018.

Comparando a Tabela 1 e 2, nota-se que o salário pago aos docentes, a partir do ano de 2009, não alcançou, em nenhuma região, a paridade entre o salário mínimo necessário para sobrevivência. Nota-se que os reajustes salariais passaram a declinar não acompanhando os aumentos do salário mínimo, ou seja, as correções ficaram abaixo da inflação.

Diante deste contexto, referente ao salário dos docentes brasileiros emerge a importância da discussão referente ao Piso Salarial Nacional, Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008⁴, sancionada em três artigos que preveem a regulamentação do piso salarial do magistério público da educação básica, a partir de um teto mínimo salarial R\$ 950,00 para ensino médio e com jornadas de trabalho com, no máximo, 40 horas semanais, assim, os vencimentos referentes às demais jornadas de trabalho serão, no mínimo, proporcionais ao valor mencionado.

A lei do piso compreende que o magistério é composto de profissionais que desempenham atividades no campo da docência ou de suporte pedagógico, ou seja, direção, planejamento, inspeção, supervisão, orientação e coordenação educacional, atividades exercidas no âmbito das unidades escolares da educação básica, conforme determinada pela legislação federal de diretrizes e bases da educação nacional.

Além disso, dispõe que, na jornada de trabalho do docente, o limite máximo de 2/3 (dois terços) da carga horária seja destinado ao desempenho das atividades de interação com os alunos, e também são aplicadas pela lei todas disposições referentes às aposentadorias e pensões, advertindo a respeito da atualização anual no mês de janeiro e o valor acima mencionado do piso salarial profissional nacional do magistério público (BRASIL. 2008).

A atualização é calculada utilizando-se o mesmo percentual de crescimento do valor mínimo anual por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano, que está definido nacionalmente de acordo com a Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007⁵, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB.

De acordo com a lei do piso salarial, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem adequar ou elaborar os Planos de Carreira e Remuneração do Magistério tendo em vista o cumprimento desta lei, e, ainda, caso haja ato de improbidade administrativa ou não observação desta lei, são previstas penalidades amparadas na Lei nº 8.429, de 2 de

⁴Lei nº 11.730 de 16 de julho de 2008 encontra-se disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm>.

⁵ Lei nº 11. 494, de 20 de junho de 2007 encontra-se disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111494.htm>.

junho de 1992⁶ que estabelece sanções aplicáveis caso haja o descumprimento da lei de maneira direta, indireta ou fundacional aos agentes públicos.

Porém, casos de não cumprimento da Lei do Piso são recorrentes entre os Estados, e já foi realizado um estudo sobre esta lei indicando cada estado que não cumpre com a referida lei, o qual foi divulgada na mídia através do jornal Folha de São Paulo, em 16 de novembro de 2011. Foi matéria de capa cujo título é “17 Estados descumprem lei salarial de professor”, como segue anexo ao trabalho.

A matéria completa, que está em anexo divulga uma tabela cujo título é “Situação dos professores no país”, com dados dos Estados que não cumprem a lei elencando o valor pago em cada Estado, jornada extraclasse e a fração da carga horária destinada a esta última. A fonte dos dados foram obtidas nas Secretarias Estaduais da Educação.

Como foi relatado no título da capa do jornal são 17 Estados que não cumprem a lei, tais como Acre, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí, Paraná, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Rio Grande do Sul, São Paulo, Espírito Santo e Tocantins, evidenciando desta maneira uma situação de negligência destes Estados com os trabalhadores(as) da educação reverberando em ações judiciais, greves e manifestações legítimas.

As profissões que envolvem o processo educativo tem grande influência para construir as bases da cidadania, pois se configura através da formação de pessoas e cidadãos, a qual apresenta importante perspectiva para a construção de valores necessários na reprodução social. No entanto, infelizmente a realidade educacional não oferece condições de trabalho satisfatórias para exercício desta função.

Neste sentido reiteramos, a partir de pressupostos de Freire (1987), que o exercício de humanização pelo professorado, denominada de vocação ontológica do ser, é a busca em “ser mais” e conhecer “sobre si” e “o mundo”, alicerçado na liberdade, ou seja, em sua autonomia, destacando que a essência das relações promovidas no ambiente escolar deve ser a reinvenção do aprendizado de sua autonomia.

Assim,

Autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser. Não ocorre em data marcada. É neste sentido que uma pedagogia da autonomia tem de estar centrada em experiências estimuladoras da decisão e da responsabilidade, vale dizer, em experiências respeitosas da liberdade. (FREIRE, 2002, p. 65).

⁶ Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 . Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8429.htm>.

Por isso, reflete-se sobre a diversidade do ambiente escolar destacando principalmente os profissionais que sofrem diante de situações e combinações entre alegria e tristeza. Assim, procurando ensinar sempre, porém atento, a todo momento para escutar, ou seja, falar a todos e ouvindo cada aluno (a) que deseja manifestar-se na sala de aula.

O livro de literatura intitulado “Diário de um Educador” expressa, de maneira simples, os sentimentos e desejos dos docentes

Quem possui a indômita magia de ajudar que todos desabrochem e se expressem, aprendam e se transformem, construam e sonhem? Quem é esse estranho malabarista que necessita se equilibrar entre conteúdos e competências, limitando excessos, favorecendo autonomia, acordando inteligências, provocando pensamentos? Quem é esse anjo que empresta a filho dos outros o tempo que não tem para os seus e que, cobrado pelos desafios da vida sempre dura, não consegue apagar a emoção que a rotina propicia. (ANTUNES, 2007, p.111).

Este aprender a partir da prática em ser solidário e, ao mesmo tempo, passar conteúdos que estão previstos no currículo, demonstra o perfil de profissionais que acreditam no futuro e que vibram com sucessos alheios, pois sabem que esse sucesso alheio faz parte da construção do saber para sociedade.

O professor se sujeita a acreditar que tem algo melhor no futuro se referindo aos alicerces da sociedade que preveem o conhecimento, a igualdade e a democracia. Assim, a experiência de estar diante de um ser humano que não sabe todas as coisas que deveria saber e, às vezes não tem inclusive estabilidade pessoal para saber o que deve saber, mesmo assim, acredita na possibilidade de ajudar a melhorar um ser humano que está em desenvolvimento. É ter contato com um grupo de seres humanos, às vezes, instáveis, em outras ocasiões, aptos ao conhecimento, às vezes, resistentes ao conhecimento; é submeter sua personalidade à personalidade de muitos jovens, e acreditar que possa vir um mundo melhor (KARNAL, 2016).

A vida conturbada e atarefada dos professores inclui horários, planejamento, aula, elaboração e correção das tarefas e provas, ou seja, exige dos profissionais esforços no âmbito psicológico e físico em prol da prática pedagógica e crescimento pessoal, principalmente dos indivíduos envolvidos nesse processo de aprendizagem.

A aula é resultado do estudo e da experiência de vida do professor, a qual é oferecida aos alunos (as) (consumidores), porém, estes também contribuem na construção desse produto, pois ela não é um processo linear, mas de troca. Nesse sentido, o docente está ali mais para instigar a curiosidade e a subjetividade do aluno (a), do qual depende do próprio querer fazer parte deste processo de construção do conhecimento (KARNAL, 2016). Isso

representa um desafio enorme que envolve as questões emocionais e psicológicas, portanto, de saúde.

Durante este percurso porque os docentes optaram, há momentos repetitivos e com muitas dificuldades que resultam no desânimo, pois saem exaustos e todos esses esforços dedicados ao magistério podem aparecer décadas depois, desde danos à sua saúde, a resultados benéficos, os quais representam conquistas dos alunos que ingressam nas universidades ou empregos, mediante o exercício permanente da prática docente.

Pesquisas realizadas por sindicatos e pesquisas acadêmicas⁷ demonstram que os maiores motivos que contribuem com o adoecimento docente são os defasados salários, a crise do diálogo na escola que se configura em todas as dimensões desde direção, coordenação, pais e entre seus entes, e, além de tudo isso, existe a dificuldade em relação ao comportamento dos alunos, que podem demandar esforços físicos e psicológicos.

Esta situação se reflete em diferentes meios de comunicação que propagam a situação precária vivida pelos professores no Brasil, como aborda a reportagem do Metro Jornal de Campinas, circulado na data de 30 de maio de 2016, cujo título da matéria é “Professores e garçons estão entre os bicos mais buscados”, a matéria seguirá em anexo.

De acordo com a matéria, foi realizada uma pesquisa pela plataforma Bicos (serviço virtual que realiza uma ponte entre trabalhadores e contratantes) e revelou que professores, motoristas e garçons estão entre os “bicos” mais procurados no mercado de trabalho, ou seja, trabalhos sem estabilidade e compreendidos apenas como um complemento à renda salarial.

Porém esta é apenas uma das várias situações degradantes a que o professor é exposto, principalmente quando se abordam as questões salariais, que não condizem com o trabalho realizado em seu ambiente laboral.

A Figura 2 representa uma charge sobre o salário docente, divulgada através das redes sociais Facebook e WhatsApp, no período do carnaval 2018, como crítica aos salários docentes.

⁷ Para saber mais acesse: <<http://www.apoeesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/pesquisa-apoeesp-data-popular/>>;
<<http://www.apoeesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/a-saude-dos-professores-2013/>>;
<<http://www.apoeesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/saude-dos-professores-e-a-qualidade-do-ensino/>>;
<https://www.fenprof.pt/Download/FENPROF/M_Html/Mid_332/Anexos/JF_out18_INQUERITO_NACIONAL.pdf>;
<<http://www.scielo.br/pdf/ep/v31n2/a03v31n2.pdf>>.

Figura 2 - Charge Salário Professor



Fonte: Luiz Fernando Cazo, 2018.

Este é o cenário e perfil dos professores(as) brasileiros(as), os quais necessitam de muita força para continuar caminhando nesta trajetória precária, ou seja, a instabilidade faz parte da vida destes profissionais. No próximo item, buscou-se abordar as políticas, leis, resoluções e decretos que contribuem para este mundo precário, cujo recorte escolhido foi o professorado paulista. Resistir a este cenário precário tem sido a luta diária desses trabalhadores.

2.2 Fragmentação e adoecimento: a realidade do magistério paulista

Diante do que foi exposto, é importante apontar alguns desdobramentos das políticas, leis, resoluções e decretos no âmbito escolar e a vida funcional dos docentes do Ensino Oficial do Estado de São Paulo que contribuem para precarização e adoecimento

docente. Estas normas jurídicas são ferramentas políticas das quais o governo estadual vem se utilizando para prejudicar direitos reconhecidos do professorado.

A fragmentação está muito presente no cotidiano dos docentes que atuam no Ensino Oficial do Estado de São Paulo. Isto se dá através das divisões entre os docentes em Categorias, propiciando o não reconhecimento de uma identidade de classe, pois cada Categoria tem seus interesses e demandas distintas.

No tocante ao debate sobre as categorias de trabalhadores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, é importante destacar o que significa cada uma delas.

A Categoria A são os efetivos, os servidores públicos inseridos a partir de concurso público.

A Categoria L são os docentes estáveis pela Constituição de 1988, assim exerciam a atividade após a Lei Complementar nº 1.010⁸, de junho de 2007, e antes da Lei Complementar 1.093 de junho de 2009⁹.

A Categoria F são os professores que atuavam na rede, contratados sem concurso até junho de 2007, também inseridos na Lei nº 500/742. Mesmo que não haja turmas disponíveis para lecionarem, é assegurada a remuneração mínima equivalente a 12 aulas semanais, gozando, assim, do status de trabalhadores estáveis dentro da rede pública.

Os docentes substitutos e eventuais¹⁰ representam a Categoria O. A vinculação da Categoria ao Estado é celebrada mediante um contrato temporário válido por três anos, podendo ser prorrogado. Com esse contrato, o docente pode participar, das atribuições semanais para fins de substituição, por tempo determinado e de, no máximo um ano.

A categoria S se configura como sendo o docente eventual, vinculado à Lei nº 1.010 de 2007¹¹. A categoria I é o docente eventual que possui vínculo com a mesma Lei Complementar citada anteriormente, a Lei nº 1.010, e antes da Lei Complementar nº 1.093 de 2009¹².

Por fim, existem as categorias R e V, a primeira se refere ao docente que, por motivos de enfermidade, física ou psicológica, não pode voltar a lecionar e, por isso, o Estado

8 Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/lei.complementar-1010-01.06.2007.html>>.

9 Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=156956>>.

10 Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2009/lei.complementar-1093-16.07.2009.htmlv>>.

11 Disponível em:

<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2007/lei.complementar-1010-01.06.2007.html>>.

12 Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=156956>>.

precisa readaptá-lo em sua função¹³; a segunda são os docentes eventuais que não possuem aulas atribuídas, enquadrando-se na Lei Complementar 1.093 de 2009.

Além da fragmentação dos docentes em categorias com direitos diversos, a política de promoção por mérito, conhecida como política de bonificação, que garante remuneração variável de acordo com o desempenho de estudantes na avaliação externa realizada na rede estadual paulista, vem contribuindo sobremaneira para maior individualismo e concorrência entre os docentes¹⁴.

Na prática, essa fragmentação criou dificuldades para que o professorado se percebesse como um coletivo. Tal desdobramento repercute nas ações que o sindicato poderia promover em busca de melhorias. Assim,

O sindicato, instância coletivo/corporativa do trabalho alienado, expressa-se territorialmente como ordenação territorial resultante do fracionamento do trabalho em categorias, assentado por fora do embate da relação capital X trabalho, quando se limita ao cenário do conflito visto e imposto pelo Estado. (THOMAZ JÚNIOR, 2010, p.488).

Como afirmado acima, os sindicatos são instâncias de um coletivo que se expressa territorialmente como resultante de um fracionamento do trabalho em categorias e os professores do estado de São Paulo demonstram que é possível fracionar mais a classe trabalhadora. Portanto, por não se reconhecerem como uma única classe, mas em categorias do todo dissociado, cada uma delas tem seus interesses que não convergem e promovem a desestabilização não apenas do sindicato, mas de sua subjetividade que é inserida na resiliência de seu labor.

A Lei Complementar nº444¹⁵, de 27 de dezembro de 1985, dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas, que regula a vida funcional dos docentes juntamente contendo o plano de carreira, que foi substituída pela Lei Complementar nº 836¹⁶, de 30 de dezembro de 1997, que institui plano de carreira, vencimentos e salários para os integrantes do quadro do magistério e dá outras providências correlatas.

O cenário de fragmentação juntamente com a lei complementar nº836/1997 redefiniu o tempo de serviço, por exemplo com a substituição da hora-aula por aula-relógio,

¹³ Disponível em:

<http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/12_14.HTM?Time=31/03/2017%2016:11:36>.

¹⁴ Decreto n. 53.037, de 28 de maio de 2008. Dispõe sobre a regionalização dos concursos públicos para provimento de cargos do Quadro do Magistério, da Secretaria da Educação, define normas relativas a remoção, a substituição e a contratação temporária de docentes e dá providências correlatas. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/145682/decreto-53037-08sao-paulo-sp>>.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/lei.complementar-444-7.12.1985.html>>.

¹⁶ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1997/lei.complementar-836-30.12.1997.html>>.

assim, como resultado dessa mudança, houve a diminuição de aulas nos períodos diurno e noturno. Além disso, remodelou as referências na evolução da carreira, deste modo, substituíam-se dos critérios “por tempo de serviço” para os critérios de “mérito” (PAULA, 2013; HIDAKA, 2012).

A Bonificação por Resultados – BR é uma política de remuneração variável implementada pela Lei N°1.078 de 17 de dezembro de 2008¹⁷ (SÃO PAULO, 2008). É apontado pelas diretrizes da lei que a administração deve acompanhar o desempenho baseado no pagamento de bônus conforme o alcance de metas fixadas pela administração.

O Manual de Bonificações por Resultado aponta que a política de bonificação é um importante instrumento de gestão, pois, segundo o manual:

Em resposta às mudanças econômicas, políticas e sociais que têm marcado a realidade brasileira nos últimos vinte anos, a Administração Pública vem buscando modernizar suas estruturas, formas de atuação e ferramentas. É nesse contexto que se desenvolve a Gestão por Resultados, preconizando a mudança no foco de atenção - dos procedimentos para os resultados - e colocando em pauta a melhoria da eficiência, da eficácia e da qualidade dos serviços públicos, além da otimização do desempenho dos servidores e das organizações em que atuam. (SÃO PAULO, 2008, p.3).

Pode-se perceber que o instrumento da lei em questão é bastante vago, apontando que a política toma concepções empresariais e as aplica na função docente. Toma, ainda, como base o rendimento do aluno, como nos exames públicos (SARESP), como forma de avaliar o desempenho do docente. Nesse sentido, a que a lógica mercadológica (empresarial e precarizante) está imbrincada com as práticas e políticas públicas, denotando, assim, os rebatimentos no trabalho docente. De certo, como a prática empresarial está impregnada de competitividade e individualismo, o ambiente escolar também vai se tornando cada vez mais adepto dessa lógica.

Quando se refere ao individualismo, caminha-se de acordo com a perspectiva individualista vigente no status quo, o qual advoga que a liberdade individual é a essência de um bem superior e a perspectiva coletiva, um obstáculo para o desenvolvimento social, ou seja, para que haja a superação nesta perspectiva, é necessário o desarranjo da configuração do estado que visa ao bem-estar social e a desregulamentação do mercado de trabalho (LUZIO-DOS-SANTOS; OLIVEIRA, 2011).

Assim,

O individualismo é algo que traz consigo a possibilidade de se desprender de laços sociais e compromissos, a nova tendência permite que o sujeito se prenda com a mesma rapidez que se desprende. Porém, existem sujeitos que não querem e, além do mais, não podem se movimentar com toda essa rapidez exigida. Esses sujeitos

¹⁷ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/147361>>.

não têm oportunidade de crescer dentro desse sistema, pois não atingem os requisitos necessários. O fato é que, apesar de não quererem, eles estão dentro desse sistema. A liberdade e a individualidade, vistas como um direito pelas classes mais privilegiadas nesse contexto é, para os menos favorecidos, um dever sem possibilidades de se fugir ou se fazer diferente. (COSTA, J.P.B., 2011, p.30)

Desta maneira, a perspectiva individualista propulsiona para o aumento das desigualdades sociais, pois são interpretadas como inevitáveis e normais já que pautada no desempenho e esforço de cada indivíduo em pertencer a sua classe social, propulsiona-se a desarticulação da classe trabalhadora, e em políticas baseadas na meritocracia que favorecem um espaço hostil (LUZIO-DOS-SANTOS; OLIVEIRA, 2011).

Nesta conjuntura a reflexão de Ugá (2004), que, a respeito da culpabilização individualista de problemas de escalas a nível global sobre deficiências estruturais e de ordem sistêmica, estas são concentrados e focalizados no indivíduo, assim, quem não tem poder aquisitivo para o consumo de mercadorias é visto socialmente e tem a sensação de ser um sujeito fracassado e que está propício à pobreza.

A sociedade apresenta problemas que são socialmente produzidos e a responsabilidade social é individualizada, para que os problemas sejam individualmente solucionadas em um meio altamente competitivo e agressivo.

Realizando uma análise geral que exprime essa ofensiva do capital e da ideologia individualista, Alves (2010, p.11) destaca que,

Ao mesmo tempo, a ofensiva do capital significou a vigência da ideologia do individualismo na vida social. Desvalorizam-se práticas coletivistas e os ideais de solidarismo coletivo na qual se baseavam os sindicatos e os partidos do trabalho e disseminam-se na cultura cotidiana. influenciada pela mídia, publicidade e consumo, os ideais de bem-estar individual, interesse pelo corpo e os valores individualistas do sucesso pessoal e do dinheiro.

A BR expõe claramente que não é uma política de complementação salarial, porém, para os docentes, é uma maneira de complementar sua renda ao menos uma vez ao ano se alcançar as metas curriculares, ou seja, a insegurança e medo de não alcançar e ganhar apenas o valor de um café ou nada deixa vários docentes angustiados com este cenário.

Assim, se não houver recebimento de bônus em um ano é configurado normal, ou seja, fazem suas vontades de acordo com o controle psicológico dos docentes de maneira individualista.

A política BR teve seu início em 2008 (SÃO PAULO, 2008) e, desde então leva em conta, para o pagamento, a frequência do docente, a escola em que trabalha de acordo com a quantidade de alunos, tipo de escola, os resultados que a escola obteve no Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo – SARESP, índices de abandono e

a média de faltas dos professores e administradores. Os docentes que, por motivos pessoais ou doença, estiverem afastados da unidade administrativa não recebem a bonificação, assim como aquele docente (geralmente os contratados) que não trabalhou 200 dias letivos durante o ano na escola que conquistou a bonificação.

Este foi o modelo adotado para que houvesse cobranças de rendimentos e assiduidades escolares e repressões desde a escala dos supervisores e dirigentes no campo burocrático à dos docentes que estão em sala de aula.

A Lei Complementar N°1.041¹⁸, de 14 de abril de 2008, dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde. Essa lei explicita claramente a punição no inciso 1 que, se, por ventura, o docente “deixar de comparecer ao serviço, até o limite de 6 (seis) ausências ao ano, independente da jornada a que estiver sujeito, ainda que sob o regime de plantão, não podendo exceder 1 (uma) ao mês” (SÃO PAULO, 2008).

Desta maneira, os docentes têm um limite de faltas sendo a doença controlada não por seu estado de agravamento, mas econômico, já que a lei racionaliza situações ao invés de assegurar um ambiente pleno para recuperação do profissional, opta por pressionar através de números, ou seja, limitações e tetos a partir dos dias de trabalho, o que acaba sendo um artifício de controle da classe trabalhadora.

Uma outra mudança imposta ocorreu em 2013 quando da alteração de órgão responsável pela emissão de licenças médicas, que teve como resultado a maior dificuldade dos docentes em usufruir do direito à licença médica¹⁹. Antes, o órgão responsável era o Departamento de Perícia Médica no Estado de São Paulo e passou a ser a Secretaria da Educação (APEOESP, 2016)²⁰.

O Decreto N° 53.037, de 28 de maio de 2008, dispõe sobre a regionalização dos concursos públicos para provimento de cargos do Quadro do Magistério, da Secretaria da Educação, e define normas relativas à remoção, substituição e à contratação temporária. Assim, altera a forma de contratação dos professores (as) não concursados, estabelecendo uma prova de caráter eliminatório e classificatório, para participar no processo de atribuição

¹⁸ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1041-14.04.2008.html>>.

¹⁹ Lei das Faltas Médicas - Lei Complementar 1041/08 | Lei Complementar nº 1041, de 14 de abril de 2008. Dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde e dá providências correlatas. Acesso em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/129548/lei-das-faltas-medicis-lei-complementar-1041-08>>.

²⁰ Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias/professores-de-sp-recorrem-mais-a-justica-para-tirar-licenca-medica/>>.

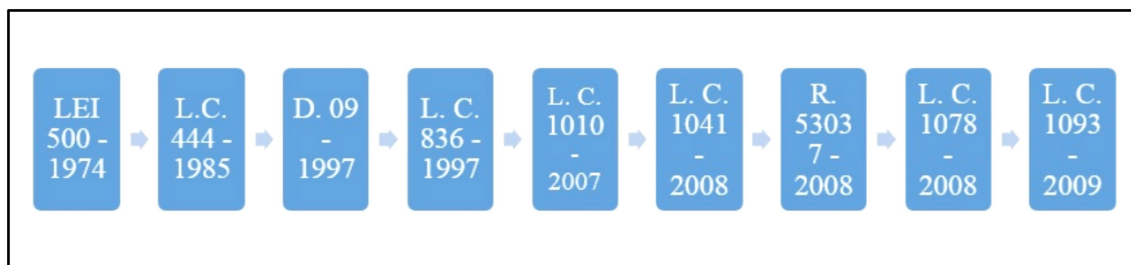
de aulas no ano subsequente. A prova é meritocrática e não assegura o cargo de professor contratado e os salários são os menores conforme sua categoria, que é conhecida por suas inúmeras nomenclaturas.

Outro mecanismo de desgaste profissional em sala de aula foi a Deliberação do CEE N° 09/97²¹, aprovada em 30 de julho de 1997, que institui no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental. Posteriormente, viria a ser reconhecida no ambiente laboral docente como progressão automática, pois, um dos maiores problemas é a repetência de alunos, ou seja, se o docente avaliar em repetir o aluno, não é concebível dependendo de sua série. Existem séries específicas para reter um aluno, assim, por mais que o aluno não saiba ler e escrever, será progredido para o próximo ano, complicando a relação entre aluno e professor, já que não houve as bases necessárias para o aprendizado seguinte.

A repetência e a evasão são consideradas, pelo governo, como desperdícios dos recursos públicos e o regime de progressão continuada, uma maneira de racionalização econômica, não priorizando a qualidade educacional. Deste modo, quem lida cotidianamente com os problemas educacionais desta política são os docentes.

O aparato jurídico que foi construído no Estado de São Paulo contribui para precarização, enfraquecimento, fragmentação e adoecimento de uma classe que havia conquistado direitos, a partir, das lutas pós ditadura e que está se perdendo a cada nova lei complementar, a cada novo decreto, a cada nova resolução e, principalmente, a cada nova política. Abaixo, apresenta-se em ordem cronológica (Figura 3) o ano de criação das leis, decretos e resoluções discutidas neste ítem.

Figura 3 - Linha do tempo das Leis, Leis Complementares (L.C.), decretos (D.) e resoluções (R.)



Elaboração: Anna Paulla Artero Vilela, 2018.

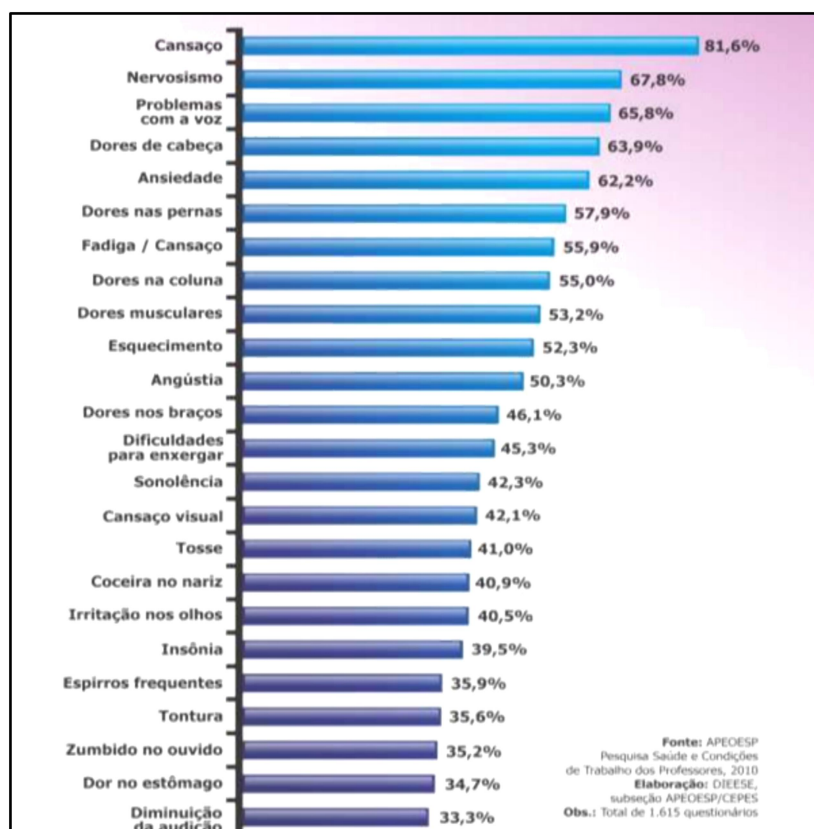
²¹Disponível em:

<http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ccs/Diretor2006/DiretorE_indicacao08_97_deliberacao09_97.pdf>.

Em virtude desta conjuntura do ensino, os mais atingidos são professores, alunos e os demais profissionais da educação, resultado da indiferença e da negligência do poder público. Um ambiente que, a priori, deveria representar o fomento à transformação social e à busca pela felicidade passa a desempenhar papel conservador das práticas de ensino e aprendizagem, com isso, ao invés de fomentar a criatividade e as possibilidades de vida, acaba por reproduzir problemas existentes e até criar novas angústias. Diante do exposto, se faz necessária a discussão sobre a temática saúde dos trabalhadores, pois são os rebatimentos diretos dessa conjuntura.

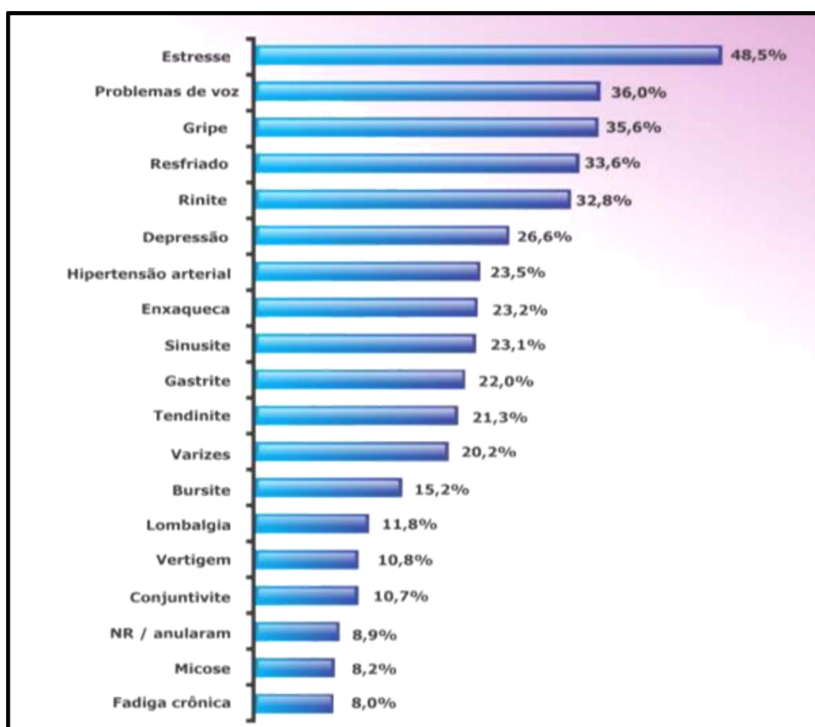
A saúde e a qualidade do ensino fazem parte das inúmeras preocupações da APEOESP, temas de 3 pesquisas realizadas em 2011, 2013 e 2014. O XXIII Congresso Estadual da APEOESP, realizado em 2010 e divulgado em 2011, revela dados sobre a condição de saúde dos professores elencando os principais sintomas e, consecutivamente, as principais doenças que são acometidos. Dentre essas doenças destacam-se estresse, problemas de voz, gripe, resfriado, rinite, depressão, hipertensão arterial, enxaqueca, sinusite, gastrite, tendinite, varizes, bursite, lombalgia, vertigem, conjuntivite, micose e fadiga crônica (APEOESP, 2016), conforme demonstram Figuras 4 e 5.

Figura 4 - Gráfico Principais Sintomas



Fonte : APEOESP Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2011. Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/ CEPES. Obs: Total de 1.615 questionários.

Figura 5 - Gráfico Doenças com Diagnóstico Confirmado



Fonte : APEOESP Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2011. Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/ CEPES. Obs: Total de 1.615 questionários.

O estresse é a primeira doença diagnosticada e reconhecida pela Organização Internacional do Trabalho – OIT²², como um risco educacional ao docente, decorrente do ato de ensinar. O estresse está intimamente associado a sintomas de nervosismo e ansiedade, demonstrando o ambiente insalubre que o ambiente da sala de aula está se tornando.

Outro destaque que aparece com altos índices é a depressão, uma patologia que causa vários transtornos ao paciente, aumenta os hormônios de estresse, aumenta a probabilidade de câncer, diminui o apetite sexual, aumenta o risco de derrame cerebral, doenças cardíacas, de pneumonia, asma, causa danos à memória e, se permanecer, danos irreversíveis e, principalmente, pode matar, pois aumenta o risco de suicídio (CALABREZ, 2016).

Todos esses sintomas apontados anteriormente contribuem para o surgimento de uma condição de saúde que vem causando sérias consequências e preocupações, pois a etapa final desta condição pode ser o suicídio. Essa condição de que se está tratando é a Síndrome de Burnout, a qual se caracteriza pela desistência de realização de projetos ou objetivos de vida por motivos físicos, psíquicos ou físico-psíquicos. Essa síndrome gera uma sensação de

²² Disponível em : <https://www.ilo.org/safework/info/publications/WCMS_466547/lang--pt/index.htm>.

incapacidade e, assim, uma ausência de identidade, que é provocada por um conjunto de situações desgastantes.

Segundo Codo (2002, p.249)

para explicar o burnout desde os mais recônditos conflitos afetivo familiares, aqueles que costumam frequentar o divã da psicanálise, até as relações sociais travadas em meio ao cotidiano, o ambiente físico do trabalho, a rede de relações sociais e hierárquicas que se estabelecem no trabalho e fora dele, a carga da tarefa em si, os vínculos que se estabelecem e se perdem com o produto e, literalmente, tudo o mais que se possa lembrar. Outra vez, cada uma destas faces da vida e do trabalho podem e devem ser responsabilizadas por burnout; outra vez, nenhuma delas pode reivindicar para si o papel de determinante exclusivo do problema.

Refletindo etimologicamente na palavra em inglês “Burnout”, são apresentados três possíveis traduções para a língua portuguesa, sendo elas “esgotamento”, “exaustão” e “queima”, ou melhor, algo que deixa de exercer suas funções de modo adequado devido ao alcance do limite de energia disponível (PEGÔ e PEGÔ, 2016). Deste modo, quando se trata de Burnout, associa-se em primeiro lugar, a questões psicológicas e organizacionais para refletir sobre as mudanças no campo emocional que motivaram seu esgotamento.

Compreende-se a gênese dessa síndrome através do entendimento da categoria território que pode ser concebido a partir dos conflitos e relações de poder exercidas nas relações de trabalho. Partindo desta premissa, o território é reflexo das políticas neoliberais pautadas na acumulação por espoliação, ou seja, o trabalho precarizado a fim de aumento da mais valia do patrão (HARVEY, 2004). Assim, entende-se que o trabalhador adoece e a síndrome de Burnout pode ser a concretização das consequências desta dinâmica.

O conceito de Burnout surge em meados da década de 1970, nos Estados Unidos, especificamente em 1974, através de estudos do psicólogo alemão Herbert J. Freudenberg. O pesquisador buscou compreender as causas da ausência de atenção às doenças psíquicas relacionadas ao mundo do trabalho, as quais afetavam os trabalhadores devido à sua precarização (PEGÔ e PEGÔ, 2016). O conceito surge em uma década cujo cenário mundial era complexo, os Estados Unidos e União Soviética travavam a Guerra Fria, conformando dois blocos antagônicos num período pautado por modelos políticos e econômicos divergentes (capitalismo X socialismo), o mundo Bi-polar. Naquele período, o mundo viveu uma disputa ideológica, que envolveu conflitos estratégicos indiretos, como no Afeganistão, disputas étnicas na África, a Guerra do Vietnã, entre outras, com desdobramentos que acarretaram corridas por maior desenvolvimento tecnológico, como a corrida espacial e armamentista (HOBSBAWN, 1995).

A Síndrome de Burnout nasce em meio a esse cenário de grandes impactos sociais, crise, corrupção, guerras ideológicas, políticas e religiosas. Torna-se evidente, pois,

que as consequências e reflexos desta conjuntura possam atingir diretamente a classe trabalhadora, diante das rápidas mudanças sociais principalmente no que se refere às condições de trabalho pós-segunda guerra mundial nos EUA. Nos dias de hoje, essa Síndrome não se restringe aos EUA, que foi o precursor inicial dos estudos sobre Burnout.

Para tanto, foi realizado um levantamento nas bases de dados da Scielo e Google Acadêmico sobre estudos, pesquisas, artigos que estão disponibilizados online sobre a temática Síndrome de Burnout em cada país reconhecido pela Organização das Nações Unidas – ONU, que compreende 193 países (Figura 6). A representação demonstra a espacialização dos registros que se tem sobre a Síndrome de Burnout em escala planetária e, a partir dela, se materializa claramente sua expansão pelo mundo.

Ao observar a representação, pode-se constatar a espacialização de Burnout pelo planeta, o que evidencia preocupações diante da quantidade de países que possuem casos. No entanto, não foi possível pesquisar as duas informações separadamente, o que torna inconclusiva a quantidade de países que realizam estudos. Os dados permitem apenas concluir que 78 nações, ou 40% do total, possuem incidência ou estudos sobre o tema.

Dessa forma, nota-se que há uma globalização do adoecimento da classe trabalhadora. Com o passar dos anos, Burnout tem sido muito estudada no meio acadêmico e em instituições de pesquisas. Algumas conclusões desses estudos afirmam que se tem estabelecido um estresse laboral crônico, concretizado através do ambiente de trabalho devido a ações, atitudes e sentimentos negativos. Assim, citam-se alguns fatores que provocam o surgimento da síndrome, tais como trabalho extenso, exaustivo, estressante e que exige do trabalhador uma alta carga de tensão (CABALLERO; MILLÁN, 1999).

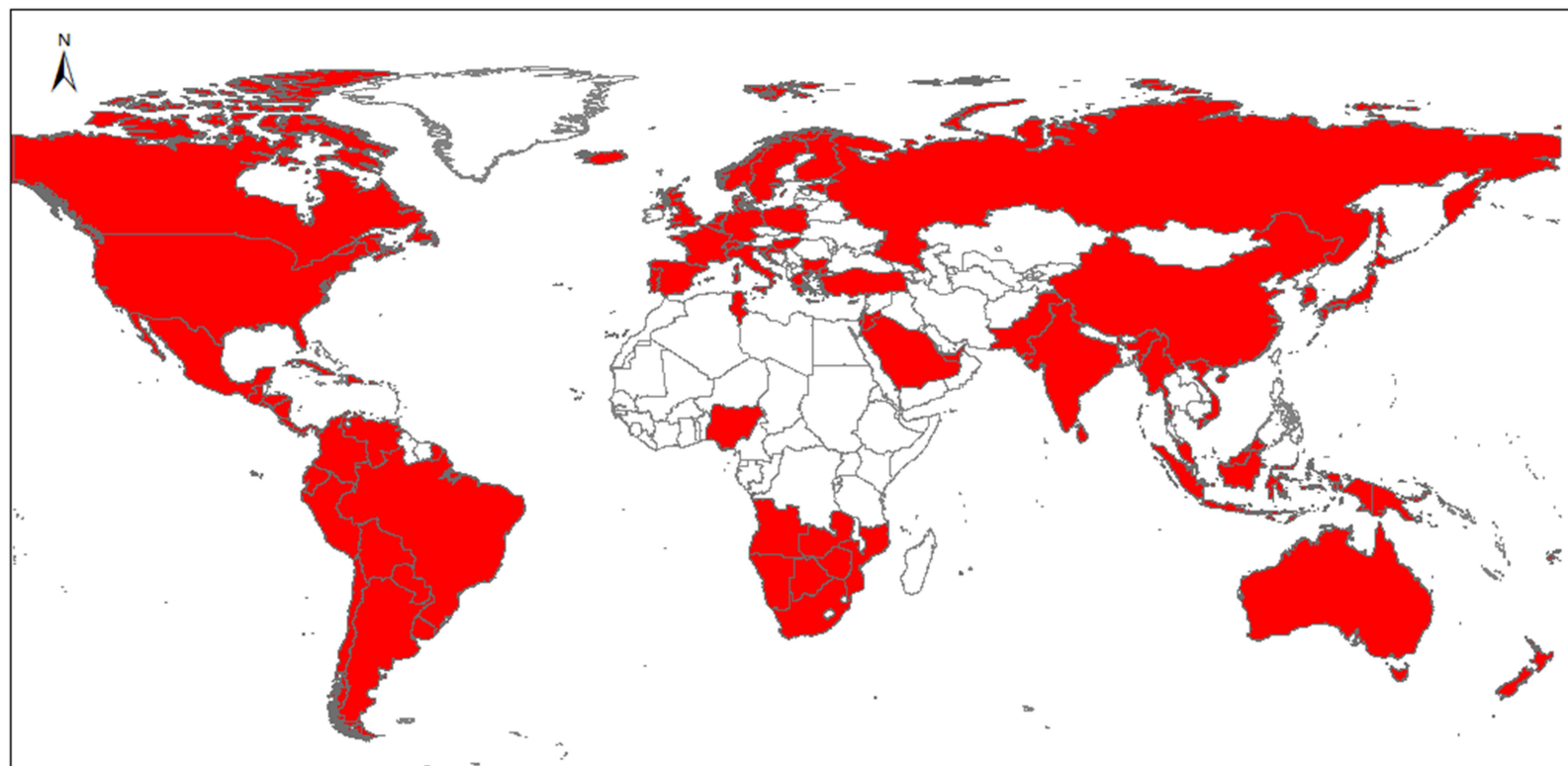
Os principais sintomas desenvolvidos por Burnout são: esgotamento emocional, redução ou ausência da realização profissional e despersonalização profissional. Desta maneira, contribuem para que o sujeito desenvolva comportamentos de apatia, cinismo, desconfiança, medo, alienação, problemas de saúde, vontade de abandonar e morrer. Os estudos desenvolvidos por Caballero e Millán (1999) sobre a temática chegaram à seguinte configuração sobre a Síndrome de Burnout no meio acadêmico, tendo como base três perspectivas histórica, psicossocial e organizacional.

Figura 6 - Espacialização da Síndrome de Burnout em escala global

PAÍSES COM INCIDÊNCIA E ESTUDOS SOBRE SÍNDROME DE BURNOUT

Países

México	Venezuela	Reino Unido	Nicaragua	Islândia	Fiji	Coreia Sul	Bolívia
Panamá	Vaticano	Portugal	Namíbia	Indonésia	Estônia	Colômbia	Bélgica
Croácia	Uruguai	Poônia	Moçambique	Índia	E.U.A	Chipre	Austrália
Palestina	Turquia	Peru	Myanmar	Hungria	Espanha	China	Argentina
Singapura	Tunísia	Porto Rico	Malta	Honduras	Eslovênia	Chile	Arábia Saudita
Suíça	Suécia	Paraguai	Malásia	Guatemala	Ecuador	Canadá	Angola
Holanda	Sri Lanka	Paquistão	Jordânia	Grécia	Emirados Árabe	Cabo Verde	Alemanha
Zimbábue	El Salvador	Nova Zelândia	Japão	Granada	Dinamarca	Bulgária	África do Sul
Zâmbia	Rússia	Noruega	Itália	Frância	Cuba	Brasil	
Vietnã	República Dominicana	Nigéria	Israel	Finlândia	Costa Rica	Botswana	



Fonte: Base IBGE (2010); Dados: Banco de Dados SCIELO (2018) e Google Acadêmico (2018).
Orgs: STOQUI,V.B&VILELA, A.P.A. (2018)

A perspectiva histórica tem como premissa estudar as mudanças e consequências no mundo do trabalho, especificamente nos Estados Unidos, onde surgiu o conceito, cujo recorte histórico escolhido são as mudanças após a Segunda Guerra Mundial. A perspectiva psicossocial se concentra em compreender as condições dos espaços laborais onde se origina a Síndrome de Burnout. Além disso, busca analisar alguns fatores que contribuem para reverter ou atenuá-los, em várias profissões. Utiliza-se, principalmente, a metodologia desenvolvida por Maslach, que ficou conhecida como Maslach Burnout Inventory (MBI), a qual avalia a condição mental nesta perspectiva. Por fim, a perspectiva organizacional, que avalia a Síndrome de Burnout a partir de três níveis diferentes, ou seja, o individual, o social e o organizacional. A síndrome é entendida como sendo um reflexo social dos trabalhos que são exigidos dos trabalhadores e, assim, transparecem os sintomas destacados a seguir, com base nas pesquisas realizadas a respeito da temática (Tabela 3). As informações utilizadas na tabela partem das 4 dimensões de análise apontada por Caballero e Millán (1999), que são sintomas físicos, psicológicos, comportamentais e defensivos.

Para Caballero e Millán (1999), existe uma ordem específica dos sintomas, tais como

1. Fisiológica: falta de apetite, cansaço, insônia, dor cervical e úlceras.
 2. Psicológica: irritabilidade ocasional ou instantânea, gritos, ansiedade, depressão, frustração, respostas rígidas e inflexíveis.
 3. De conduta: expressões de hostilidade ou de irritabilidade, incapacidade para poder concentrar-se no trabalho, aumento das relações conflitivas com os demais colegas, chegar tarde ao trabalho ou sair mais cedo, estar com frequência, fora da área de trabalho e fazer longas pausas de descanso no trabalho.
 4. Outros: aumento do absentismo, apatia face à organização, isolamento, empobrecimento da qualidade do trabalho, atitude cínica e fadiga emocional, aumento do consumo de café, álcool, barbitúricos e cigarros.
- (CABALLERO;MILLÁN, 1999).

A Síndrome de Burnout tem comparecido em trabalhos em que predominam relações interpessoais, ou seja, que envolvem relações entre sujeitos e aquelas permeadas pelo afeto. Muitas vezes, o trabalhador se doa muito além do que pode e o retorno de suas ações é sempre abaixo de suas expectativas, neste caso, o resultado do trabalho depende da receptividade de outra pessoa (CODO; MENEZES, 2000).

Tabela 3 - Sintomas da Síndrome de Burnout

Sintomas Físicos	Sintomas Psíquicos	Sintomas Comportamentais	Sintomas Defensivos
Fadiga constante e progressiva	Distúrbio no sono	Negligência	Isolamento
Dores musculares ou osteomoleculares	Falta de atenção	Irritabilidade	Sentimento de onipotência
Dificuldades no sistema respiratório	Falta de concentração	Agressividade	Perda de interesse pelo trabalho
Problemas gastrointestinais	Alterações de memória	Incapacidade de relaxar	Perda de interesse pelo lazer
Problemas cardiovasculares	Lentificação do pensamento	Dificuldade em aceitar mudanças	Vontades repentinas de abandono ao trabalho
Dores de cabeça	Alienação	Falta de iniciativa	Ironia
Enxaqueca	Solidão	Suicídio	Cinismo
Disfunção sexual	Impaciência	Ataques de ansiedade	
Alteração nos ciclos menstruais	Baixa autoestima		
	Desânimo		
	Depressão		
	Desconfiança		
	Paranoia		

Fonte: CABALLERO; MILLÁN (1999). Org. VILELA, A.P.A. (2018)

Na pesquisa realizada em 2011, a APEOESP divulgou dados sobre as principais queixas dos docentes relacionados à Síndrome de Burnout, demonstrando a insatisfação no ambiente laboral, como principais sintomas, o cansaço, sobrecarga, cobrança pelos profissionais, exaustão emocional, frustração, vontade de mudar de profissão, sem perspectiva de futuro, impaciente, insensível, ausência de solidariedade entre os colegas de profissão, falta de estímulo para novas atividades e falta de acolhimento (Figura 7).

É um cenário caótico e hostil, e que deve ser tratado como motivo de preocupação pela sociedade, já que são efeitos psicológicos resultados do exercício laboral e que afetam sobremaneira a vida das escolas.

Figura 7 – Percentuais de docentes acometidos por sintomas relacionados à Síndrome de Burnout

Queixas e Sintomas relacionados à Síndrome de Burnout (esgotamento profissional)						
		AVALIAÇÃO				
ITEM DE AVALIAÇÃO		Frequen- temente	As vezes	Nunca	NR ou anularam	
1	Cansado	54,0%	37,2%	2,5%	6,3%	Exaustão Emocional
2	Sobrecarregado	47,7%	40,8%	4,1%	7,4%	
3	Muito cobrado pelas pessoas	38,1%	46,3%	7,4%	8,2%	
4	Emocionalmente exausto	44,0%	44,1%	4,8%	7,2%	
5	Frustrado	43,4%	42,4%	7,9%	6,4%	
6	Vontade de mudar de profissão	34,4%	43,2%	14,8%	7,7%	EP
7	Sem perspectiva de futuro	38,2%	40,6%	13,7%	7,6%	Desperso- nalização
8	Impaciente com as pessoas	23,2%	56,9%	12,0%	7,9%	
9	Insensível com as pessoas	10,5%	47,7%	31,6%	10,1%	Envolvimento Pessoal
10	Satisfeito	9,9%	69,4%	11,0%	9,7%	
11	Motivado a aperfeiçoar-se	22,3%	50,7%	17,8%	9,2%	
12	Estimulado p/ novas atividades	23,5%	55,2%	11,3%	10,0%	
13	Acolhido em seu ambiente de trabalho	33,5%	50,0%	8,2%	8,2%	
14	Solidário e procura ajudar seus colegas sempre que possível	62,7%	28,9%	1,5%	6,9%	

Fonte: APEOESP – Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2010. Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/ CEPES. Obs: Total de 1.615 questionários.

Diante do cenário de precarização das formas de contratação e de estabilidade, somado às questões da estrutura física e pedagógica, intensificam-se as formas de adoecimento do docente, pois não se podem analisar separadamente tanto todos os aspectos que envolvem a vida do trabalhador, como aqueles que envolvem a qualidade de ensino nas escolas devem ser levadas em consideração.

Nesse sentido, a pesquisa divulgada em 2014 pela APEOESP teve como intenção estudar a qualidade de ensino nas escolas, bem como a saúde dos docentes. Para isso, foram realizadas 2.100 entrevistas de maneira equivalente entre docentes, pais, mães e alunos. Buscou-se, assim, abordar os principais problemas no ensino, tais como a falta de segurança, progressão continuada, falta de infraestrutura (laboratórios, aulas de informática e acessibilidade), falta de interesse, violência, assédio moral etc (APEOESP, 2014).

A pesquisa de natureza quantitativa elenca as questões mencionadas no parágrafo anterior, bem como outras problemáticas que envolvem o ambiente escolar seus reflexos na vida de docentes, alunos, pais e outros profissionais que atuam diretamente no ambiente

escolar. A pesquisa aponta vários dados ilustrativos a fim de incitar o debate sobre a qualidade da educação pública no Estado de São Paulo.

Entre os pontos elencados na pesquisa, destaca-se que 37% dos docentes se queixaram de ter sofrido algum tipo de discriminação (Figura 8). Nesse sentido, a homossexualidade vem em primeiro lugar, seguida pela discriminação racial e de gênero; e, em quarto lugar, ser de origem nordestina.

Figura 8 - Quadro de Discriminação contra o Professor

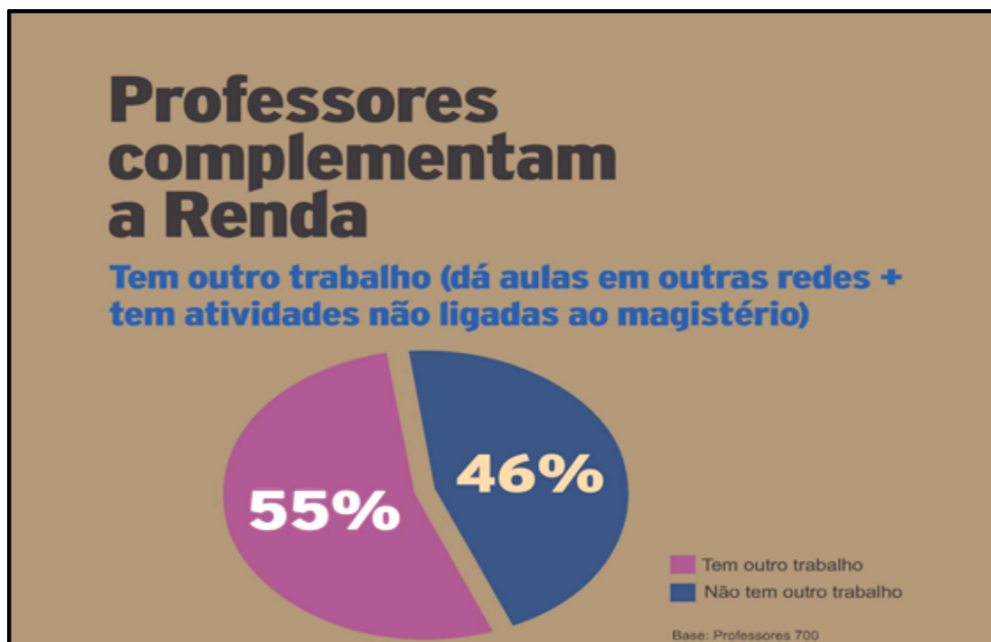


Fonte: APEOESP – Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2014. Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/ CEPES. Obs: Total de 700 questionários.

Outro aspecto importante que a pesquisa aponta é o fato que metade dos docentes mantém outra atividade para complementar a renda, ou seja, 55% têm outro trabalho, como outras redes de ensino ou mantêm outras atividades não ligadas ao magistério, conforme a Figura 9. Por fim, um ponto que também vale a pena destacar é que 48% dos docentes acreditam que o tempo para o planejamento e preparação das aulas é inadequado Figura 10 (APEOESP, 2014)²³.

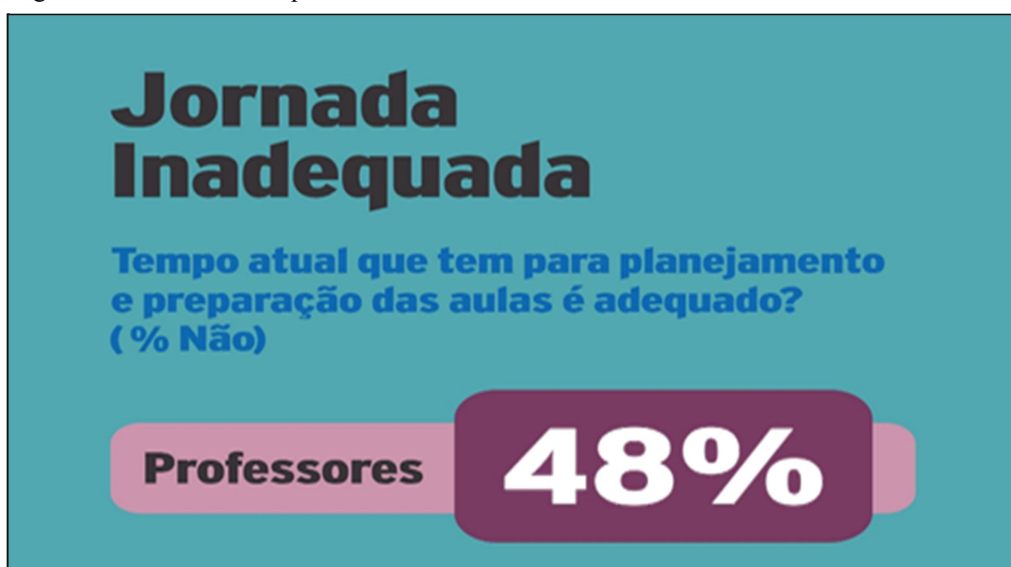
23 Disponível em: <<http://www.apoeesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/pesquisa-apoeesp-data-popular/>>.

Figura 9 – Porcentagem de docentes que necessitam complementar sua renda em outras atividades



Fonte: APEOESP – Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2014. Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/ CEPES. Obs: Total de 700 questionários.

Figura 10 - Jornada inadequada



Fonte: APEOESP – Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2014. Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/ CEPES. Obs: Total de 700 questionários.

Além disso, destacam-se os baixos salários pagos aos docentes. Através da Figura 11, é possível notar que a própria comunidade escolar (como pais e alunos) se mostram insatisfeitos diante da realidade salarial.

Figura 11 - Gráfico Salários Baixos



Fonte: APEOESP – Pesquisa Saúde e Condições de Trabalho dos Professores, 2014. Elaboração: DIEESE, subseção APEOESP/ CEPES. Obs: Total de 700 questionários.

Esses dados reafirmam a necessidade de avançar na proposição de normas jurídicas, como leis, decretos e resoluções, que valorizem a condição do trabalho docente. No entanto, somente normas não solucionam a questão da precarização da profissão docente, mas o aparato legal pode auxiliar na criação de condições de lutas concretas a fim de se obterem conquistas que possam levar ao prazer da docência, revertendo o quadro lastimável no qual se encontra a categoria.

No próximo capítulo, busca-se contextualizar o sindicato da categoria, suas lutas jurídicas e mobilizações, através dos processos jurídicos impetrados pela APEOESP contra o Estado de São Paulo, com a finalidade de assegurar os direitos dos professores que estão adoecidos. Além disso, abordam-se alguns dados da DPME sobre a saúde destes profissionais.

CAPÍTULO 3 - RESISTÊNCIA COLETIVA E INDIVIDUAL DOS DOCENTES PAULISTAS

O sindicato é a representação da classe trabalhadora viva e ativa, que busca compreender o enigma político- jurídica que se estabelece em diversas perspectivas da multiescalaridade espacial e que está diretamente associado ao cotidiano dos trabalhadores (as).

A ação estatal impôs aos trabalhadores fragmentação territorial sindical, que, por sua vez, obedecem a lógica dos três poderes no Brasil (Federal, Estadual e Municipal), com finalidade de maior controle sobre essas organizações e enfraquecimento combativo, a qual, por sua vez, visa ao assistencialismo (PAULA, 2009).

Desta maneira, os sindicatos que resistiram à desestabilização que o Estado realizou já denotam um avanço no que se refere ao esclarecimento político da entidade e de suas formas de embate.

As ações e mobilizações realizadas pela organização sindical docente no estado de São Paulo (APEOESP) vêm estabelecendo formas de resistência por meio das greves e lutas travadas na justiça, detalhadas nos próximos itens.

3.1 A mobilização política do professorado paulista

A APEOESP se caracteriza por ser uma entidade constituída por docentes e especialistas da educação, que visam à busca de interesses, direitos (individuais e coletivos) e à representatividade da categoria diante do cenário perverso de exploração do trabalho, que, por sua vez, se evidencia diante de grandes lacunas no que se refere aos direitos dos trabalhadores (PAULA, 2011).

Atualmente, a APEOESP tem aproximadamente 180 mil filiados, é um dos maiores sindicatos da América Latina e está representada em 93 regiões do Estado de São Paulo, 67 no interior do Estado; 17, na Grande São Paulo e 10 no município de São Paulo. A Figura 12 representa as áreas de abrangência regional das subsedes do sindicato no interior do Estado e Grande São Paulo e a Tabela 4 elenca a área que abrange cada subsede. Na Figura 13, é representada a localização das subsedes da Grande São Paulo e da capital paulista e, na Figura 14, os municípios em que se localizam as unidades das subsedes.

Figura 12 - Municípios de atendimento das Subsedes

REGIÕES DE ABRANGÊNCIA DAS SUBSEDES DA APEOESP NO INTERIOR PAULISTA E GRANDE SÃO PAULO

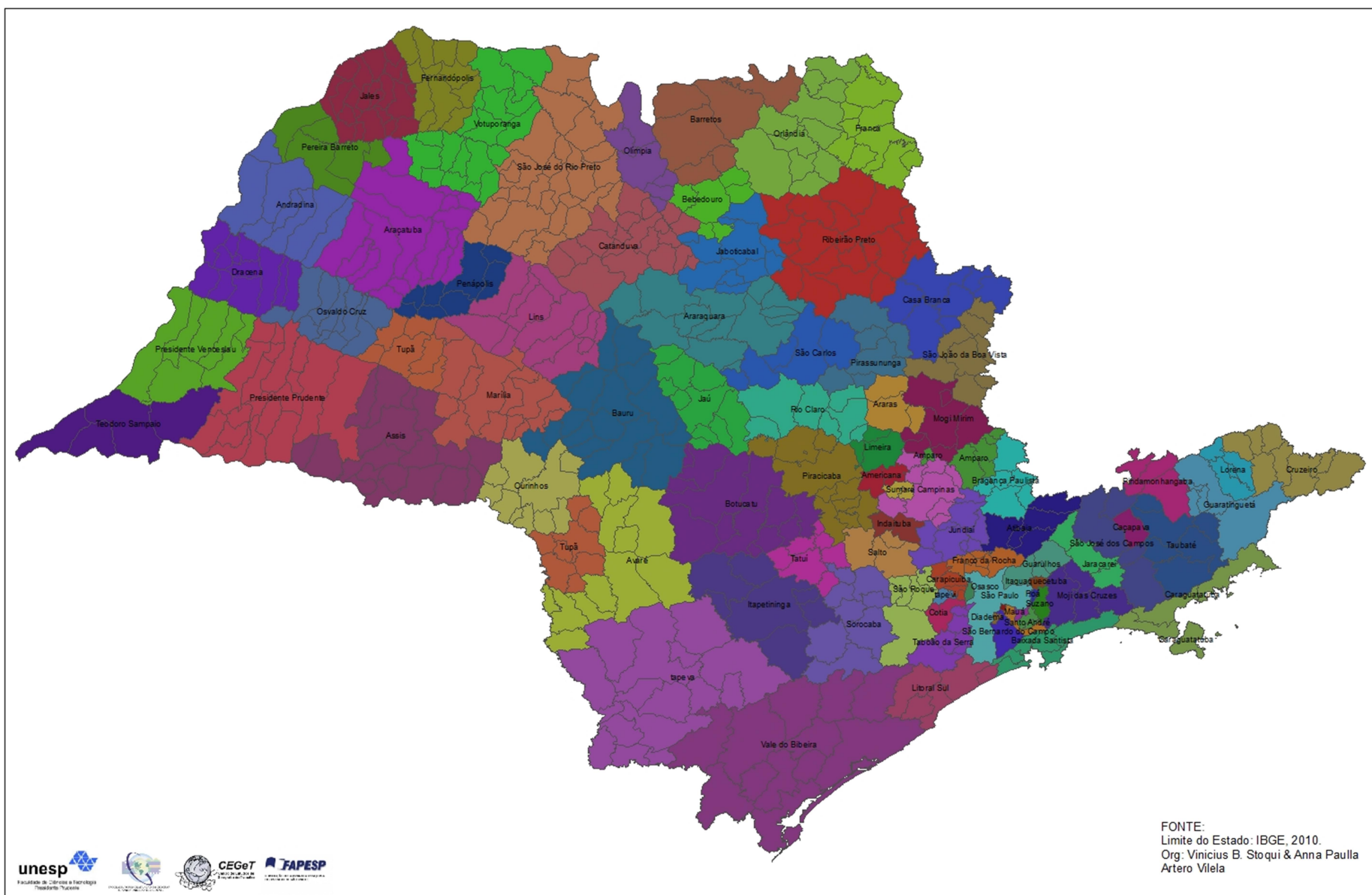


Tabela 4 - Áreas que abrangem cada subsele

SUBSEDES INTERIOR	ABRANGÊNCIA
SUBSEDE DE AMERICANA	NOVA ODESSA - SANTA BÁRBARA D' OESTE
SUBSEDE DE AMPARO	ÁGUAS DE LINDOIA - ARCADAS - HOLAMBRA - LINDOIA - MONTE ALEGRE DO SUL - SERRA NEGRA
SUBSEDE DE ANDRADINA	CASTILHO - GUARACAI - ITAPURA - LAVINIA - MIRANDÓPOLIS - MURUTINGA DO SUL - NOVA INDEPENDÊNCIA
SUBSEDE DE ARAÇATUBA	AURIFLAMA - BENTO DE ABREU - BILAC - BIRIGUI - BREJO ALEGRE - BURITAMA - COROADO - GABRIEL MONTEIRO - GLICÉRIO - GUARARAPES - LOURDES - NOVA LUZITANIA - PIACATU - RUBIACEA - SANTO ANTONIO DO ARACANGUA - TURIUBA - VALPARAÍSO
SUBSEDE DE ARARAQUARA	AMÉRICO BRASILIENSE - BOA ESPERANÇA DO SUL - BORBOREMA - GAVIÃO PEIXOTO - IBITINGA - ITÁPOLIS - MATÃO - MOTUCA - NOVA EUROPA - RINCÃO - SANTA LÚCIA - TABATINGA - TRABIJÚ
SUBSEDE DE ARARAS	CONCHAL - LEME
SUBSEDE DE ASSIS	BORA - CÂNDIDO MOTA - CAMPOS NOVOS PAULISTA - CRUZALIA - FLORINEA - IBIRAREMA - IEPE - JOÃO RAMALHO - LUTÉCIA - MARACAI - PALMITAL - PARAGUAÇU PAULISTA - PEDRINHAS PAULISTA - PLATINA - QUATA - SANTA CRUZ DA BOA VISTA - TARUMA
SUBSEDE DE ATIBAIA	BOM JESUS DOS PERDÕES - JOANÓPOLIS - NAZARÉ PAULISTA - PIRACAIA
SUBSEDE DE AVARÉ	ÁGUAS DE SANTA BÁRBARA - ARANDU - BARÃO DE ANTONINA - CERQUEIRA CÉSAR - CORONEL MACEDO - IARAS - ITAÍ - ITAPORANGA - PARANAPANEMA - RIVERSUL - TAQUARITUBA
SUBSEDE DE BAIXADA SANTISTA	BERTIOGA - CUBATÃO - GUARUJÁ - PRAIA GRANDE - SÃO VICENTE - VICENTE DE CARVALHO
SUBSEDE DE BARRETOS	COLINA - COLOMBIA - GUAIRA - GABORANDI - MIGUELÓPOLIS - PLANUARA - TAQUARAL
SUBSEDE DE BAURU	AGUDOS - AREALVA - AVAÍ - BOREBI - CABRALIA PAULISTA - DUARTINA - IACANGA - LENÇÓIS PAULISTA - LUCIANÓPOLIS - MACATUBA - PAULISTANIA - PEDERNEIRAS - PIRATININGA - PRESIDENTE ALVES - REGINÓPOLIS - UBIRAJARA
SUBSEDE DE BEBEDOURO	MONTE AZUL PAULISTA - TAIACU - TAIUVA - TERRA ROXA - VIRADOURO
SUBSEDE DE BOTUCATU	ANHEMBI - AREIÓPOLIS - BOFETE - CONCHAS - ITATINGA - LARANJAL PAULISTA - PARDINHO - PEREIRAS - PORANGABA - PRATANIA - SÃO MANUEL - TORRE DE PEDRA
SUBSEDE DE BRAGANÇA PAULISTA	BATATUBA - PEDRA BELA - PINHALZINHO - SOCORRO - TUIUTI - VARGEM
SUBSEDE DE CAMPINAS	COSMÓPOLIS - JAGUARIÚNA - MONTE MOR - PAULÍNIA - PEDREIRA - VALINHOS - VINHEDO
SUBSEDE DE CARAGUATATUBA	ILHABELA - SÃO SEBASTIÃO - UBATUBA
SUBSEDE DE CAÇAPAVA	CAÇAPAVA
SUBSEDE DE CASA BRANCA	CACONDE - ITOBI - MOCOCA - SÃO JOSÉ DO RIO PARDO - TAMBAU - TAPIRATIBA
SUBSEDE DE CATANDUVA	ARIRANHA - CANDIDO RODRIGUES - CATINGUA - ELIZIÁRIO - FERNANDO PRESTES - IBIRÁ - IRAPUÃ - ITAJOBÍ - MARAPOAMA - MARAPUAMA - NOVAES - NOVO HORIZONTE - PALMARES PAULISTA - PARAÍSO - PINDORAMA - PIRANGI - SALES - SANTA ADÉLIA - TABAPUÃ - URUPES

SUBSEDE DE CRUZEIRO	ARAPEI - AREIAS - BANANAL - LAVRINHAS - QUELUZ - SÃO JOSÉ DO BARREIRO - SILVEIRAS
SUBSEDE DE DRACENA	ARABELA - GUARACIABA DOESTE - IRAPURU - JUNQUEIROPOLIS - MONTE CASTELO - NOVA GUATAPORANGA - OURO VERDE - PACAEMBU - PANORAMA - PAULICEIA - SANTA MERCEDES - SÃO JOAO DO PAU D'ALHO - TERRA NOVA DOESTE - TUPI PAULISTA
SUBSEDE DE FERNANDÓPOLIS	BRASITANIA - ESTRELA D'OESTE - FÁTIMA PAULISTA - GUARANI D'OESTE - INDIAPORA - MACEDÔNIA - MERIDIANOMIRA - ESTRELA - OURO ESTE - PEDRANÓPOLIS - POPULINA - SANTA IZABEL DO MARINHEIRO - SÃO JOÃO DAS DUAS PONTES - TUPINAMBA - TURMALINA
SUBSEDE DE FRANCA	ALTO PORÁ - CRISTAIS PAULISTA - ITIRAPUA - JERIQUEIRA - PATROCÍNIO PAULISTA - PEDREGULHO - RESTINGA - RIBEIRÃO CORRENTE - RIFAINA - SÃO JOSÉ DA BELA VISTA
SUBSEDE DE GUARATINGUETÁ	APARECIDA - CUNHA - POTIM - ROSEIRA
SUBSEDE DE INDAIATUBA	ELIAS FAUSTO
SUBSEDE DE ITAPETININGA	ALAMBARI - ANGATUBA - CAMPINA DO MONTE ALEGRE - GUAREI - SÃO MIGUEL ARCANJO - SARAPUI
SUBSEDE DE ITAPEVA	APIAI - BARRA DO CHAPÉU - BOM SUCESSO DE ITARARÉ - BURI - CAPÃO BONITO - GUAPIARA - ITABERA - ITAOCA - ITAPIRAPUA PAULISTA - ITARARÉ - NOVA CAMPINA - RIBEIRA - RIBEIRÃO BRANCO - RIBEIRÃO GRANDE - TAQUARIVAI
SUBSEDE DE JABOTICABAL	BARRINHA - DOBRADA - GUARIBA - MONTE ALTO - PITANGUEIRAS - PRADÓPOLIS - SANTA ERNESTINA - TAQUARITINGA - VISTA ALEGRE DO ALTO
SUBSEDE DE JACAREÍ	IGARATA - SANTA BRANCA
SUBSEDE DE JALES	APARECIDA D'OESTE - ASPASIA - DIRCE REIS - DOLCINÓPOLIS - MARINÓPOLIS - MESÓPOLIS - NOVA CANAÃ PAULISTA - PALMEIRA D'OESTE - PARANAPUÃ - PONTALINDA - RUBINEIA - SANTA ALBERTINA - SANTA CLARA D' OESTE - SANTA FÉ DO SUL - SANTA RITA D' OESTE - SANTANA DA PONTE PENSE - SÃO FRANCISCO - TRÊS FRONTEIRAS - URANIA - VITÓRIA BRASIL
SUBSEDE DE JAÚ	BARIRI - BARRA BONITA - BOCAINA - BORACÉIA - DOIS Córregos - IGARAÇU DO TIETÊ - ITAJU - ITAPUÍ - MINEIROS DO TIETÊ
SUBSEDE DE JUNDIAÍ	CABREÚVA - CAMPO LIMPO PAULISTA - ITATIBA - ITUPEVA - JARINU - LOUVEIRA - MORUNGABA - VÁRZEA PAULISTA
SUBSEDE DE LIMEIRA	CORDEIRÓPOLIS - IRACEMÁPOLIS
SUBSEDE DE LINS	BALBINO - CAFELÂNDIA - GETULINA - GUAÍÇARA - GUAIMBE - GUARANTA - PIRAJUÍ - PONGAI - PROMISSÃO - SABINO - URU
SUBSEDE DE LITORAL SUL	ITARIRI - MONGUAGUÁ - PEDRO DE TOLEDO - PERUÍBE - ITANHAÉM
SUBSEDE DE LORENA	CACHOEIRA PAULISTA - CANAS - PIQUETE
SUBSEDE DE MARÍLIA	ÁLVARO DE CARVALHO - ALVINLÂNDIA - ECHAPORA - GALIA - GARÇA - JÚLIO MESQUITA - LUPÉRCIO - OCAUÇU - ORIENTE - OSACRA BRESSANE - POMPÉIA - ROSALIA - VERA CRUZ
SUBSEDE DE MOGI MIRIM	ARTUR NOGUEIRA - ENGENHEIRO COELHO - ESTIVA GERBI - ITAPIRA - MOJI GUAÇU - SANTO ANTÔNIO DE POSSE
SUBSEDE DE OLÍMPIA	ALTAIR - CAJOBI - EMBAÚBA - GUARACI - SEVERÍNIA
SUBSEDE DE ORLÂNDIA	ARAMINA - BURITIZAL - GUARA - IGARAPAVA - IPUÃ - ITUVERAVA - MORRO AGUDO - NUPORANGA - SALES OLIVEIRA - SÃO JOAQUIM DA BARRA

SUBSEDE DE OSVALDO CRUZ	ADAMANTINA - FLORA RICA - FLORINDA PAULISTA - INÚBIA PAULISTA - LUCÍLIA - MARIAPOLIS - PARAPUA - PRACINHA - RINOPOLIS - SAGRES - SALMOURÃO
SUBSEDE DE OURINHOS	BERNARDINO DE CAMPOS - CANITAR - CHAVANTES - ESPÍRITO SANTO DO TURVO - IPAUSSU - RIBEIRÃO DO SUL - SALTO GRANDE - SANTA CRUZ DO RIO PARDO - SÃO PEDRO DO TURVO
SUBSEDE DE PENÁPOLIS	ALTO ALEGRE - AVANHANDAVA - BARBOSA - BRAUNA - CLEMENTINA - LUISIANA - SANTÓPOLIS DO AGUAPEÍ
SUBSEDE DE PEREIRA BARRETO	ILHA SOLTEIRA - GUZOLÂNDIA - SUD MENUCCI - SUSANÓPOLIS
SUBSEDE DE PINDAMONHANGABA	ABERNESIA - BOM SUCESSO - CAMPOS DO JORDÃO - EUGÊNIO LEFREVE - EXPECIONÁRIOS MOREIRA CÉSAR - PIRACUAMA - SANATÓRIO - SANTO ANTÔNIO DO PINHAL - SÃO BENTO DO SAPUCAÍ
SUBSEDE DE PIRACICABA	ÁGUAS DE SÃO PEDRO - CAPIVARI - CHARQUEADA - MOMBUCA - RAFARD - RIO DAS PEDRAS - SALTINHO - SANTA MARIA DA SERRA - SÃO PEDRO - TIETÊ
SUBSEDE DE PIRAJÚ	FARTURA - MANDURI - ÓLEO - SARUTAIA - TAGUAI - TEJUPA - TIMBURI
SUBSEDE DE PIRASSUNUNGA	ANALÂNDIA - PORTO FERREIRA - SANTA CRUZ DA CONCEIÇÃO - SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS SANTA RITA DO PASSA QUATRO
SUBSEDE DE PRESIDENTE PRUDENTE	AGISSE - ALFREDO MARCONDES - ÁLVARES MACHADO - AMELIÓPOLIS - ANHUMAS - CAIABU - EMILIANÓPOLIS - ESTRELA DO NORTE - INDIANA - MARTINÓPOLIS - NARANDIBA - PIRAPOZINHO - PRESIDENTE BERNARDES - RANCHARIA - REGENTE FEIJÓ - SANDOVALINA - SANTO EXPEDITO - TACIBA - TARABAI
SUBSEDE DE PRESIDENTE VENCESLAU	CAIUVA - MARABÁ PAULISTA - PIQUEROBI - PRESIDENTE EPITÁCIO - SANTO ANASTÁCIO - RIBEIRÃO DOS ÍNDIOS
SUBSEDE DE RIBEIRÃO PRETO	ALTINÓPOLIS - BATATAIS - BRODÓSQUI - CAJURU - CASSIA DOS COQUEIROS - CRAVINHOS - DUMONT GUATAPARÁ - JARDINÓPOLIS - LUÍS ANTÔNIO - PONTAL - SANTA CRUZ DA ESPERANÇA - SANTA ROSA DE VITERBO SANTO ANTÔNIO DA ALEGRIA - SÃO SIMÃO - SERRA AZUL - SERRANA - SERTÃOZINHO
SUBSEDE DE RIO CLARO	AGAPI - BROTAS - CORUMBATAÍ - IPEUNA - ITIRAPINA - SANTA GERTRUDES - TORRINHA
SUBSEDE DE SALTO	ITU - PORTO FELIZ
SUBSEDE DE SÃO CARLOS	DESCALVADO - DOURADO - IBATE - RIBEIRÃO BONITO - SANTA EUDOXIA
SUBSEDE DE SÃO JOÃO DA BOA VISTA	AGUAI - ÁGUAS DA PRATA - DIVINOLÂNDIA - ESPÍRITO SANTO DO PINHAL - SANTO ANTONIO DO JARDIM - SÃO SEBASTIÃO DA GRAMA - VARGEM GRANDE DO SUL
SUBSEDE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	ADOLFO - BADCY BASSITT - BALSAMO - CEDRAL - GUAPIACU - ICEM - IPIGUA - JACI - JOSÉ BONIFÁCIO MENDONÇA - MIRASSOL - MIRASSOLÂNDIA - MONTE APRAZÍVEL - NEVES PAULISTA - NIPOA - NOVA ALIANÇA - NOVA GRANADA - ONDA VERDE - ORINDIUA - PALESTINA - PAULO DE FARIA - PLANALTO - POLONI - POTIRENDABA - TANABI - UBARANA - UCHOA - UNIÃO PAULISTA - ZACARIAS
SUBSEDE DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	JAMBEIRO - MONTEIRO LOBATO - PARAIBUNA - SÃO FRANCISCO XAVIER
SUBSEDE DE SÃO ROQUE	ALUMÍNIO - ARAÇARIGUAMA - IBIÚNA - MAIRINQUE
SUBSEDE DE SOROCABA	ARAÇOIABA DA SERRA - IPERO - PIEDADE - PILAR DO SUL - SALTO DE PIRAPORA - TAPIRAÍ - VOTORANTIM
SUBSEDE DE SUMARÉ	HORTOLÂNDIA
SUBSEDE DE TAUBATÉ	LAGOINHA - NATIVIDADE DA SERRA - QUIRIRIM - REDENÇÃO DA SERRA - SÃO LUÍS DO PARAÍTINGA - TREMEMBÉ

SUBSEDE DE TATUI	BOITUVA - CAPELA DO ALTO - CERQUILHO - CESÁRIO LANGE - QUADRA
SUBSEDE DE TEODORO SAMPAIO	CUIABÁ PAULISTA - EUCLIDES DA CUNHA - MIRANTE DO PARANAPANEMA - PORTO PRIMAVERA - ROSANA
SUBSEDE DE TUPÃ	ARCOIRIS - BASTOS - HERCULÂNDIA - IACRI - JULIANA - PARNASO - QUEIROS - QUINTANA - UNIVERSO
SUBSEDE VALE DO RIBEIRA	BARRA DO TURVO - CAJATI - CANANEIA - ELDORADO - IGUAPE - ILHA COMPRIDA - IPORANGA - JACUPIRANGA - JUQUIA - MIRACATU - PARIQUERA AÇU - SETE BARRAS
SUBSEDE DE VOTUPORANGA	ÁLVARES FLORENCE - AMÉRICO DE CAMPOS - CARDOSO - COSMORAMA - FLOREAL - GASTÃO VIDIGAL GENERAL SALGADO - MACAUBAL - MAGDA - MONÇÕES - NHANDEARA - NOVO CASTILHO - PARISI - PONTES GESTAL RIOLANDIA - SÃO JOÃO DE IRACEMA - SEBASTIANÓPOLIS DO SUL - SIMONSEN - VALENTIM GENTIL
SUBSEDES - GRANDE SÃO PAULO	ABRANGÊNCIA
SUBSEDE DE CARAPICUÍBA	BARUERI - PIRAPORA DO BOM JESUS - SANTANA DE PARNAÍBA
SUBSEDE DE COTIA	VARGEM GRANDE PAULISTA
SUBSEDE DE DIADEMA	DIADEMA
SUBSEDE DE FRANCO DA ROCHA	CAIEIRAS - CAJAMAR - FRANCISCO MORATO - MAIRIPORÃ
SUBSEDE DE GUARULHOS	ARUJÁ - SANTA ISABEL
SUBSEDE DE ITAPEVI	JANDIRA
SUBSEDE DE ITAQUAQUECETUBA	ITAQUAQUECETUBA
SUBSEDE DE MAUÁ	MAUÁ
SUBSEDE DE MOGI DAS CRUZES	BIRITIBA MIRIM - GUARAREMA - SALESÓPOLIS
SUBSEDE DE OSASCO	OSASCO
SUBSEDE DE POÁ / FERRAZ DE VASCONCELOS	FERRAZ DE VASCONCELOS
SUBSEDE DE RIBEIRÃO PIRES	RIO GRANDE DA SERRA
SUBSEDE DE SANTO ANDRÉ	SANTO ANDRÉ
SUBSEDE DE SÃO BERNARDO DO CAMPO	SÃO BERNARDO DO CAMPO
SUBSEDE DE SÃO CAETANO DO SUL	SÃO CAETANO DO SUL
SUBSEDE DE SUZANO	SUZANO
SUBSEDE DE TABOÃO DA SERRA	EMBU - EMBU GUAÇU - ITAPECERICA DA SERRA - JUQUITIBA - SÃO LOURENÇO DA SERRA

Fonte: APEOESP, 2018. Org: Anna Paulla Artero Vilela, 2018.

Figura 13 - Localização das Subsedes na Grande São Paulo e Capital

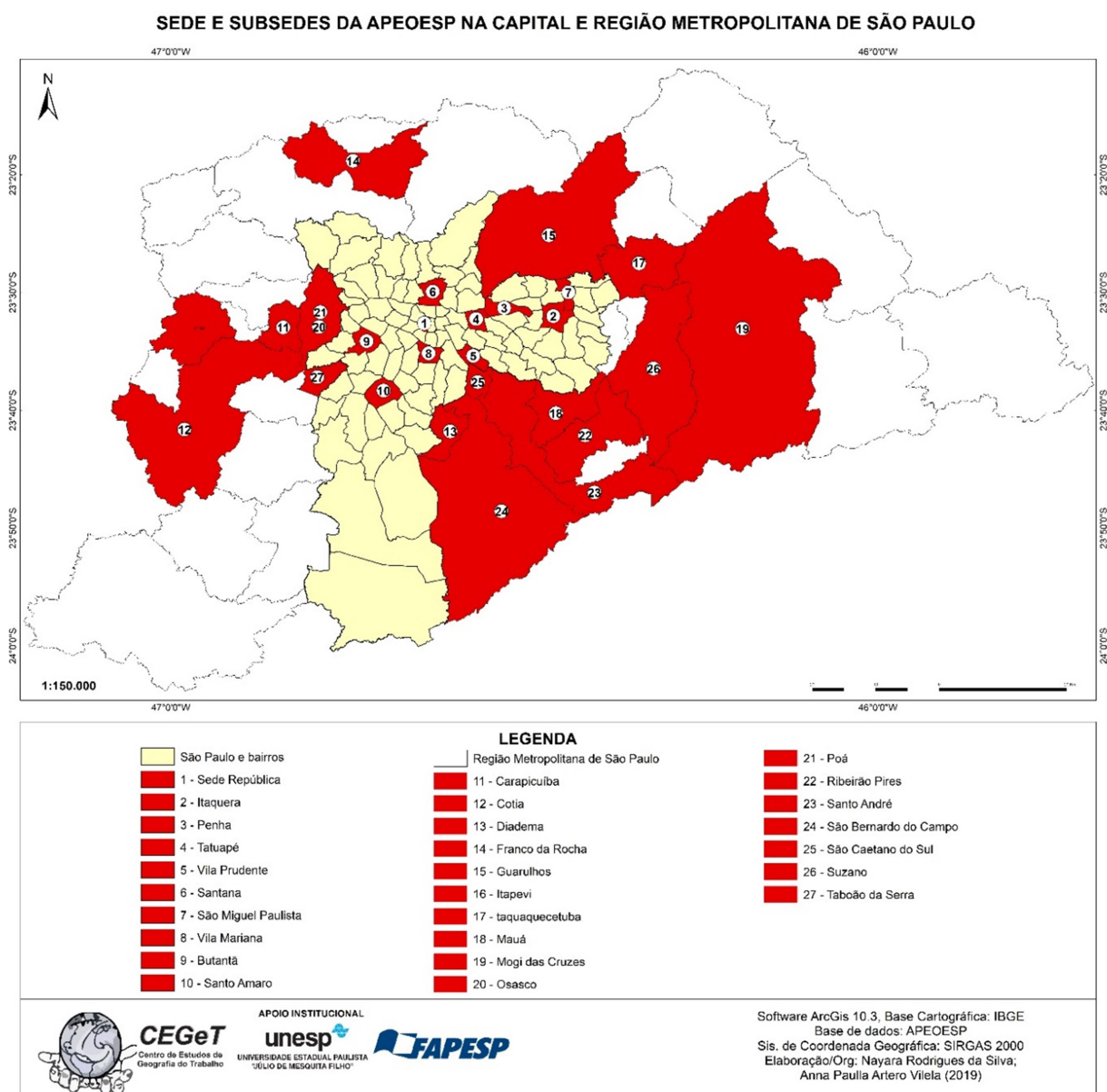
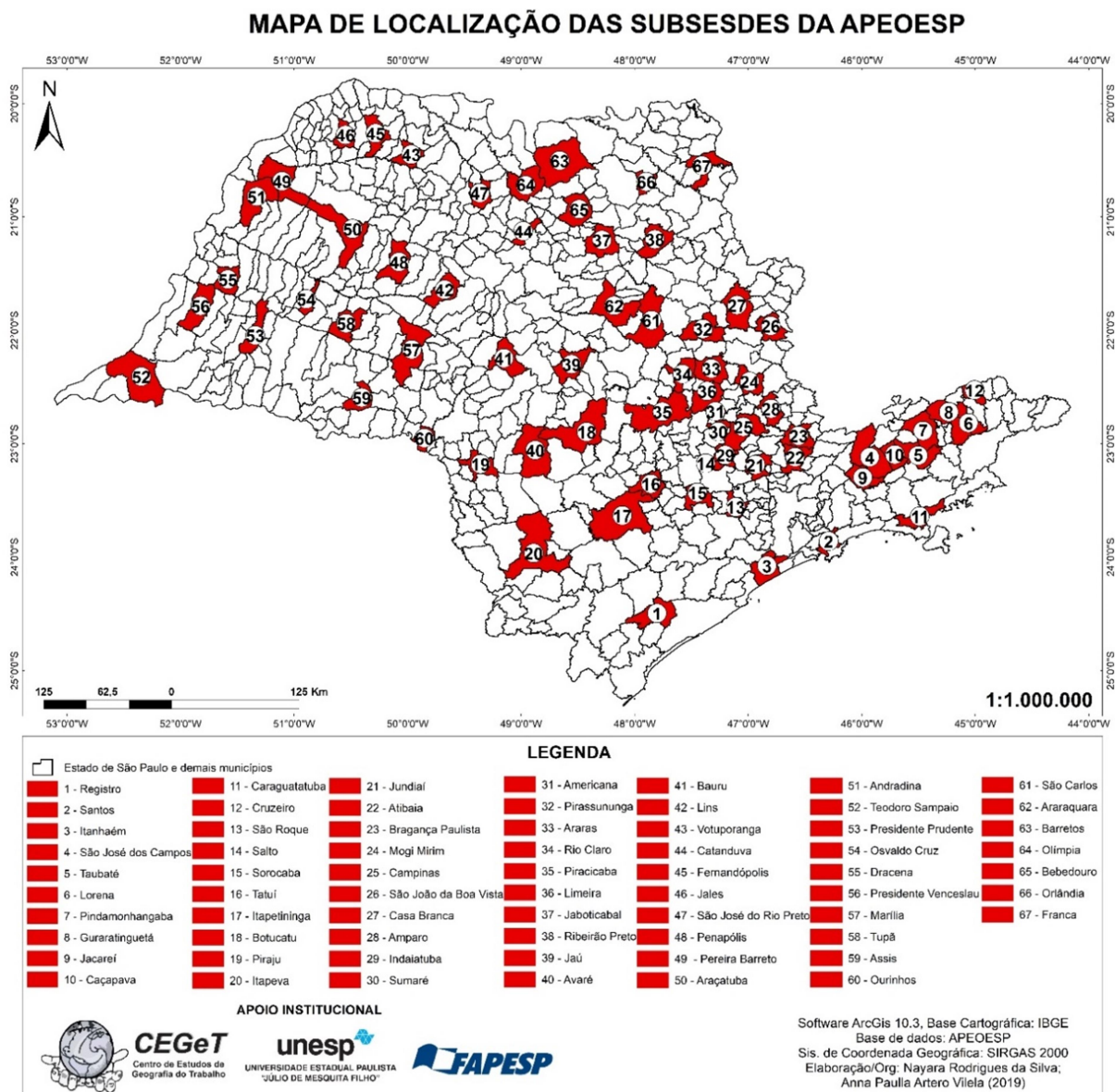


Figura 14 - Localização dos municípios que abrigam as subsedes



O sindicato se apresenta com representatividade e combatividade, cujas principais ferramentas de luta têm sido as greves e as paralisações, que alcançaram grande visibilidade nas décadas de 1980 e 1990 (Figura 15) diante do contexto de redemocratização e aumento do custo de vida.

Além disso, o sindicato realiza anualmente o Congresso Estadual da APEOESP, evento considerado a instância máxima de representatividade. Nele, são traçadas diretrizes para o ano seguinte e também se realiza a avaliação da conjuntura de ensino até àquele momento. Nesses espaços de discussão, aproveita-se a oportunidade para aplicação de

questionários com objetivo de promover a realização de pesquisas, que possam ser divulgadas no site da APEOESP. Os principais temas dessas pesquisas têm a finalidade da luta pela melhoria das condições estruturais, financeiras e pedagógicas dos trabalho docente.

Figura 15 - APEOESP principais acontecimentos e conquistas no período entre 1980 a 2015

1980

- Luta pela realização de concurso público para efetivar milhares de professores.

1981

- Luta pela Aposentadoria Especial;
- Perseguição política do governador, tais como: arrocho salarial, desconto dos dias parados da greve de 1979 e corte dos repasses das mensalidades da Apeoesp.

1984

- 3 semanas em greve;
- Conquistas: 5 referências que haviam sido retiradas pelo Governo Maluf.

1985

- Conquista de um novo Estatuto do Magistério que prevê: fim da avaliação de desempenho; introdução da promoção automática a cada dois anos; 10% de adicional noturno; 20% de horas-atividade; pontos por cursos; afastamento com vencimentos para elaboração de tese; férias proporcionais para os ACTs; pagamento das aulas excedentes pelo valor do padrão; garantia de jornada para o celetista; hora-atividade e direito a férias de acordo com o calendário escolar para o professor readaptado; Conselho de Escola deliberativo etc.

1986

- Ato Público com 30 mil professores no Palácio;
- 3 semanas em greve;
- Conquistas: 6 referências, 25% de reajuste e concessão do "gatilho salarial" a todo o funcionalismo.

1987

- 3 semanas em greve e luta na Justiça para garantir o pagamento dos 4 gatilhos que o Governo Quêrcia se recusava a pagar.
- Pauta das lutas: definição de 18% do Orçamento Federal e 25% dos Estados e Municípios para a Educação; aposentadoria aos 25 anos; plano de carreira; direito a piso salarial; direito de sindicalização de funcionários públicos; estabilidade para professores com mais de 5 anos de magistério; direito ao 13º salário integral; gratificação de 1/3 do salário de férias; direito de greve; direito para as entidades entrarem com ações coletivas em nome de seus associados; etc.

1988

- Greve de 30 dias.
- Conquistas: o Governo aceita transformar os famosos NCr\$ 27,00 fixos em um percentual de 18% sobre a carreira. Porém o Governo se recusa a estender os 18% aos aposentados.

1989

- Greve de 80 dias em defesa da Escola Pública e por um Piso Salarial Profissional;
- Conquista reajuste de 51% a 126%.

1990

- Conquistas: Governador anunciou a concessão de 10 referências, depois que 5 mil professores indicaram a possibilidade de greve para o mês de agosto, se a situação não mudasse.
- Volta do afastamento pela 202, extensão do atendimento do Hospital do Servidor aos maridos das professoras, regulamentação do direito à estabilidade, direito constitucional de receber vantagens atualizadas monetariamente, pagamento automático das vantagens, sem a necessidade de requerê-las, pagamento aos ACTs das aulas etc.

1991

- Contraposições ao lançamento da Escola Padrão;
- APEOESP realiza o Congresso de Educação, que discutiu temas sobre "Concepção de escola", "Gestão democrática da educação", "Financiamento da Educação Pública", que gerou um documento, considerado um dos mais completos sobre o tema produzido até hoje no país.

1992

- Conquista realização de concurso;
- Incorporação do abono e mais 8 referências;
- Conquistas significativas no projeto Escola-Padrão: fim dos 250 dias letivos no noturno; GTCN também sobre HTPs; regulamentação da gratificação de local de exercício; etc.
- 4 semanas em greve no mês de setembro;
- Conquistam 30% de reajuste e mais 12 referências (duas ao mês até março de 93), mais o reajuste geral do funcionalismo.
- Conquistam aumento de repasse de verbas para educação, o ensino de 1º Grau, em 1993, deveria receber 24,69% do ICMS, comparando com o ano anterior que recebeu 17,85%.

1993

- 79 dias em greve conquista aprovação pela Assembleia Legislativa na Lei Orçamentária de um artigo estabelecendo a aplicação de 30% do ICMS com o Ensino de 1º e 2º graus, sendo 23% para a folha de pagamento da Secretaria da Educação; política salarial por seis meses e correção salarial a cada quatro meses.

1994

- Congresso Sindical em Araçatuba, aprova alterações no Estatuto da entidade.

1995

- Inaugura-se a nova sede central do sindicato, prédio com sete andares no centro de São Paulo;
- 28 dias em greve coquistam data-base para o magistério e reajuste no piso salarial dos professores;
- Congresso da APEOESP discute temas educacionais, tais como: LDB, formação, avaliação etc.

1996

- APEOESP organiza Encontros Regionais de Educação em todo o Estado, com finalidade de discutir questões educacionais. Além disso ocorreu o XV Congresso da APEOESP tinha como pauta readequar as instâncias frente à luta pela recuperação da dignidade profissional.

1997

- Foram realizados debates com a comunidade escolar sobre os prejuízos da municipalização à qualidade do ensino;
- Foi inaugurado o Departamento do Aposentado para melhorar o atendimento aos associados inativos;
- APEOESP organiza discussão em todo o estado sobre o novo Plano de Carreira, porém Secretaria rompe as negociações e decide elaborar o Plano sozinha.
- É realizada a I Conferência Estadual de Educação "Paulo Freire", que abordou os seguintes temas democratização da vida escolar, a formação contínua dos educadores, a LDB e a política educacional no estado de São Paulo.

1998

- APEOESP assegura a ampliação das aulas de História, Geografia, Educação Artística e Educação Física, após a SE ter reduzido a grade curricular no início do ano letivo;
- São divulgados os relatórios da Pesquisa Nacional sobre a Saúde dos Trabalhadores em Educação, organizada pela CNTE, com a participação da APEOESP e demais entidades estaduais;
- 13 dias em greve contra o Decreto 42.965/98, que ameaçava todos os ACTs de demissão ao final do ano letivo, o qual obteve resultado, pois foi revogado o decreto.
- Concurso PEB II abre as inscrições;

1999

- APEOESP realiza discussões sobre a reforma do ensino médio e os parâmetros curriculares nacionais através da realização de encontros com a comunidade escolar;
- Foi lançado o Movimento Paz nas Escolas;
- Foi realizada a Marcha em Defesa da Escola Pública com participação de 10 mil pessoas;
- Professora Maria Izabel Azevedo Noronha é eleita presidenta da APEOESP;
- É instituída a Secretaria para Assuntos dos Aposentados;
- Mobilização contra o projeto de previdência pública apresentada pelo governo estadual com a proposta de retirar os Admitidos em Caráter Temporário (ACTs) do sistema estadual e implantar progressividade de alíquotas.

2000

- Ação impetrada pelo sindicato garantiu uma atribuição centralizada nas Diretorias Regionais e o emprego dos professores ACTs durante o processo de escolha das aulas;
- APEOESP lança Campanha Salarial Unificada;
- 43 dias em greve contra o governo estadual por não garantir qualidade de ensino aos estudantes, boa infraestrutura nas escolas e condições de trabalho aos profissionais.
- Luta por uma reforma do ensino médio que atenda aos interesses de todos os envolvidos.

2001

- APEOESP consegue assegurar que não houvesse descontinuidade do pagamento dos professores ACTs e, em não conseguindo aulas no início da atribuição, viessem a obtê-las na primeira semana de aulas;
- Emcaminhamento junto à S.E.E. das demandas dos professores portadores de certificados autorizados pela Resolução CNE 02/97, atos públicos e várias reuniões com o governo, com os Conselhos Estadual e Nacional de Educação em defesa dos direitos legais dos professores;
- Conquista: formalização da comissão de implementação da evolução funcional pela via não acadêmica prevista no Plano de Carreira junto a S.E.E.

2002

- É garantido que os professores efetivos não tivessem as férias interrompidas para escolher aulas, como previa o projeto original do governo;
- Realiza Dia de Luta em Defesa do IAMSPE (Instituto de Assistência Médica do Servidor Público Estadual);
- Lança campanha "Paz e Justiça Social. Fim da Impunidade";
- O jurídico da APEOESP assegura para os professores afastados o direito ao pagamento integral do bônus mérito;
- Realizou ato contra a perseguição política de professores que lutam pelos direitos da categoria, e realiza plebiscito o qual a comunidade escolar condenou a política educacional excludente do governo Alckmin.

2003

- Realiza Campanha Salarial e Educacional;
- Luta pelo não fechamento dos CEFAMs e dos cursos de formação de professores de nível médio, determinado pela Secretaria da Educação, a partir de 2005, e pela manutenção e ampliação das Escolas Técnicas;
- Conquista atribuição de aulas centralizada.

2004

- Realiza campanha de denúncia de desvio de R\$ 4,1 bilhões da Educação, durante o governo de Covas/Alckmin, exigindo que este dinheiro fosse devolvido à Educação;
- Conquista alteração na Lei 836 (Plano de Cargos e Salários);
- Realizou-se concurso.

2005

- Mobilização contra o fechamento de escolas e salas de aula proposto pelo governo de Geraldo Alckmin;
- Conquista na ampliação do currículo. A SEE anuncia que as turmas de 8ª série passariam a ter 28 aulas semanais; nas 5ª, 6ª e 7ª séries a matriz foi ampliada de 25 para 27 horas/aula, por conta das aulas de Educação Física;
- Reajuste de 15% sobre o salário dos ativos e aposentados;
- Aprovaram o Projeto de Lei 1037/03, que estabelece o limite de 25 alunos por sala nas primeiras quatro séries do ensino fundamental, 30 para as quatro últimas e 35 alunos para o ensino médio.

2006

- É editada a Resolução 18 exigindo que os professores cumprissem na unidade escolar complementação da carga horária;
- É aprovado projeto de lei 906/05, estabelecendo a data-base;
- É aprovada a aposentadoria especial aos diretores e coordenadores pedagógicos;
- Ganha mandado de segurança coletivo para extensão da GTE (Gratificação de Trabalho Educacional) a todos os aposentados associados até o dia 21 de julho de 2000;

2007

- Ganha mandado que garante a reserva de 5% das classes e aulas disponíveis no Processo de Atribuição de Aulas aos professores ACTs portadores de necessidades especiais;
- O governo encaminhou emenda assegurando que os profissionais admitidos pela Lei 500 até a data da publicação da lei não seriam dispensados pelo Estado, ainda que não tenham aulas atribuída;
- Foi lançada Campanha Salarial.

2008

- 22 dias em greve que reivindicou, a revogação do Decreto 53037, que propunha a avaliação excludente dos admitidos em caráter temporário;
- Em 28 de maio, o governo publicou o Decreto 53037 que, entre outras medidas prejudiciais aos professores, previa a realização de um processo seletivo simplificado, de âmbito regional, para os ACTs (admitidos em caráter temporário).

2009

- Foram identificadas irregularidades no processo de aplicação da prova para os professores temporários;
- É assegurado Decreto 54556/2009, que estabelece periodicidade para a realização de concursos públicos para professor de educação básica II;
- Caravana “A Educação Pede Passagem”;
- Criou-se a promoção por mérito (que beneficiava até 20% dos professores aprovados em prova específica);
- “Dia do Basta!” professores referendaram o plano de lutas realizado durante a Conferência Estadual de Educação.

2010

- 35 dias em greve pela defesa da dignidade da profissão;
- Realizou o Seminário Midia e os Movimentos Sociais;
- Promoveu o 7º Encontro Estadual de Professores Aposentados;
- Realizou XXIII Congresso Estadual que fez uma avaliação positiva da atuação da atual gestão da APEOESP.

2011

- Secretaria da Educação anunciou a suspensão da quarentena para os professores categoria “O”, vitória dos professores e do sindicato, que lutam desde 2009 pela fim da lei 1093/2009 – projeto que instituiu a prova de ingresso e a duzentena para o professor ingressante, denominado “categoria O”;
- Realizou a 1ª Conferência de Mulheres da APEOESP;
- Lei 11738/08 (Piso Salarial Profissional Nacional), o sindicato luta pela sua total aplicação no Estado de S. Paulo no que concerne ao artigo que determina no mínimo 1/3 da jornada de trabalho para atividades extraclasse.

2012

- Luta pela implementação da jornada da Lei do Piso – 33% para atividades extraclasse;
- APEOESP participou da greve nacional, convocada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE);
- 2ª Conferência das Mulheres da APEOESP;
- V Conferência da Educação, cujo tema foi “Bases para um Plano Estadual de Educação que Atenda aos Interesses dos Filhos da Classe Trabalhadora”

2013

- Realizou ato público em defesa dos professores da “categoria O”, pela dignidade na contratação e condições de trabalho;
- 22 dias em greve, pela reposição salarial; cumprimento da lei do piso: no mínimo 33% da jornada de trabalho para atividades de formação e preparação de aulas; dignidade na contratação, condições de trabalho e atendimento no IAMSPE para os professores da “categoria O”. Conquistas: fim da prova anual aplicada aos professores da chamada “categoria F” (estáveis) e da “categoria O”; realização de concurso público no segundo semestre e a não privatização do Hospital do Servidor Público e do IAMSPE.

2014

- APEOESP realizou a pesquisa “Qualidade da Educação nas Escolas Estaduais de São Paulo”, que ouviu 2100 pessoas em todas as regiões do Estado de São Paulo – 700 professores, 700 pais e 700 alunos. Um dos dados mais significativos revelados pela pesquisa é o de que pais e estudantes valorizam muito os professores: estes receberam dos pais nota 6,39 e dos alunos, nota 6,35.
- Foi lançada Campanha Salarial;
- Mudança no Estatuto do Magistério SEE, publicou no Diário Oficial do Estado a Resolução sobre Evolução Funcional pela Via Não Acadêmica, conforme decisões da Comissão Paritária da Carreira para regulamentação das três faixas e níveis criados pela Lei Complementar 1143/11.

2015

- 92 dias em greve, pela defesa da garantia das escolas estaduais, contra o fechamento de classes, contra a redução do número de PCP nas escolas, direito dos professores da “categoria O” à atribuição de aulas, condições de trabalho, aumento salarial e outras reivindicações;
- Crise hídrica no Estado de São Paulo atinge as escolas;
- A luta contra a reorganização escolar teve como vitória o adiamento da mesma;
- Corte de verbas fez com que as escolas ficassem sem materiais básicos para o seu funcionamento, como papel sulfite, canetas e papel higiênico.

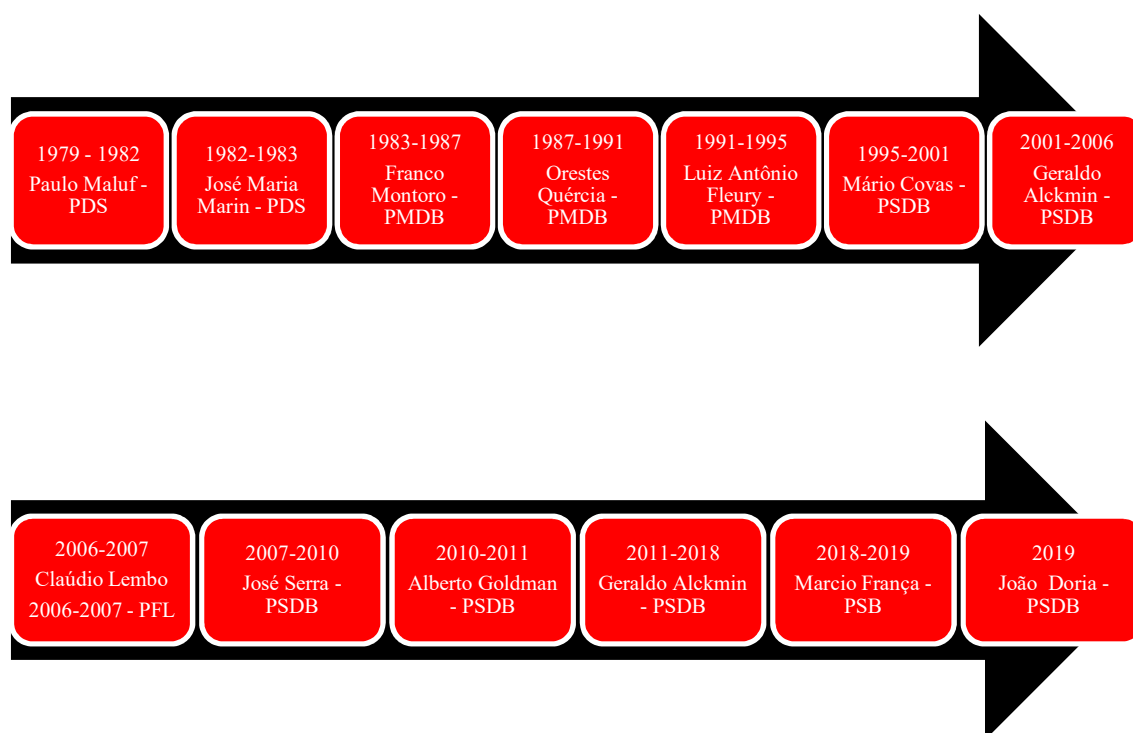
Fonte: APEOESP, 2018. Org: Anna Paulla Artero Vilela, 2018.

Em que pese o passado de lutas e de resistências do professorado paulista, as mobilizações promovidas pelo sindicato têm decaído em face das políticas governamentais que fragilizaram a categoria, resultando, inclusive, em perda de direitos até então assegurados e agravando condições de trabalho e saúde desses profissionais (APEOESP, 2017; PAULA, 2011).

Neste contexto, vale destacar os nomes dos governadores do Estado de São Paulo (Figura 16), que contribuíram para a configuração desse quadro. Abordando

aproximadamente o mesmo período dessa trajetória histórica da APEOESP, queremos evidenciar os principais agentes públicos que promovem políticas pautadas no neoliberalismo. Seguindo os ditames desta orientação ideológica, promoveram e tem promovido instrumentos legais para viabilizar a precarização justificada, desrespeitando e tratando com descaso os trabalhadores da educação no Estado de São Paulo.

Figura 16 - Governadores do Estado de São Paulo 1979 – 2019



Fonte: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo²⁴, 2019. Org.: Anna Paulla Artero Vilela, 2019.

Ao observar as leis que foram criadas e que contribuíram para a precarização da educação e do trabalho docente, fica evidente que as intencionalidades dos governantes, principalmente dos segmentos políticos mais conservadores ou aqueles que conduzem o Estado há pelo menos 24 anos, não trata a educação como prioridade. É possível interpretar que também a educação é vista como passível de lucro, como, por exemplo, ao observar projetos que têm o discurso de melhorar a educação, mas que, ao interpretar dados estatísticos e ações dos agentes políticos, revelam intenções que favorecem o mercado.

²⁴ Disponível em: <<https://www3.al.sp.gov.br/historia/governadores-do-estado/governantes2.htm>>

Para citar um desses projetos, o estado de São Paulo apresentou, no ano de 1995, uma proposta que teve como discurso a reorganização escolar, como não foi possível a implementação neste período, em 2015, se tem o retorno da mesma. Esta proposta tinha como um de seus objetivos o fechamento de 94 unidades escolares do Estado de São Paulo a fim de um reordenamento de aproximadamente 754 unidades. Para isso, os argumentos utilizados foram embasados na mudança demográfica ocorrida no Estado de São Paulo, que teve como consequência a redução do número de alunos matriculados. Esse argumento tinha como discurso a simplificação do trabalho docente, pois este não precisaria mais se deslocar para várias escolas para fechar sua carga horária.

No entanto, algumas interpretações realizadas através da produção cartográfica e trabalhos de campo, a pesquisa de Girotto et. al (2018) constatou que houve um aumento de matrículas nas escolas que seriam fechadas por conta das taxas demográficas baixas. A análise realizada na pesquisa aponta caminhos explicativos dessa conjuntura, como a crise que o país enfrentava, que desencadeou o aumento da demanda de alunos da escola pública para a privada. E, por fim, foi evidenciada a correlação o fechamento de escolas aos lançamentos de residenciais imobiliários nas mesma áreas (GIROTTTO; PASSOS; OLIVEIRA; CAMPOS, 2018).

No entanto, através da produção e interpretação de materiais cartográficos e trabalhos de campo, Girotto et. al. (2018) observaram que as escolas que seriam supostamente fechadas são escolas referência e de passagem, ou seja, seu público não pertencia especificamente à comunidade local, mas vindo de várias regiões da cidade e, além do mais, mantinham um corpo docente consolidado e boa estrutura, por isso, atraíam alunos de classe média que buscavam um ensino de qualidade. O cenário de crise que o país enfrentava na ocasião e a contínua precarização da escola pública poderiam levar esses alunos a buscarem as escolas privadas, atendendo lobbys mercadológicos. Além do trabalho de campo apontar para vários lançamentos imobiliários de médio e alto padrão nas imediações das escolas, reforçando a interpretação que o projeto admitia um caráter mercadológico.

Nesse contexto, a mobilização da comunidade, em parceria com o sindicato, foi importante, pois tal projeto, como estava sendo concebido, poderia impactar a qualidade do ensino e dos docentes de maneira abrupta, assim, diante de muita resistência, foi possível paralisar os andamentos deste.

Dessa maneira, entende-se a importância de ação do sindicato em parceria com a sociedade (principalmente a comunidade escolar) face aos aparatos jurídicos, que são constantemente criados se apresentaram/apresentam implicitamente para atender a interesses

mercadológicos e não aos interesses sociais. Assim, formas de enfrentamento (greves, paralizações, marchas, campanhas, ações judiciais, etc) são empreendidas , mas, o adoecimento dos professores é um dos vários resultados do descaso que há no Ensino Oficial do Estado de São Paulo.

3.2 A luta jurídica dos professores adoecidos

Nesse sub-capítulo, são apresentados 21 processos jurídicos obtidos através da Assessoria Jurídica da APEOESP, que os selecionou segundo os critérios da pesquisa e solicitou sigilo absoluto dos sujeitos envolvidos. Os processos evidenciaram doenças acometidas nos docentes, em alguns casos, desenvolvidas no ambiente de trabalho, porém, quando não, se referem a direitos violados.

Como discutido anteriormente, a fragmentação da categoria em várias nomenclaturas promove a individualização dos interesses que seriam coletivos. Isso acontece por conta das singularidades e particularidades atribuídas a cada uma delas. Assim, cada processo foi avaliado individualmente levando-se em conta as especificidades de cada caso e se opta em nomear cada processo por N°1, N°2, N°3 e assim por diante.

O processo N°01 refere-se aos professores aposentados do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, que possuem o direito à paridade integral com os professores em efetivo exercício, direito este assegurado por normas constitucionais, conforme se verificam as instruções de aposentadoria da classe. É garantido o direito à paridade integral, o que lhes assegura receberem todos os reajustes, vantagens e benefícios que forem concedidos posteriormente aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, conforme normas constitucionais a seguir transcritas.

De acordo com o artigo 7º, da Emenda Constitucional N° 41/03, em vigor desde 31 de dezembro de 2003, seja pela regra do artigo 40 ou pelas regras de transição da EC 20/98, de acordo com o artigo 3º da mesma Emenda, mantiveram o direito à paridade integral, conforme segue,

Art. 7º Observado o disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, os proventos de aposentadoria dos servidores públicos titulares de cargo efetivo e as pensões dos seus dependentes pagos pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, em fruição na data de publicação desta Emenda, bem como os proventos de aposentadoria dos servidores e as pensões dos dependentes abrangidos pelo art. 3º desta Emenda, serão revistos na mesma

proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei.

Por outro lado, aos que não alcançaram a aposentadoria ou completaram todos os requisitos necessários ao benefício antes de 31/12/2003, foram instituídas regras de transição, a fim de que, desde que atendidas as condições nelas estabelecidas, fosse assegurada a esses servidores a paridade integral nos termos do artigo 7º da EC 41/03 (BRASIL, 2003)²⁵, conforme normas constitucionais a seguir.

Art. 6º, da Emenda Constitucional nº 41, publicada em 31/12/2003, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 47/2005, combinado com o artigo 2º desta última Emenda Constitucional nº 47/05 (conhecida como PEC Paralela), para os que se aposentaram depois da EC 41/03 e que preencheram todas as condições previstas em seu artigo 6º: “Art. 6º Ressalvado o direito de opção à aposentadoria pelas normas estabelecidas pelo art. 40 da Constituição Federal ou pelas regras estabelecidas pelo art. 2º desta Emenda, o servidor da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, que tenha ingressado no serviço público até a data de publicação desta Emenda poderá aposentar-se com proventos integrais, que corresponderão à totalidade da remuneração do servidor no cargo efetivo em que se der a aposentadoria, na forma da lei, quando, observadas as reduções de idade e tempo de contribuição contidas no § 5º do art. 40 da Constituição Federal, vier a preencher, cumulativamente, as seguintes condições: I - sessenta anos de idade, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade, se mulher; II - trinta e cinco anos de contribuição, se homem, e trinta anos de contribuição, se mulher; III - vinte anos de efetivo exercício no serviço público; e IV - dez anos de carreira e cinco anos de efetivo exercício no cargo em que se der a aposentadoria.

Deste modo, os professores aposentados que passaram à inatividade nos termos das normas constitucionais acima citadas, têm direito à paridade com os servidores em atividade.

Porém, em 06 de outubro de 2005, foi editada a Lei Complementar Nº 977/05 (SÃO PAULO, 2005)²⁶, que institui reajustes salariais com base na “Gratificação por Atividade de Magistério – GAM”, que dispõe o seguinte:

LEI COMPLEMENTAR Nº 977, DE 6 DE OUTUBRO DE 2005
Institui Gratificação por Atividade de Magistério – GAM para os servidores que especifica, e dá providências correlatas O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO: Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei complementar: Artigo 1º - Fica instituída Gratificação por Atividade de Magistério – GAM, aos servidores em atividade do Quadro do Magistério, da

²⁵ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc41.htm>.

²⁶ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/58296>>.

Secretaria da Educação. Artigo 2º - O valor da Gratificação instituída por esta lei complementar corresponde à importância resultante da aplicação do percentual de 15% (quinze por cento) sobre a retribuição mensal do servidor. Parágrafo único – Para os fins do disposto neste artigo, considera-se retribuição mensal o somatório dos valores percebidos pelo servidor a título de salário base ou Carga Horária de Trabalho, Carga Suplementar, Prêmio de Valorização, instituído pela Lei Complementar nº 809, de 18 de abril de 1996, Gratificação por Trabalho Educacional, de que trata a Lei Complementar nº 874, de 4 de julho de 2000, Gratificação Geral, instituída pela Lei Complementar nº 901, de 12 de setembro de 2001, Gratificação Suplementar, instituída pela Lei Complementar nº 957, de 13 de setembro de 2004, e, quando for o caso, o adicional por tempo de serviço e a sexta-parte. (...) Artigo 4º - O servidor não perderá o direito à Gratificação por Atividade de Magistério quando se afastar em virtude de férias, licença-prêmio, gala, nojo, júri, doação de sangue, faltas abonadas, faltas médicas, licença acidente de trabalho, licença saúde, licença gestante, licença paternidade, licença adoção, missão de interesse da administração pública, participação de congressos e cursos, serviços obrigatórios e outros afastamentos previstos em lei. Parágrafo único – Sobre o valor da Gratificação por Atividade de Magistério – GAM incidirão os descontos previdenciários e de assistências médica devidos. Artigo 5º - As despesas resultantes da aplicação desta lei complementar serão cobertas com as dotações próprias do orçamento vigente, ficando o Poder Executivo autorizado a abrir, para o corrente exercício, créditos suplementares até o limite R\$ 224.000.000,00 (duzentos e vinte quatro milhões de reais), mediante a utilização de recursos nos termos do § 1º do artigo 43 da Lei federal nº 4320, de 17 de março de 1964. Artigo 6º - Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de setembro de 2005. Palácio dos Bandeirantes, 6 de outubro de 2005. GERALDO ALCKMIN (SÃO PAULO, 2005).

Diante do exposto, a gratificação instituída pela Lei Complementar nº 977/05 (SÃO PAULO, 2005) não contempla o sistema paritário a que os docentes têm direito. Desta maneira, como reflexo a este cenário, aumenta-se a desigualdade salarial entre seus pares.

Percebendo as lacunas e equívocos cometidos pela Lei 977, apenas em 2010 foi instituída a Lei Complementar nº 1.107/10²⁷ (SÃO PAULO, 2010), na qual é estendida a Gratificação por Atividade de Magistério aos professores inativos, porém de forma gradual como dispõem os dispositivos legais abaixo.

Artigo 5º - Aplica-se o disposto nos artigos 1º, 3º e 4º desta lei complementar inativos e pensionistas. Parágrafo único - O disposto no artigo 2º desta lei complementar aplica-se aos inativos e pensionistas cujo direito à percepção da Gratificação por Atividade de Magistério - GAM, instituída pela Lei Complementar nº 977, de 6 de outubro de 2005, tenha sido reconhecido por decisão judicial transitada em julgado (SÃO PAULO, 2010).

Como demonstrado, os professores aposentados não receberam a Gratificação no período de setembro 2005 a fevereiro de 2010, sendo este o motivo propulsor da ação. A Lei Complementar nº 977/05 (SÃO PAULO, 2005), a exemplo de outras normas, sempre tenta

²⁷ Disponível em: < <https://www.al.sp.gov.br/norma/159420>>.

escamotear os direitos dos aposentados e promover divisões entre a classe trabalhadora docente.

Portanto, não se pode permitir que o Poder Público continue se utilizando desses artifícios, como a instituição da Gratificação por Atividade de Magistério – GAM, sob as mais esdrúxulas justificativas, para tangenciar a obrigatoriedade do sistema paritário na remuneração de seus servidores, devendo, portanto, o Poder Judiciário zelar para que os princípios constitucionais sejam respeitados.

É importante destacar que houve mais 2 processos coletivos idênticos, em que apenas diferem o nome e quantidade de professores envolvidos.

Dos processos coletivos, o primeiro contou com 17 professores envolvidos; no segundo, 12; e no terceiro, 17 (tabela 5).

O processo N° 02 refere-se à professora que ingressou no serviço público estadual há vários anos para exercer a função de Professor Educação Básica II, sob o regime de contrato temporário, residente na cidade de Presidente Prudente – SP. No ano de 2012, foi readaptada por apresentar inúmeros problemas de saúde, mas com a condição de ter que realizar nova perícia de tempos em tempos, a fim de constatar sua incapacidade no exercício da função.

Mesmo após a readaptação e o devido tratamento médico, sua saúde tem se agravado e de tudo se faz prova com a vasta documentação médica apresentada ao perito.

No início de 2016, foi submetida à perícia médica para validação da continuidade de sua readaptação junto ao Departamento de Perícias Médicas. Na perícia, o médico declarou a suspensão da readaptação da servidora, mediante Parecer Médico Pericial, conforme publicação no DOE em 2016.

Em razão do encerramento da readaptação levada a efeito pela Administração Pública, a professora teve prejuízos em seus vencimentos, uma vez que é admitida em caráter temporário e encontrava-se com sérios problemas de saúde, ficando totalmente prejudicada e incapacitada para as atividades funcionais e privada de seus vencimentos.

No caso, o que se percebe é que os agentes da Administração Pública tentam, de maneira enfática, justificar através das mais estapafúrdias e evasivas conclusões, que a professora não pode mais continuar vinculada ao Estado na condição de readaptada, mesmo se encontrando incapacitada para o exercício das funções docentes, desprezando o fato de que o órgão médico oficial reconheceu anteriormente a incapacidade para o exercício da função docente.

Inconformada por ter a readaptação cessada, mesmo diante de todos os relatórios médicos apresentados, recorreu dos procedimentos adotados pela Administração. Na leitura que embasa a argumentação da assessoria jurídica da APEOESP, a cessação da readaptação e a suspensão de seus vencimentos seriam irregulares e, conseqüentemente, o ato que tornou sem efeito a readaptação deveria ser revisto e anulado, pois a professora teria o direito de permanecer vinculada e exercendo funções mais compatíveis com a sua capacidade física e mental até o seu completo restabelecimento.

Como dispõe o artigo 191, da Lei nº 10.261/68 (SÃO PAULO, 1968)²⁸, “Ao funcionário que, por motivo de saúde estiver impossibilitado para o exercício do cargo, será concedida licença, mediante inspeção em órgão médico oficial, até o máximo de 4 (quatro) anos, com vencimento ou remuneração”.

O direito à licença para tratamento de saúde se estende aos servidores admitidos em caráter temporário, assim determinado nos artigos 25 e 26 da Lei 500/74 (BRASIL, 1974).

Além disso, o artigo 28, da Lei Complementar nº 180/78 (SÃO PAULO, 1978)²⁹, dispõe sobre o direito à readaptação do servidor público estadual, inclusive do admitido, nos termos da Lei 500/74 (BRASIL, 1974), toda vez em que houver mudança de seu estado físico ou mental e alteração da capacidade para o trabalho, nos seguintes termos:

Art. 28. Em casos excepcionais, quando em decorrência de inspeção médica verificar-se modificação do estado físico ou mental do funcionário ou do servidor, modificação essa que venha alterar sua capacidade para o trabalho, poderá o funcionário ou servidor ser readaptado, mediante transposição, para cargo ou função- atividade mais compatível e de igual padrão (SÃO PAULO, 1978).

O mesmo direito ainda está previsto na Lei Complementar 444/85 (SÃO PAULO, 1985) – Estatuto do Magistério Paulista³⁰, que estabelece, nos artigos 98 e 100, o seguinte:

Artigo 98 – O docente readaptado, que permanecer prestando serviços em unidades escolares, ficará sujeito à Jornada de Trabalho Docente na qual estiver incluído, fazendo jus, ainda, à carga suplementar de trabalho docente que prestava no momento da readaptação, podendo, também, optar pela média da carga horária dos últimos 60 (sessenta) meses imediatamente anteriores a sua readaptação.

Parágrafo único – O disposto neste artigo não exclui a aplicação do que estabelece o artigo 28 da Lei Complementar nº 180, de 12 de maio de 1978. Artigo 100 – O docente readaptado exercerá (vetado) funções na unidade onde se achava lotado por ocasião da readaptação, podendo indicar, a cada ano, nova sede de exercício (SÃO PAULO, 1985).

Ainda somando a esse mesmo direito, a Resolução da Secretária da Saúde 77³¹ (BRASIL, 1997), de 11 de junho de 1997, institui norma de procedimento relativa à

²⁸ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/28593>>.

²⁹ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/30762>>.

³⁰ Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/1985/lei.complementar-444-27.12.1985.html>>.

operacionalização do instituto da readaptação, dispõe, em seu artigo 1º, que “O servidor público estadual poderá ser readaptado quando ocorrer modificação de suas condições de saúde que altere sua capacidade de trabalho”.

É relevante salientar que o artigo 2º, da mencionada Resolução da Secretaria da Saúde, prevê que a readaptação pode ser proposta pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado ou por qualquer autoridade da Secretaria de Estado, relativamente ao seu subordinado, ou seja, o servidor não pode solicitar sua própria readaptação, o que vale dizer que, se a professora foi readaptada, é porque apresentava modificação na sua capacidade física ou mental reconhecida pelo Departamento de Perícias Médicas do Estado e pela Comissão de Assuntos de Assistência à Saúde vinculada à Secretaria de Estado da Saúde.

A professora não adoeceu porque quis, mas por estar à deriva de suas funções e instituição enquanto servidora, desta maneira o Estado é responsável pela saúde dos seus funcionários, no que tange às relações de trabalho existente e no caso em questão não é diferente.

O próprio aparato jurídico aponta para os direitos do docente, por isso se torna inadmissível que ao trabalhador (a) que tenha sofrido alteração de sua capacidade física durante o exercício de sua atividade para a qual foi admitido não sejam conferidas garantias, especialmente quando essas garantias não são reconhecidas pelo próprio Poder Público, a quem cabe zelar pelo bem-estar dos cidadãos.

Como foi apresentado, o direito da professora à continuidade da readaptação para funções mais compatíveis com sua capacidade física ou mental está previsto na legislação em vigor, sendo que os documentos apresentados, em especial o laudo do DPME e CAAS, demonstram a incapacidade para o exercício das funções docentes em período bem anterior à sua dispensa das funções como readaptada, ou seja, da interrupção de sua readaptação, porém, conforme a avaliação do sindicato, constatou-se a necessidade da continuidade da readaptação, provada através dos relatórios expedidos pelos médicos que a acompanham.

Assim, esta ação teve como objetivo anular a cessação da readaptação, reconhecendo-lhe o direito de permanecer vinculada ao serviço público na condição de readaptada. Desse modo, enquanto permanecer com a incapacidade parcial e temporária, deve realizar funções compatíveis com seu estado de saúde. Deve, mesmo diante disso, receber os vencimentos da função desde a data do encerramento de sua readaptação.

³¹ Disponível em: <http://unesp.br/crh/mostra_arq_multi.php?arquivo=9555>.

O processo Nº 03 refere-se a Professora de Educação Básica II, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, titular de cargo efetivo, residente na cidade de Mairiporã – SP, a qual teve seu estado de saúde agravado. A docente foi diagnosticada pelos seus médicos com as seguintes moléstias: CID 10 – F33.2 (Transtorno depressivo recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos), F60.3 (Transtorno de personalidade com instabilidade emocional) e F63 (Transtornos dos hábitos e dos impulsos), necessitando solicitar sucessivas licenças.

Em razão dos problemas de saúde, a docente foi readaptada, conforme publicação no DOE em 2015. Devido ao agravamento do estado de saúde, ela necessitou ser internada no Hospital. Porém, devida seu estado debilitado, a docente ficou impossibilitada de comparecer na perícia médica no Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, procedimento necessário para dar continuidade à função de readaptação.

Devido a sua ausência por motivos maiores, protocolou pedido de reconsideração junto ao DPME para que fosse reagendada nova perícia médica, porém foi indeferida novamente, conforme DOE em 2015.

O Estado deve assegurar ao servidor, enquanto estiver doente, a licença para tratamento de saúde, cujo dever decorre do direito à previdência social previsto no Artigo 6º da CF/88: “São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Além disso, o Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado de São Paulo, Lei nº 10.261, de 28 de outubro de 1968, em seu artigo 191, prevê que “Ao funcionário que, por motivo de saúde estiver impossibilitado para o exercício do cargo, será concedida licença, mediante inspeção em órgão médico oficial, até o máximo de 4 (quatro) anos, com vencimento ou remuneração” (SÃO PAULO, 1968).

Por sua vez, o Decreto nº 29.180, de 11 de novembro de 1988, que institui o regulamento de perícias médicas e dá outras providências, determina que “A licença para tratamento de saúde dependerá de perícia médica, realizada no DPME ou nas unidades indicadas nos termos do artigo 7º deste decreto” (SÃO PAULO, 1988).

Como se sabe, a Administração Pública, por meio de seus agentes, deve seguir todos os princípios descritos no Art. 37, caput, da Constituição Federal, dentre outros. Entre estes princípios, encontra-se o princípio da razoabilidade, o qual determina que os agentes públicos, na consecução de seus atos administrativos, devem ponderar a realização destes, buscando avaliar cada caso concreto e adotar as providências mais adequadas.

Acrescenta-se que o artigo 4º, da Constituição Paulista, determina que “Nos procedimentos administrativos, qualquer que seja o objeto, observar-se-ão, entre outros requisitos de validade, a igualdade entre os administrados e o devido processo legal, especialmente quanto à exigência da publicidade, do contraditório, da ampla defesa e do despacho ou decisão motivados” (SÃO PAULO, 1989).

Conforme a avaliação da assessoria jurídica da APEOESP, é evidente que a professora necessitava das licenças médicas e que o DPME poderia e deveria tomar as providências necessárias para regularizar as referidas licenças médicas negadas.

Assim, estando comprovada a necessidade dos afastamentos para tratamento de saúde, não houve solução por parte das autoridades competentes. Logo, não resta outra alternativa para professora que não seja a de recorrer ao Poder Judiciário, por meio do sindicato, a fim de garantir seu direito ao deferimento da licença médica para tratamento de saúde.

A professora, no entanto, não se conforma com tal decisão, pois estava e permanece em tratamento de saúde, fato que a fez continuar a solicitar as licenças. A maior comprovação de que seu estado de saúde ainda é grave foi a concessão de novas licenças requeridas pela professora que não tem condições de trabalhar nos períodos em que se requer a regularização. Além disso, conforme já mencionado acima, a professora foi readaptada da função em razão dos mesmos problemas de saúde.

Ressalte-se que os pedidos de licenças foram fundamentado em parecer de médico especialista, o qual acompanha a professora. Além de ter que voltar para o exercício de sua função, ficou com o período de 25/07/2014 a 24/10/2014 em aberto, o que causou e ainda causará à docente prejuízos de ordem financeira e funcional, até porque os dias que permanecem em aberto, sem cobertura de licença médica, serão considerado falta e descontados de seus vencimentos mensais.

Como descrito acima, o direito da professora às licenças para tratamento de saúde está exaustivamente previsto na legislação em vigor, cujos documentos anexados no processo afirmam a necessidade de seu afastamento, demonstram a moléstia e a incapacidade para o exercício das funções docentes. Desta feita, ela mesma não poderia ser impedida de ter seu afastamento para tratamento de saúde, uma vez que está incapacitada para o trabalho.

Contrariando as Constituições Federal e Estadual, os agentes da administração deixaram de observar o princípio da legalidade, pois a docente preencheu todos os requisitos que a lei impõe para a concessão de licença e, mesmo assim, teve seus pedidos indeferidos.

Portanto, o Departamento de Perícias Médicas do Estado, diante do relatório

médico responsável pelo tratamento de saúde da docente, deveria avaliar efetivamente as suas condições de saúde e não conceder períodos inferiores que o necessitado ou negá-los sem quaisquer motivos.

Além disso, a postura dos agentes administrativos fere até mesmo, o Código de Ética Médica – Resolução 1931, de 17 de setembro de 2009, mais precisamente, no artigo 52, que dispõe, “Desrespeitar a prescrição ou o tratamento de paciente, determinados por outro médico, mesmo quando em função de chefia ou de auditoria, salvo em situação de indiscutível benefício para o paciente, devendo comunicar imediatamente o fato ao médico responsável”.

Além dos prejuízos já relatados, futuramente a professora terá problemas de natureza previdenciária, uma vez que, se a servidora tem vínculo empregatício com o Estado, ela não pode ser impedida de realizar seu tratamento de saúde enquanto sua capacidade laboral não tiver sido restabelecida. Em casos em que existe a inaptidão para as funções próprias da função para a qual foi admitida, ela deve seguir com o tratamento até melhorar.

Na verdade, com tudo que foi exposto, fica clara a finalidade de os agentes administrativos punirem os servidores pelo fato de terem adoecido. Ao instituir a licença para tratamento de saúde, o Governo do Estado e o legislador devem garantir o direito à saúde dos servidores estaduais, bem como a prestação de um serviço de boa qualidade aos cidadãos, uma vez que servidores doentes não podem prestar um bom serviço.

O processo Nº4 refere-se a Professora de Educação Básica II, titular de cargo efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de São Paulo - SP.

O estado de saúde da professora se agravou, necessitando entrar sucessivamente com licenças, foi diagnosticada pelos seus médicos que a acompanham com as seguintes moléstias: CID 10 – F41.0 (Transtorno de pânico - ansiedade paroxística episódica) e F33.2 (Transtorno depressivo) recorrente, episódio atual grave sem sintomas psicóticos.

Porém, devido ao estado fragilizado da professora, está ficou impossibilitada de comparecer na perícia médica no Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, que estava agendada. Protocolou pedido de reconsideração junto ao DPME, para que a perícia fosse reagendada, porém o mesmo foi indeferido, conforme DOE, em 2015.

Devido às particularidades do processo anterior, estruturaram-no com as mesmas argumentações jurídicas, em que se cita o dever do Estado de assegurar licença tratamento de saúde dos servidores, princípios de razoabilidade de tratamento que os agentes públicos devem observar em cada caso e respeitar as especificidades, o da legabilidade, já que a

professora preenchia os requisitos para concessão da licença, e o Código de Ética Médica, pois o médico responsável não foi comunicado sobre a interrupção do benefício.

O pedido de licença foi fundamentado em parecer de médico especialista, o qual acompanhou o caso. A professora está com período em aberto, o que causou e ainda causará prejuízos financeiro e funcional, até porque os dias que permanecem em aberto, sem cobertura de licença médica, serão considerados falta, descontados sobre os vencimentos mensais. Isso, sem dúvida, caracteriza prejuízo irreparável, dado o caráter alimentar de seus vencimentos.

O Departamento de Perícias Médicas do Estado é o órgão competente para avaliar a necessidade de afastamento ou não dos servidores estaduais em razão de patologias incapacitantes, porém, o que não pode ser aceito é que, estando comprovadamente doente, este órgão lhe negue o direito dos dias de que realmente necessita para tratar de sua saúde. O Poder Judiciário foi procurado neste caso a fim de garantir o direito de recebimento nos referidos períodos que se encontram em aberto, bem como a regularização desse período.

O processo Nº 05 refere-se a Professora de Educação Básica I, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de São Bernardo do Campo - SP. O estado de saúde da professora se agravou, necessitando de licenças sucessivas, sendo diagnosticada pelos seus médicos com a seguinte moléstia: CID 10 – C50.9 (Neoplasia maligna da mama, não especificada).

Devido ao agravamento do estado de saúde da professora, ela necessitou afastar-se das suas funções docentes para tratamento do câncer de mama com rádio e quimioterapia no período que compreende o final de 2012 a início de 2013.

No entanto, a Unidade Escolar não agendou a Guia de Perícia Médica – GPM, ainda que a professora tenha realizado entrega de toda a documentação pertinente ao afastamento, sendo assim, ela ficou com período em aberto na sua vida funcional.

A docente, protocolou pedido de reconsideração junto ao Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME, para que fosse agendada sua perícia médica, mas a solicitação foi indeferida, conforme DOE em 2015.

A estrutura da argumentação realizada pela assessoria jurídica seguiu o mesmo caminho argumentativo que o processo anterior, para assegurar o direito da professora.

O processo de Nº 06 refere-se a Professora de Educação Básica II, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de São Paulo - SP.

A docente trabalha no serviço público estadual há anos e, devido à doença adquirida, vem solicitando sucessivamente licenças para tratar de sua saúde, sendo

diagnosticada pelo seu médico com as seguintes moléstias: CID 10 – N20 (calculose do rim e do ureter), F31.8 (outros transtornos afetivos bipolares), M79.7 (fibromialgia) e F45 (transtornos somatoformes). Inclusive, em razão dos problemas de saúde, a professora foi readaptada, conforme publicação em DOE de 2012.

Devido ao agravamento do estado de sua saúde, ela necessitou permanecer um período internada em 2015. Ocorre que, devido ao pós-operatório da professora, esta ficou impossibilitada de comparecer em duas perícias médicas agendadas no DPME.

A assessoria jurídica da APEOESP, devido às similaridades aos processos anteriores seguiu com a mesma linha argumentativa a fim de assegurar os direitos da professora.

O processo nº07 refere-se a Professora Educação Básica II, do Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Titular de Cargo Efetivo, residente na cidade de São Paulo - SP.

A mesma protocolou requerimento em 2011, solicitando a contagem de tempo para fins de aposentadoria especial, já que contava com mais de 25 anos e 11 meses de tempo de contribuição.

Entretanto, os agentes da Administração Pública enviaram um Correio Eletrônico aos Dirigentes Regionais de Ensino do Estado, com a seguinte orientação,

Tendo em vista o que dispõe o artigo 40 da CF/88, alterado pelas Ecs 20/1998; 41/2003 e 47/2005, ao solicitar liquidação para fins de Ratificação de Tempo de Contribuição, observar se o Servidor (a) preenche todos os requisitos estabelecidos nas normas constitucionais especificamente no que tange às seguintes situações: Efetivo exercício no cargo em que se dará a aposentadoria; Efetivo exercício no Serviço Público. Esclarecemos que tais observações se fazem necessárias pois a SPPREV já está devolvendo processos nos quais o servidor não preenche o requisito de efetivo exercício no serviço público, uma vez que foram computados períodos de Licença Saúde e faltas médicas, que não estão previstas no artigo 78 da Lei 10.261/68. Sugerimos que seja utilizado o tempo para concessão de benefícios (ATS/Sexta-Parte), como parâmetro na análise da contagem dos referidos requisitos. Portanto, ao analisarem os processos para fins de Ratificação verifiquem minuciosamente a qual fundamentação legal o servidor (a) preenche os requisitos.

A Coordenadoria de Tempo de Gestão de Recursos Humanos – Centro de Vida Funcional, colocou em prática a orientação que foi citada acima, não realizando o processo de contagem de tempo da professora por entender que “o rol taxativo do artigo 78, da Lei estadual nº 10.261/68, não prevê como de efetivo exercício aqueles dias relativos à licença saúde e faltas médicas”.

Devido à negativa da realização do processo de contagem de tempo, a professora passou por perícia para fins de afastamento por Licença para Tratamento de Saúde, em que foi concluído pelo médico perito que se tratava de caso de Aposentadoria por Invalidez, sendo aposentada conforme DOE de 2011.

No entanto, na ocasião em que ocorreu a perícia citada acima, a professora já havia protocolado, em 2011, pedido de contagem de tempo para fins de aposentadoria especial.

Porém, a professora foi informada de que nada mais poderia ser feito, ocasião em que protocolou novo pedido à Diretoria Regional de Ensino, solicitando empenho e providências para regularizar sua situação e finalizar sua aposentadoria especial por tempo de contribuição com proventos integrais, o que novamente não foi feito pelos agentes públicos responsáveis por esta função.

A informação contida no Correio Eletrônico aos Dirigentes Regionais de Ensino do Estado não deixa dúvidas quanto à ilegalidade que vem sendo praticada pelos agentes da Administração Pública, pois estão impedindo os professores que, durante a carreira, ausentaram-se do serviço em razão de licença-saúde ou falta médica, de se aposentarem pelas regras contidas no artigo 40 da Constituição Federal.

De acordo com a argumentação da assessoria jurídica da APEOESP, o entendimento sobre o artigo da Constituição no correio eletrônico encontra-se equivocado, posto que a previsão contida no artigo 40, inciso III da Constituição Federal, segundo a qual: os servidores poderão aposentar-se voluntariamente desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, não guarda nenhuma relação com os afastamentos previstos no artigo 78 da Lei nº 10.261/68, que inclusive é anterior à promulgação da Constituição Federal.

Além disso, continuando sua argumentação, aponta que o tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se der a aposentadoria passou a ser exigido a partir da EC nº 20, de 16 de dezembro de 1998. Desde a exigência constitucional, o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo vem aprovando todas as aposentadorias especiais do magistério a partir de então concedidas, sem que os afastamentos a título de licença – saúde ou falta médica sejam considerados empecilhos para a aprovação.

Não há qualquer dispositivo constitucional que suprima o direito fundamental do trabalhador que necessite ausentar-se do serviço por motivo de doença. O entendimento

equivocado dos agentes trouxe grave prejuízo à professora e a outros servidores que se encontram na mesma situação, no qual já contava em 2011 com 25 anos de contribuição.

De acordo com a Lei 10.2061/68, no artigo 81, inciso II assim prevê-se”Artigo 81- Os tempos adiante enunciados serão contados, II- para efeito de disponibilidade e aposentadoria, o de licença para tratamento de saúde (SÃO PAULO, 1968)”.

Além disso, a LC 1041/2008 também dispõe sobre o tema:

Artigo 1º- O servidor público não perderá o vencimento, a remuneração ou o salário do dia, nem sofrerá desconto, em virtude de consulta, exame ou sessão de tratamento de saúde referente à sua própria pessoa, desde que o comprove por meio de atestado ou documento idôneo equivalente obtido junto ao Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual- IAMSPE, órgãos públicos e serviços de saúde contratados ou conveniados integrantes da rede do Sistema Único de Saúde -SUS, laboratórios de análises clínicas regularmente constituídos ou qualquer dos profissionais da área de saúde especificados no Anexo que faz parte integrante desta lei complementar, devidamente registrado no respectivo Conselho Profissional de Classe, quando: I- deixar de comparecer ao serviço, até o limite de 6 (seis) ausências ao ano, independente da jornada a que estiver sujeito, ainda que sob o regime de plantão, não podendo exercer 1 (uma) ao mês.(...) Artigo 4º- As ausências do servidor fundamentadas no inciso I do artigo 1º desta lei complementar serão computadas somente para fins de aposentadoria e disponibilidade (SÃO PAULO, 2008).

A licença para tratamento de saúde, prevista no artigo 191 a 193, da Lei 10.261/68 (Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis do Estado), assegura ao funcionário o direito de recebimento de seus vencimentos integrais, nos seguintes termos:

Ao funcionário que, por motivo de saúde, estiver impossibilitado para o exercício do cargo, será concedida licença, mediante inspeção em órgão médico oficial, até o máximo de 4 (quatro) anos, com vencimento ou remuneração. § 1º - Findo o prazo, previsto neste artigo, o funcionário será submetido à inspeção médica e aposentado, desde que verificada a sua invalidez, permitindo-se o licenciamento além desse prazo, quando não se justificar a aposentadoria (SÃO PAULO, 1968).

O artigo 91, do Estatuto do Magistério Paulista – LC 444/85, prevê a contagem dos períodos de licença médica para todos os fins.

Consideram-se efetivamente exercidas as horas-aula e/ou horas-atividade que o docente deixar de prestar por motivo de férias escolares, suspensão de aulas por determinação superior, recesso escolar, e de outras ausências que a legislação considere como de efetivo exercício para todos os efeitos legais. Parágrafo único - As horas-aula e horas-atividade que o docente deixar de prestar, em virtude de licença concedida para tratamento de saúde, considerar-se-ão exercidas para fins de pagamento e para os efeitos de incorporação aos cálculos dos proventos (SÃO PAULO, 1985)

A legislação prevê expressamente que as faltas do servidor para tratamento de saúde serão computadas como tempo de serviço para fins de aposentadoria. A licença para tratamento de saúde é um direito conferido pelo Estado a todo e qualquer servidor que dela necessitar. Logo, o período em que o servidor estiver em tratamento de saúde deve ser considerado como exercício para todos os efeitos legais, inclusive para fins de aposentadoria e disponibilidade conforme a legislação.

No entanto, o cerceamento do direito da professora já se encontra materializado pois já se temos a devolução do processo de contagem de tempo da mesma à Diretoria Regional de Ensino a fim de que se deixasse de computar os afastamentos citados, licença para tratamento de saúde e faltas médicas, como tempo de serviço para fins de aposentadoria especial.

Não tem qualquer dispositivo que tenha revogado a legislação, logo, a informação contida no correio eletrônico enviado à professora não deixa dúvidas quanto à ilegalidade que vem sendo praticada, pois estão impedindo a professora de educação básica II, que durante a carreira, ausentou-se do serviço em razão de licença-saúde ou falta médica, de se aposentar pelas regras do artigo 40, da Constituição Federal, ou pela regra comum, prevista na EC 47/2005.

A aposentadoria especial para os docentes em nada difere da aposentadoria obtida pela regra geral dos demais servidores, com exceção da redução dos cinco anos na idade mínima e no tempo de contribuição para que a aposentadoria seja conquistada.

De acordo com a argumentação da assessoria jurídica da APEOESP, os períodos de afastamento em razão de licença ou falta médica são computados para a aposentadoria pela regra geral, como já reconhecido pelo Poder Judiciário, também devem ser considerados para fins de aposentadoria especial, porque a única exigência para esta é que o tempo de contribuição utilizado para a aposentadoria tenha sido exercitado no magistério e, levando-se em conta os dispositivos da Lei 10.261/68 e da LC 444/85 citados (artigos 81, II da primeira lei e 91 da segunda, bem como as disposições da LC 1041/2008), evidentemente que, para fins legais e constitucionais, estes afastamentos são considerados para aposentadoria, inclusive docente.

Ressalta-se que tais afastamentos médicos foram involuntários e indesejados pela professora, eis que ninguém voluntariamente adoece, e se o Estado concedeu a licença para esta, após perícia, evidentemente que nem se pode cogitar questionar a real necessidade dos afastamentos ora expostos.

O motivo desta ação revela um violento ataque à garantia constitucional da professora que foi obrigada a ser aposentada por invalidez com proventos proporcionais, uma vez que fazia jus, desde abril de 2011, à aposentadoria especial integral, com o benefício da paridade. Assim, não há alternativa para que seja preservado o direito da professora integrante do Quadro do Magistério a não ser procurar o sindicato para garantir seus direitos via ação judicial.

O processo Nº 08 refere-se a professora Titular de Cargo Efetivo, Professor Educação Básica II, do Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Presidente Prudente - SP. Devido a problemas de saúde gravíssimos, a professora teve sua capacidade laborativa afetada. Por essa razão, ela vem se afastando em seguidas licenças para tratamento de saúde, desde ano de 2004, como atestam os relatórios de licenças emitido pelo DPME.

No ano de 2011, ao passar por mais uma perícia para fins de afastamento para Tratamento de Saúde, foi concluído pelos médicos peritos que se tratava de Aposentadoria por Invalidez.

No entanto, na ocasião em que ocorreu a perícia, a professora já havia protocolado, em 2011, pedido de contagem de tempo para fins de aposentadoria especial por tempo de contribuição, uma vez que já havia cumprido todos os requisitos para referida aposentadoria, a qual deveria ocorrer com proventos integrais.

Diante da demora da unidade escolar em dar andamento em sua contagem de tempo, foi solicitado à Diretoria Regional de Ensino para ser tomadas as providências necessárias para que sua aposentadoria especial por tempo de contribuição com proventos integrais fosse processada rapidamente. A docente assim o fez no sentido de suprir a demora da escola, a fim de então ser publicada antes da aposentadoria por invalidez, uma vez que os médicos peritos já haviam identificado a sua incapacidade laborativa.

É possível perceber que a unidade escolar tem problemas em dar encaminhamento a procedimentos necessários sobre a vida profissional de professores, o que, em muitos casos, está atrelado a políticas empreendidas pelo órgão central do Estado, um exemplo disso foi o correio eletrônico citado no processo anterior.

Desta maneira, convém questionar a respeito dos trabalhos burocráticos de algumas escolas que envolvem a documentação da vida dos professores e da unidade escolar, que, por sua vez, estão dificultando ainda mais a vida dos docentes através de erros ou sendo omissos nos registros.

Porém, neste processo, prevaleceu a morosidade da administração pública e a

aposentadoria por invalidez foi publicada em 2011. A professora foi informada que nada mais poderia ser feito, já que estava protocolando novamente um novo pedido à Diretoria Regional de Ensino, solicitando empenho e providências para regularizar sua situação e finalizar sua aposentadoria especial por tempo de contribuição com proventos integrais, o que novamente não foi feito pelos agentes.

Em relação à Aposentadoria Especial por Tempo de Contribuição, dispõe o artigo 40, §1º, inciso III, §5º, da Constituição Federal:

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo (...) § 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17 (...) III - voluntariamente, desde que cumprido tempo mínimo de dez anos de efetivo exercício no serviço público e cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, observadas as seguintes condições: a) sessenta anos de idade e trinta e cinco de contribuição, se homem, e cinquenta e cinco anos de idade e trinta de contribuição, se mulher; b) sessenta e cinco anos de idade, se homem, e sessenta anos de idade, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição. (...) § 5º - Os requisitos de idade e de tempo de contribuição serão reduzidos em cinco anos, em relação ao disposto no § 1º, III, "a", para o professor que comprove exclusivamente tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação infantil e no ensino fundamental e médio (BRASIL, 2003)

O fato de a professora ter passado de contrato temporário para ocupante de cargo efetivo não retira de tempo ser direito de ser contado para fins de aposentadoria especial, já que ela continuou a desempenhar as mesmas atividades que sempre desempenhou, mudando apenas a nomenclatura de 'função-atividade' para 'cargo efetivo' de Professor de Educação Básica II. A modificação da situação funcional não pode militar em seu desfavor, como se estivesse ela a ingressar agora no exercício das funções da docência.

Assim, se as funções foram exercidas exclusivamente no magistério, tendo preenchido todos os requisitos para a aposentadoria em questão, não pode a mesma ser negada, simplesmente porque a morosidade da Administração Pública extrapola aquilo que é direito do servidor.

O tempo de serviço anterior no mesmo cargo, pelo regime da Lei nº 500/74, prevê que deve ser computado para o preenchimento dos requisitos legais, pois a Constituição Federal não faz qualquer distinção entre funcionários públicos efetivos, nomeados ou contratados, não compete à Administração, portanto, agir de modo diferente.

A Aposentadoria por Invalidez não garante à professora proventos integrais e

também não lhe garante a integralidade e a paridade, conforme dispõe o artigo 40, inciso I, da Constituição Federal, que, inclusive, foi citado no processo anterior.

Existe previsão legal no que tange ao recebimento dos proventos integrais quando o servidor cumpre todos os requisitos para aposentadoria especial, garantindo-se ainda, a paridade e a integralidade, como é o caso da professora.

De acordo com o texto constitucional vigente anteriormente à Emenda Constitucional nº 41/2003, a autora fazia jus a aposentar-se nos seguintes termos:

Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado o regime de previdência de caráter contributivo, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma do § 3º:(...)§ 8º Observado o disposto no artigo 37, X, os proventos de aposentadoria e as pensões serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos aposentados e aos pensionistas quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria ou que serviu de referência para a concessão da pensão, na forma da lei (BRASIL, 2003).

Conforme argumentação jurídica da assessoria da APEOESP, os agentes públicos não podem deixar de atender o pedido da professora quando ela comprova que, em 2011, já havia preenchido todos os requisitos para aposentadoria especial com proventos integrais, tendo, inclusive, preenchido os requisitos para à paridade e proceder a sua aposentadoria proporcional, com redução de proventos e obrigá-la a suportar prejuízos irreparáveis.

Considerando o direito em receber o valor integral de seus proventos, uma vez que faz jus desde abril de 2011 à aposentadoria especial integral, com o benefício da paridade, não lhe resta outra alternativa a não ser recorrer ao Poder Judiciário para ver as garantias legais para que seja cumprido seu direito.

O processo de Nº 09 refere-se ao Professor de Educação Básica II, Titular do Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Itaquaquecetuba - SP. O professor estava readaptado no serviço público desde 2007, pois foi diagnosticado com CID 10: F41.1 (Ansiedade generalizada).

Mesmo após a readaptação e devido tratamento médico que teve início em momento anterior à readaptação, ele permanece com ela, não obteve melhora suficiente para assumir uma sala de aula. O atestado do médico que o acompanhou atestou que o mesmo

permanecia incapaz de realizar atividades laborais de sua origem, devendo manter readaptação da função.

Desta maneira, a assessoria jurídica da APEOESP elaborou argumentação similar aos processos que já foram citados anteriormente sobre problemas relativos ao encerramento da readaptação com o professor ainda doente.

O professor permanece atuando na função de serviço administrativo, não necessitando de esforço físico, no entanto, a qualquer momento, pode cessar a designação e terá de voltar para sala de aula, sendo que não tem condições físicas de desempenhar as atividades docentes, necessitando, assim, permanecer readaptado, conforme previsto na legislação vigente.

A cessação da readaptação, quando o professor estava inapto para o exercício das funções docentes, fere o direito do mesmo, recorrendo ao Poder Judiciário, para que seja declarada nula a cessação da readaptação, reconhecendo-lhe o direito de permanecer vinculado ao serviço público na condição de readaptado, enquanto permanecer a incapacidade parcial e temporária, exercendo as funções para as quais foi readaptado, funções estas mais compatíveis com seu estado de saúde físico ou mental.

O processo N°10 refere-se a Professora de Educação Básica I, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Mauá - SP. A professora estava readaptada no serviço público desde 1999, pois foi diagnosticada com as seguintes moléstias CID 10: M05 (Artrite Reumatóide), M35 (Síndrome Seca - Sjögren) e M17 (Gonartrose - artrose do joelho - doenças crônicas e incuráveis).

Mesmo após a readaptação e devido ao tratamento médico que teve início em momento anterior à readaptação e que permanece até a presente momento, a professora não obteve melhora suficiente para capacitá-la a assumir sala de aula. O médico que acompanha a professora atesta que ela é incapaz de realizar as atividades laborais de sua origem, devendo manter-se na readaptação de sua função. Porém, em 2016, foi publicado, no DOE, um despacho do Secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo cessando a readaptação.

A professora, atualmente, exerce a função de serviço administrativo, não necessitando de esforço físico, no entanto, a qualquer momento, pode cessar a designação e ela terá de voltar para sala de aula, mas não tem condições físicas de desempenhar as atividades docentes, necessitando, assim, permanecer readaptada, conforme previsto na legislação vigente.

Desta maneira, foi realizado pela assessoria jurídica da Apeoesp embasamento similar aos processos anteriores. O direito da professora à readaptação funcional está exaustivamente previsto na legislação em vigor, diante da comprovação do quadro clínico, deve realizar tratamento contínuo e mater afastamento das funções docentes. Equanto permanecer a incapacidade parcial e temporária, deve continuar exercendo as funções para as quais foi readaptada, funções estas mais compatíveis com seu estado de saúde físico ou mental.

O processo N°11 refere-se a Professora de Educação Básica II, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Presidente Prudente - SP. A professora estava diagnosticada desde 2013 com as seguintes moléstias CID 10: F43 (transtorno de adaptação), C21.8 (neoplasia maligna do reto) e D12.0 (neoplasia benigna do colo) e S92. (fratura de outro artelho).

No entanto, a DPME negou o período solicitado na licença médica apresentada e concedeu tempo menor. Então, a docente entrou com recurso e iniciou um processo a fim de assegurar os seus direitos, o que foi indeferido. Em pedido de reconsideração o processo foi novamente indeferido.

Desse modo, a professora procurou a assessoria jurídica da Apeoesp para garantir seu direito. A argumentação foi similar aos processos anteriores quando houve a negativa da DPME em conceder a readaptação necessária.

O processo N° 12 refere-se a Professora de Educação Básica II, contratada em caráter temporário, pertence ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Presidente Prudente - SP. Devido ao agravamento do estado de saúde, em 2015, necessitou de licença para tratamento de saúde. Porém, o pagamento dos seus vencimentos fora de apenas 60% do que a docente recebia normalmente pelas aulas atribuídas, havendo, assim, diminuição de sua carga horária.

Entretanto, de acordo com o artigo 12, inciso II, da resolução SE 75/13:

a redução da carga horária do docente e/ou da jornada de trabalho, resultante da atribuição de carga horária menor ou da perda de classe ou de aulas, será concretizada de imediato à ocorrência, independentemente de o docente se encontrar em exercício ou em licença/afastamento a qualquer título, exceto nos casos de licença saúde, licença à gestante, licença adoção e licença acidente de trabalho (SÃO PAULO, 2013).

Desta maneira, esta resolução assegura os vencimentos até seu retorno a sala de aula, o artigo 91, da Lei complementar N° 444/85 (Estatuto do Magistério), também reforça o

direito do docente: “Consideram-se efetivamente exercidas as horas-aula e/ou horas-atividade que o docente deixar de prestar por motivo de férias escolares, suspensão de aulas por determinação superior, recesso escolar, e de outras ausências que a legislação considere como de efetivo exercício para todos os efeitos legais” (SÃO PAULO, 1985).

De acordo com os autos do processo, a justificativa do órgão responsável pelos pagamentos dos honorários foi embasada no fato de que a docente responsável pelas aulas voltara a seu cargo, sendo que o estado não poderia pagar por dois profissionais para a mesma aula. Sendo assim, o estado não respeitou a Lei e as resoluções e cortou os honorários do docente Categoria O, que estava com problema de saúde. Assim, o aparelho burocrático do estado segue diretrizes que não estão de acordo com a seguridade de algumas leis, resoluções e decretos.

Nota-se a contratação de docentes a títulos precários, a que não são assegurados o mínimo para se viver com dignidade e segurança social. Chega-se a uma situação de calamidade social, pois o próprio Estado que assegura o arsenal jurídico é o mesmo que não executa. A professora procurou o sindicato para que seu direito seja assegurado, conforme o aparelho jurídico vigente.

O processo N° 13 refere-se a Professora de educação Básica II, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Presidente Prudente - SP. Devido ao agravamento de seu estado de saúde, a docente foi readaptada, porém, ao alcançar o tempo necessário para obtenção de aposentadoria especial, ela entrou com pedido de contagem de tempo de serviço, para fins de conseguir a aposentadoria. Porém, não computaram o período em que esteve readaptada, pois foi interpretado que, por ser readaptado, o docente passa a realizar exercício fora das funções de magistério, consideradas de natureza técnico-pedagógica.

No entanto, é importante ressaltar que, no estatuto dos funcionários públicos, no Art.40, é assegurado que “A readaptação não acarretará diminuição nem aumento de vencimento”, bem como a licença saúde, e, portanto, todo o período, desde a licença até o exercício da atividade como readaptada, deve ser computado no tempo de serviço. Este item é assegurado pela Lei n° 10.261/68, Art. 81, inciso II, que trata sobre a contagem de tempo para aposentaria, em que se leva em conta também o tempo em que o servidor estiver de licença para tratamento de saúde (BRASIL, 1968).

Assim, a professora buscou a assessoria jurídica da APEOESP, para garantir a aposentadoria especial que é seu direito, a argumentação foi similar a um dos processos já discutidos, que teve como tema central a aposentadoria especial.

O processo nº14 refere-se a Professora Educação Básica II do Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, Titular de Cargo Efetivo, residente na cidade de São Vicente - SP.

A professora é servidora pública aposentada do quadro de magistério da Secretaria Estadual da Educação. De acordo com a assessoria jurídica da APEOESP, faz jus a receber a vantagem conhecida como sexta parte dos vencimentos, que lhe foi concedida automaticamente aos 20 anos de efetivo exercício no serviço público estadual e se incorpora aos vencimentos para todos os fins.

A Constituição Estadual vigente, no seu artigo 129, assegura seu direito

Artigo 129 - Ao servidor público estadual é assegurado o recebimento do adicional por tempo de serviço concedido no mínimo por quinquênio, e vedada a sua limitação, bem como a sexta parte dos vencimentos integrais, concedida aos vinte anos de efetivo exercício, que se incorporarão aos vencimentos para todos os efeitos (SÃO PAULO, 1989).

Porém, os agentes públicos responsáveis em calcular o benefício da sexta parte apenas realizam os cálculos sobre o salário base da professora e não sobre os seus vencimentos integrais, entendendo-se como vencimentos integrais todas as vantagens por ela recebidas, tais como gratificações, adicionais, dentre outras.

Diante dos demonstrativos de pagamento que foram anexados ao processo, é constatado que a sexta parte não consta sobre os vencimentos integrais e, sim, apenas, sobre parte das verbas que compõem os seus vencimentos.

A professora buscou o departamento jurídico da APEOESP para que seus direitos sejam assegurados.

O processo de Nº 15 refere-se a Professora de Educação Básica II, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Macauba - SP.

Trabalha no serviço público estadual e, devido à doença adquirida, vem solicitando sucessivamente licenças para tratar de sua saúde, diagnosticada pelo seu médico com as seguintes moléstias: CID10 – M54.0 (Paniculite atingindo regiões do pescoço e do dorso), M75 (Lesões do ombro), M75.0 (Capsulite adesiva do ombro), M65 (Sinovite e tenossinovite), M54.4 (Lumbago com ciática), M51.2 (Outros deslocamentos discais intervertebrais especificados) e S44.7 (Traumatismo de múltiplos nervos ao nível do ombro e do braço).

Todos os relatórios realizados pelos médicos que acompanham a professora foram apresentados ao DPME, na perícia, para fins de concessão de licença saúde, e têm a

recomendação para sua readaptação, haja vista não possuir condição de retornar as atividades docentes.

Porém, mesmo após anos solicitando sucessivas licenças, o DPME insiste em ignorar o estado de saúde da professora, pois a convocou para junta médica, em 2015, e o órgão foi contrário à readaptação e solicitou seu retorno ao ambiente laboral.

A professora ainda sob tratamento não tem condições de retornar às atividades docentes, desta maneira, o departamento jurídico da APEOESP realizou argumentação jurídica similar a outros processos aqui descritos.

O processo de Nº 16 refere-se a Professora de Educação Básica I, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de São Paulo - SP.

Trabalha no serviço público estadual e, devido à doença adquirida, vem solicitando sucessivamente licenças para tratar de sua saúde, sendo diagnosticada pelo seu médico com as seguintes moléstias: CID10 – F32.9 (Episódio depressivo não especificado), F43 (Reação aguda ao “stress”) e F53(Transtornos mentais e comportamentais associados ao puerpério).

Em 2011, a professora deu entrada na guia médica, para fins de perícia, a qual foi agendada. Assim, no dia da perícia, levou todos os relatórios realizados pelos médicos que estão acompanhando seu caso, porém, à professora foi indeferida conforme publicação em DOE de 2011.

Desta maneira, inconformada com a decisão, entrou com pedido de reconsideração junto ao DPME, este, por sua vez, manteve o indeferimento conforme publicação em DOE de 2011.

A professora não está em condições de retornar às atividades docentes devido ao seu estado de saúde, desta maneira, recorreu ao departamento jurídico da APEOESP, que, por sua vez, realizou argumentação jurídica similar a outros processos aqui descritos.

O processo de Nº 17 refere-se a Professora de Educação Básica II, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Piracicaba - SP.

Trabalha no serviço público estadual e, devido à doença adquirida, vem solicitando sucessivamente licenças para tratar de sua saúde, sendo diagnosticada pelo seu médico com as seguintes moléstias: CID10 – F43.2 (Transtornos de adaptação), F43.8 (Outras reações ao stress grave) e F40.1 (Fobias sociais).

Devido ao seu limitado quadro clínico, foi readaptada pelo DPME, conforme DOE de 2005. Ocorre que a professora foi submetida a uma perícia na data de 2015 junto ao DPME, em que foi cessada de sua readaptação, conforme DOE de 2015 e com a determinação para que retornasse imediatamente ao exercício do cargo de professora.

Porém, a professora não está em condições de retornar as atividades docentes devido a seu estado de saúde e recomendação médica (laudo), desta maneira recorreu ao departamento jurídico da APEOESP, que, por sua vez, realizou argumentação jurídica similar a outros processos aqui descritos.

O processo de Nº 18 refere-se a Professora de Educação Básica II, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Garça - SP.

Trabalha no serviço público estadual e, devido à doença adquirida, vem solicitando sucessivamente licenças para tratar de sua saúde, sendo diagnosticada pelo seu médico com as seguintes moléstias: CID10 – CID10 – F33.1 (Transtorno depressivo recorrente), I10 (Hipertensão essencial (primária)), G40 (Epilepsia), G40.3 (Epilepsia e síndromes epilépticas generalizadas idiopáticas) e E03 (Outros hipotireoidismos).

Devido ao seu limitado quadro clínico, foi readaptada pelo DPME. Ocorre que a professora foi submetida a uma perícia em 2015 junto ao DPME visando a sua readaptação profissional, e foi negado seu pedido, pelo fato de a perícia entender que a professora encontra-se com sua capacidade laborativa preservada, decisão publicada em DOE.

A professora pretende continuar seus trabalhos mas sem ter consequentes agravos ao seu estado de saúde, devido aos sérios problemas de saúde que apresenta, devendo, assim, ser remanejada para uma função fora da sala de aula de acordo com suas reais condições de saúde, já que os exames e laudos foram anexos ao processo e atestam que ela não tem condições de continuar lecionando.

Desta maneira, recorreu ao departamento jurídico da APEOESP, que compreende que a decisão final do DPME pode diferir do parecer dos médicos assistentes do servidor, porém, para que esta divergência tenha valor, é preciso que seja devidamente fundamentada, o que não aconteceu no caso da professora. Assim, a APEOESP realizou argumentação jurídica similar a outros processos aqui descritos sobre o indeferimento das perícias médicas.

O processo de Nº 19 refere-se a Professora de Educação Básica II, Titular de Cargo Efetivo, pertencente ao Quadro do Magistério da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, residente na cidade de Iepê - SP.

Trabalha no serviço público estadual e, devido à doença adquirida, vem solicitando sucessivamente licenças para tratar de sua saúde, sendo diagnosticada pelo seu médico com as seguintes moléstias: CID 10: I05.2 (Estenose mitral com insuficiência I), I48 (Flutter e fibrilação atrial), I50 (Insuficiência cardíaca) e I05.1 (Insuficiência mitral reumática). Inclusive, em razão dos problemas de saúde, a professora foi readaptada.

Inesperadamente, em 2016, foi publicado em DOE um despacho do Secretário de Gestão Pública do Estado de São Paulo, cessando a readaptação. Porém, a professora não tinha condições de voltar à sala de aula devido aos tratamentos que realizava.

A assessoria jurídica da APEOESP, devido as similaridades aos processos anteriores, seguiu com a mesma linha argumentativa a fim de assegurar os direitos da professora.

Assim, diante deste rol de processos que foram abordados, é possível supor que as alterações dos órgãos públicos podem dificultar as concessões de readaptações, aposentadorias por invalidez ou prazos necessários de licenças, um exemplo disso, foram as mudanças impostas em 2013, quando houve a alteração do órgão responsável pela emissão de licenças médicas, que causou uma maior dificuldade dos docentes em usufruir tal direito³². Antes, o órgão responsável era o Departamento de Perícia Médica no Estado de São Paulo (DPME) e passou a ser a Secretaria da Educação (APEOESP, 2016).

Assim diante do exposto, segue abaixo Tabelas 5 e 6 com o perfil dos processos analisados.

32 Lei das Faltas Médicas - Lei Complementar 1041/08 | Lei Complementar nº 1041, de 14 de abril de 2008. Dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde e dá providências correlatas. Acesso em: <<http://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/129548/lei-das-faltas-medicadas-lei-complementar-1041-08>>

Tabela 5 - Dados sobre os processos coletivos

Quantidade dos Processos	Coletivos		
	3		
Gênero	Feminino	Masculino	
	45	1	
Estado Civil	Solteira(o)	Casada(o)	Nada Consta
	23	21	2
PEB	PEB I	PEB II	Nada Consta
			46
Tipos de Contrato	Efetivo	Temporário	Nada Consta
			46
Temas centrais dos processos	GAM		
	3		
Doenças em geral	Nada Consta		
	46		

Fonte: Assessoria Jurídica APEOESP, 2018. Org: Anna Paulla Artero Vilela, 2019

Tabela 6 - Dados sobre os processos individuais

Quantidade dos Processos	Individuais					
	18					
Gênero	Feminino	Masculino				
	17	1				
Estado Civil	Solteira(o)	Casada(o)	Nada Consta			
	6	9	3			
PEB	PEB I	PEB II				
	3	15				
Tipos de Contrato	Efetivo	Temporário	Nada Consta			
	15	2	1			
Temas centrais dos processos	Aposentadoria Especial	Perícias Médicas	Gratificação			
	2	15	1			
Doenças em geral	Psicológicas/ Psiquiátrica	Câncer	Problemas cardíacos	Problemas na articulação	Sistema Nervoso	Nada Consta
	6	2	2	2	1	5

Fonte: Assessoria Jurídica APEOESP, 2018. Org: Anna Paulla Artero Vilela, 2019.

O fato é que os docentes estão adoecendo e os instrumentos utilizados para fazer jus aos seus direitos têm sido os processos que são impetrados normalmente via sindicato. De acordo com a assessoria jurídica da APEOESP, após 2013, as ocorrências de processos jurídicos em prol de assegurar direitos referente a licença médica aumentaram significativamente. Porém, para o docente, tal instrumento demanda tempo e, quando se aborda saúde, cada momento é valioso para alcançar bons resultados no tratamento dos pacientes³³.

O cenário exposto demonstra a tentativa de culpabilização das vítimas por meio dos entraves burocráticos/jurídicos. Assim, a promoção da saúde que é compreendida a partir

33 Disponível em: <<http://www.apees.org.br/noticias/noticias/professores-de-sp-recorrem-mais-a-justica-para-tirar-licenca-medica/>> Acesso em: 01/08/2017

de políticas grupais como estratégia de promover a saúde coletiva, que envolve SAÚDE – TRABALHO – LAZER deve estar inserida no ambiente escolar, no intuito de se refletir que não basta se tratar apenas da doença e sim da saúde, pois a falta de saúde não é necessariamente sinônimo de doença.

Desta maneira, o sindicato tem papel fundamental, visto que,

Será necessário realizarmos uma reflexão sobre o movimento sindical, que trouxe inúmeras conquistas para os trabalhadores nas suas centenárias “lutas e labutas”, para retomar suas lutas pela promoção da saúde, da vida e da felicidade dos trabalhadores, indo além da garantia da assistência à saúde do trabalhador acidentado, mas buscando as causas socioeconômicas dos agravos e atuando na sua modificação e na eliminação dos riscos, fazendo do trabalho não um “meio de subsistência”, mas de emancipação da humanidade e da construção de um novo trabalhador. (PIGNATI, 2013, p.333).

Por motivos de enfermidade, o aparato jurídico pode ser um instrumento de luta e resistência, porém, para outros, a doença e dor são encaradas como estorvos que devem ser ocultadas para não se prejudicar profissionalmente, especialmente os docentes com contratos precários que se utilizam como estratégia a omissão como maneira de resistência à exclusão do trabalho (BARRETO; HELOANI, 2013).

Diante do que foi apresentado, há provocações que são postas para poder avançar no entendimento e debate ao refletir sobre essas questões e condições impostas. Os professores são aprisionados e pressionados cotidianamente de maneira implícita e explícita, acompanhadas normalmente de discursos, como, por exemplo: “o problema não é a educação, é você”, e é nesse momento que se produz a culpabilização, a qual desencadeia alguns dos muitos transtornos abordados, ou seja, o ônus se materializa no docente.

A título de diálogo com os dados dos processos e aprofundamento em relação às doenças, afastamentos e readaptações, opta-se em demonstrar os dados fornecidos pela DPME (2018), das 3 das 20 doenças que mais comparecem entre os docentes que exercem cargos de Professor de Educação Básica I e II (PEB). Em 1º lugar, pode-se notar, através do Gráfico 1, que a doença que mais comparece entre os diagnósticos das perícias médicas são pareceres de transtornos mentais e comportamentais, seguidas das doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo e, por último, as doenças do aparelho respiratório.

Para a primeira, pode-se notar que foram 48.843 pareceres em 2014, de um total de 101.676 perícias realizadas naquele ano; 32.119 diagnósticos no ano de 2015, de um total de 101.085 perícias; 58.625 em 2016, do total de 133.181 e 51.625 de diagnósticos em 2017, de um total de 122.911 perícias. Para as doenças do sistema osteomuscular e do tecido

conjuntivo, que ficou em 2º lugar, foram 24.302 casos no ano de 2014; 19.840 em 2015; 26.652 em 2016 e 24.921 em 2017. Em 3º lugar, foram doenças do aparelho respiratório e contou-se com 8.834 diagnósticos em 2014; 8.974 em 2015; 10.099 em 2016 e 9.556 em 2017 (Gráfico 9 e Figura 17).

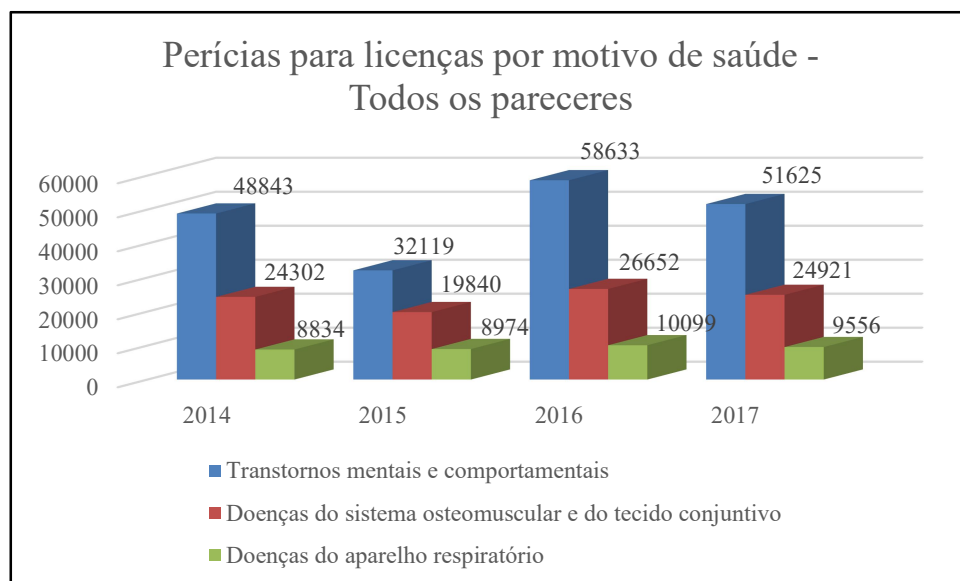
No Gráfico 9, ainda é possível identificar importante variação e superioridade da quantidade de docentes diagnosticados com transtornos mentais e comportamentais nos anos em análise, com aumento significativo entre 2015 e 2016, com 26.514 casos a mais. Em 2017, houve uma ligeira queda em relação ao ano anterior, de 7.008 pareceres, mas, ainda sim, com 19.507 diagnósticos a mais do que no ano de 2015 e 9.790 a mais do que 2014. Vale dizer que os anos em que aconteceram quedas do número de diagnósticos da doença em relação ao ano anterior foram aqueles em que tiveram menor número de perícias totais também em relação ao ano anterior. Enquanto isso, os diagnósticos das duas outras doenças não apresentaram grandes variações no período observado. Os dados e os comparativos evidenciam ainda mais a gravidade da doença que mais acomete a classe docente.

Observando, ainda, o Quadro da Figura 17 é possível perceber que o número de perícias em 2016 aumentou expressivamente em relação aos anos anteriores, ou seja, de 101.676 realizadas no ano de 2014 e 101.085 em 2015 para 133.181 em 2016, porém, nota-se queda em 2017, que teve 122.911. Variação semelhante aconteceu com o número total de perícias para licenças por motivo de saúde e pareceres favoráveis ao pedido de licença.

Vale lembrar que o fato do diagnóstico ser positivo não implica parecer favorável à licença ou readaptação. Nos Gráficos 10, 11 e 12, é possível observar o número de diagnósticos, para cada uma das 3 doenças analisadas, em relação aos números de pareceres favoráveis à readaptação.

Os dados permitem interpretar que quase a metade do total de doenças foi diagnosticada com transtornos mentais e comportamentais em todos os anos e que pode haver uma cota máxima em relação ao número total de perícias no qual o Estado determina se pode ou não conceder pareceres favoráveis/manutenção de licenças, demonstrando o direito renegado à classe docente ao seu ambiente laboral saudável ou aos cuidados necessários após o surgimento de enfermidades e até uma forma de controle sobre seus corpos, quem pode ou não ficar doente.

Gráfico 9 - Todos os pareceres das Perícias para licenças por motivo de saúde realizados nos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017



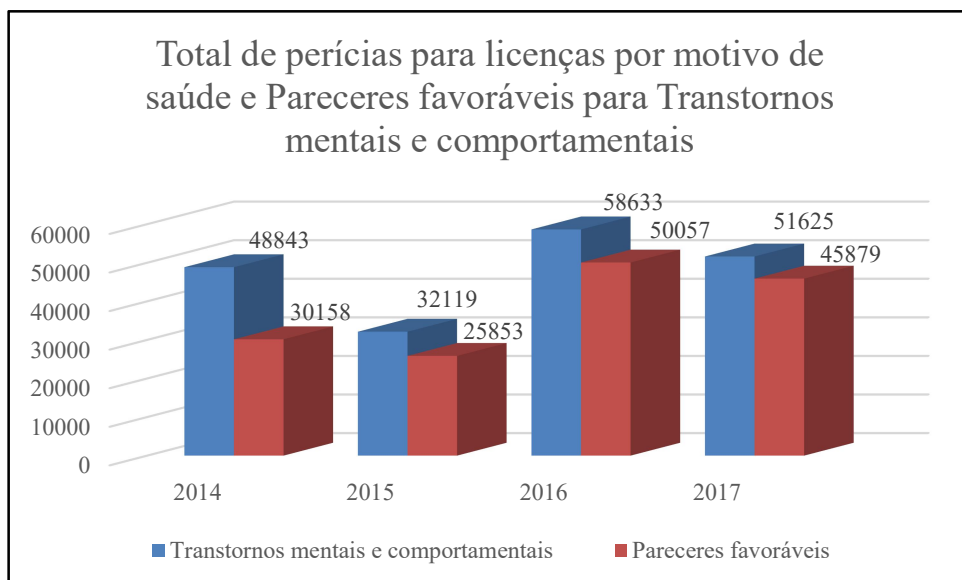
Fonte: DPME, 2018. Organização: Anna Paulla Artero Vilela, 2019.

Figura 17 - Quadro do número de Licença Saúde Para o próprio servidor da Secretaria da Educação, nos cargos Professor de Educação Básica I e Professor de Educação Básica II com parecer favorável no 1º resultado, por ano de publicação

Ano	Quantidade de Perícias
2014	101.676
2015	101.085
2016	133.181
2017	122.911

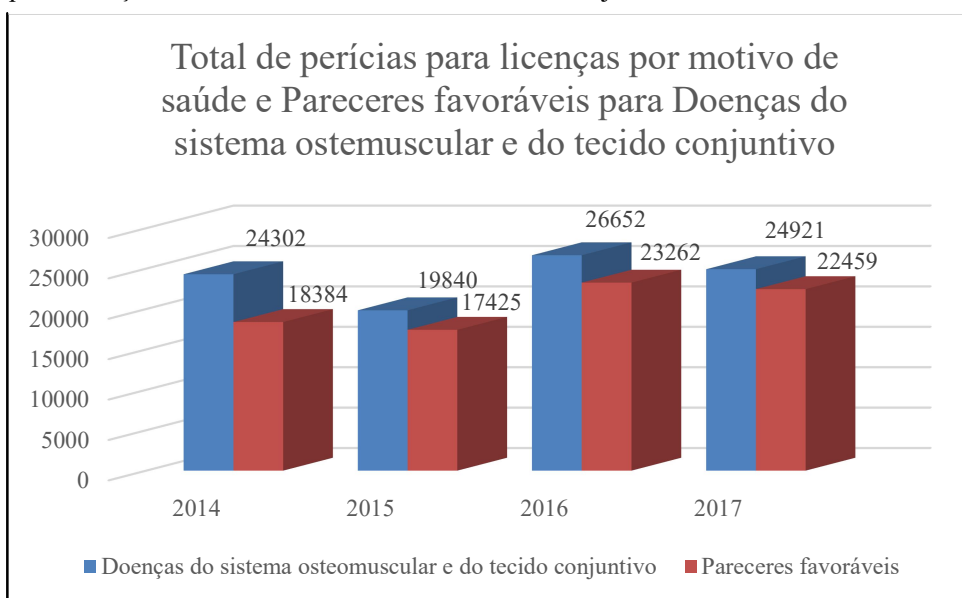
Fonte: DPME, 2018. Obs: Um mesmo servidor pode ter realizado mais de uma perícia no período.

Gráfico 10 - Total de perícias para licenças por motivo de saúde e Pareceres favoráveis para licenças



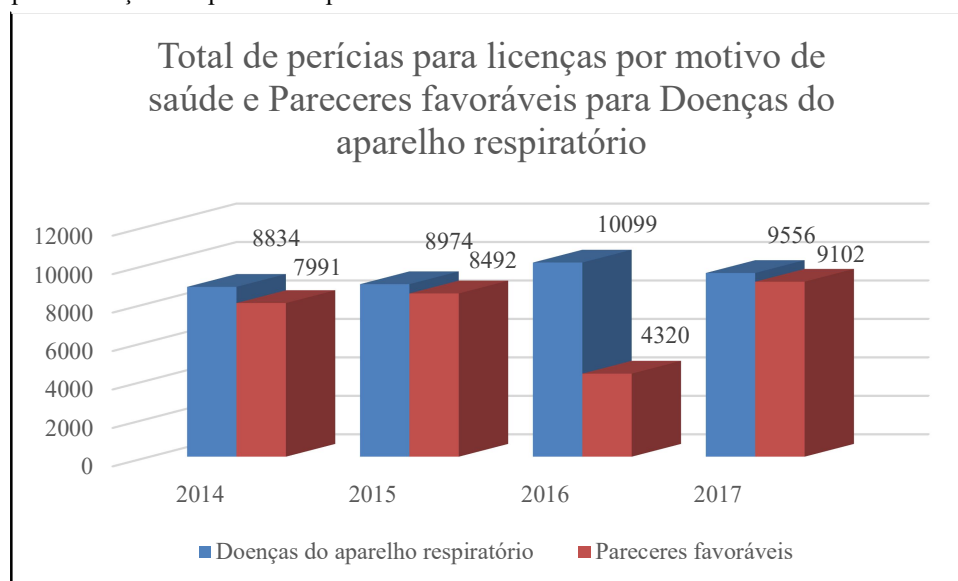
Fonte: DPME, 2018. Organização: Anna Paulla Artero Vilela, 2019.

Gráfico 11 - Total de perícias para licenças por motivo de saúde e Pareceres favoráveis para Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo



Fonte: DPME, 2018. Organização: Anna Paulla Artero Vilela, 2019.

Gráfico 12 - Total de perícias para licenças por motivo de saúde e Pareceres favoráveis para Doenças do aparelho respiratório



Fonte: DPME, 2018. Organização: Anna Paulla Artero Vilela, 2019.

Contraditoriamente à realidade dos dados observados, o Estado concedeu 1.994 readaptações/manutenções no ano de 2014; 2.930 em 2015; 2.856 em 2016 e 1.631 em 2017 contra os 48.843 diagnósticos em 2014; 32.119 em 2015; 58.625 em 2016 e 51.625 em 2017 (Figura 18). Tais dados demonstram a necessidade de melhor estudo e análise de cada caso, pois a quantidade de readaptações é muito inferior ao número de diagnósticos. Assim, para uma melhor análise a este respeito, seria necessário estudo dos históricos e laudos, o que não foi possível nessa pesquisa.

No entanto, o que se pode destacar é a preocupação em como o Estado está tratando realmente os doentes que estão produzindo. Os dados mostram queda acentuada do número de readaptados no ano de 2017 em relação aos anos anteriores, apesar do número de docentes doentes aumentar. Então, o Estado está diagnosticando as doenças, mas mantendo os docentes em sala de aula mesmo sem tratamento adequado? O ambiente laboral do docente seria como campos de concentração modernos para sua classe? Por outro lado, está havendo o diagnóstico mas e o acompanhamento está sendo de perto, pois o Estado não está concedendo licenças?

Para concluir essa análise, cabe notar os dados sobre aposentadoria por invalidez, nos quais os casos relacionados aos transtornos mentais e comportamentais cresceram assustadoramente (Figura 19). Observando os dados, pode-se notar que as aposentarias por invalidez, no caso de transtornos mentais e comportamentais, subiram de 38 docentes em 2015, 70 em 2016 e 128 em 2017, um aumento de 336,8% em 3 anos. Porém, diante de todo o

exposto, os números fazem crer que os casos que mereceriam aposentadoria são muito maiores..

Figura 18 - Quantidade de perícias de Readaptação/Manutenção Favorável publicadas da Secretaria da Educação, nos cargos Professor de Educação Básica I e Professor de Educação Básica II por polo municipal do Estado de São Paulo

POLO MUNICIPAL	2014	2015	2016	2017
ADAMANTINA	8	6	8	5
ANDRADINA	18	49	22	7
ARACATUBA	31	74	56	21
ARARAQUARA	18	25	24	8
ASSIS	11	21	16	4
AVARE	27	36	35	15
BARRETOS	14	13	27	9
BAURU	28	60	52	17
BEBEDOURO	6	7	4	3
BOTUCATU	19	26	16	4
BRAGANCA PAULISTA	29	35	41	18
CAMPINAS	78	152	102	49
CARAGUATATUBA	7	24	15	6
CARAPICUIBA	60	106	74	46
CATANDUVA	5	15	16	5
CRUZEIRO	6	10	8	9
DIADEMA	13	27	35	22
DRACENA	8	7	11	4
FERNANDOPOLIS	11	11	34	8
FRANCA	19	33	43	33
FRANCO DA ROCHA	22	19	22	14
GUARATINGUETA	12	21	31	8
GUARULHOS	130	100	186	81
ITAPETININGA	46	42	40	19
ITAPEVA	20	31	94	20
ITAQUAQUECETUBA	8	34	20	8
JACAREI	14	20	25	9
JALES	15	12	36	15
JAU	19	12	26	9
JUNDIAI	17	20	15	11
LIMEIRA	34	45	36	13
LINS	14	18	19	11
MARILIA	20	23	40	14
MAUA	18	35	52	16
MOGI DAS CRUZES	43	48	78	27
OSASCO	24	32	35	12
OURINHOS	14	24	6	13
PIRACICABA	22	45	35	13
POA	19	18	45	7
PRAIA GRANDE	36	20	54	17
PRESIDENTE PRUDENTE	26	38	54	19
PRESIDENTE VENCESLAU	7	2	19	9
REGISTRO	13	28	21	17
RIBEIRAO PRETO	26	51	19	10
RIO CLARO	4	17	5	7
SANTO ANDRE	31	41	91	26
SANTOS	22	46	32	20
SAO BERNARDO DO CAMPO	39	32	62	31
SAO CARLOS	20	20	22	5
SAO JOAO DA BOA VISTA	39	28	42	18
SAO JOAQUIM DA BARRA	7	9	25	3
SAO JOSE DO RIO PRETO	22	48	65	20
SAO JOSE DOS CAMPOS	28	42	27	12
SAO PAULO	546	928	463	679
SAO VICENTE	15	14	37	5
SOROCABA	78	109	172	46
SUZANO	36	20	51	21
TABOAO DA SERRA	29	60	51	24
TAUBATE	18	21	27	11
TUPA	13	10	19	9
VOTUPORANGA	12	10	18	9
Total Geral	1994	2930	2856	1631

Fonte: DPME, 2018.

Figura 19 - Aposentadoria por Invalidez - Secretaria de Estado da Educação, cargos Professor de Educação Básica I e II - destaque as aposentadorias concedidas com diagnósticos por transtornos mentais e comportamentais

Capítulos da CID10	2015	2016	2017
Capítulo I - Algumas doenças infecciosas e parasitárias	2	3	1
Capítulo II - Neoplasias [tumores]	21	38	26
Capítulo III - Doenças do sangue e dos órgãos hematopoéticos e alguns transtornos imunitários	0	1	0
Capítulo IV - Doenças endócrinas, nutricionais e metabólicas	2	5	0
Capítulo V - Doenças do aparelho circulatório	10	27	23
Capítulo VI - Transtornos mentais e comportamentais	38	70	128
Capítulo VII - Doenças do sistema nervoso	26	34	30
Capítulo VIII - Doenças do olho e anexos	20	17	11
Capítulo IX - Doenças do ouvido e da apófise mastóide	0	3	1
Capítulo X - Doenças do aparelho respiratório	2	4	5
Capítulo XI - Doenças do aparelho digestivo	1	0	1
Capítulo XII - Doenças do sistema osteomuscular e do tecido conjuntivo	25	44	39
Capítulo XIII - Doenças do aparelho geniturinário	3	11	2
Capítulo XIV - Lesões, envenenamento e algumas outras consequências de causas externas	2	5	1
Capítulo XV - Malformações congênitas, deformidades e anomalias cromossômicas	2	0	0
Capítulo XVI - Sintomas, sinais e achados anormais de exames clínicos e de laboratório, não classificados em outra parte	0	1	2
Total Geral	154	263	270

Fonte: DPME, 2018.

Diante de todos os dados fornecidos pela DPME, torna-se ciente da complexidade de fatores que condicionam o adoecimento docente, desta maneira, cabe ressaltar que se trata de ambientes que se tornaram locus do adoecimento, que são as escolas.

O adoecimento passou a ser a regra e não a exceção, considerado problema crônico, assim, os mecanismos utilizados pelo Estado como medida paliativa são a substituição temporária deste docente, que, por outro lado, pode também estar na mesma condição, porém de modo oculto ou omissso.

A substituição não garante uma continuidade nos conteúdos que devem ser passados aos alunos, além disso, rompe-se com a relação de afeto, pois o professor precisa de um tempo para conquistar a confiança destes últimos. Assim, o contexto sócio político deve realizar medidas concretas de solução dos problemas que estão na sua origem, ou seja, na estrutura educacional, e se utilizar da dominação político-jurídica para promoção da educação de qualidade e de todos envolvidos neste processo educativo.

As condições de trabalho estão estritamente ligadas as diversas consequências à saúde dos professores e o poder político e a gestão estão cada vez mais sendo utilizado como instrumento para promoção de interesses individuais. Desta maneira, estabelecem-se condições desfavoráveis e desnecessárias para a docência, pois, enquanto houver professor adoecendo e sendo tratado com descaso, jamais alcançará a educação de qualidade.

Conforme todo o diálogo trabalhado ao longo desta pesquisa, foi possível chegar a algumas conclusões, abordadas, a seguir, sobre o professorado paulista que se encontra adoecido diante do cenário de exploração cada vez mais intensa.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As transformações no mundo do trabalho acontecem desde a escala global até chegar à escala local, por intermédio de organizações multilaterais, estados-nação, empresas etc. Contribui-se, assim para nova reconfiguração geográfica e política.

Os dados utilizados na pesquisa, bem como as análises da conjuntura atual e interpretações da realidade, permitem apontar que o professorado paulista está vivendo intensamente as rápidas transformações que vêm acontecendo atualmente.

Em primeiro lugar, pode-se destacar que os docentes se encontram cada vez mais perdidos dentro da sala de aula nos dias atuais, pois os jovens trazem consigo novos padrões de comportamento, solidificados pela inserção abrupta das novas tecnologias e pelo mundo do capital, deixando-os paralisados e sem reação. Por sua vez, a escola não acompanha o ritmo de consumo das novas tecnologias, fazendo com que as aulas se tornem cada vez mais desinteressantes a esses jovens.

Junto a isso, profundas mudanças nas relações de/no trabalho e nas políticas que resultaram/resultam em perda de direitos produzem fragmentação da categoria e provocam a precarização das condições materiais e subjetivas de trabalho.

Além disso, somam a este cenário as precárias estruturas físicas, inadequadas para a prática educativa, tais como, salas com temperaturas altas, espaços pequenos e muitos ruídos que interferem na concentração dos alunos e do professor. A inadequação da estrutura física pode estar relacionada à quantidade de alunos em sala e ao mobiliário arruinado.

Nesse contexto, o surgimento de doenças é inevitável, as quais impactam negativamente não apenas sua atuação profissional, mas também sua vida pessoal, o que, por sua vez, reflete em péssimas condições de qualidade de vida e um quadro de deterioração da educação.

Diante dessa realidade, o papel de um sindicato contestatório é fundamental para as lutas e resistência em prol de melhores condições de trabalho, que pode refletir em melhora da qualidade do ensino e da vida pessoal, aspectos que devem ser necessariamente intrínsecos, pois é uma profissão que atua diretamente junto ao jovem numa relação de troca e mediação, portanto, deve estar recheada de afeto.

Nesse contexto, existe uma questão essencial, que é a atual conjuntura neoliberal. Essa realidade está imbutindo na sociedade novos padrões de comportamento, que podem ter como resultado a busca pela simplificação da realidade através da sua compartimentação e, inevitavelmente, superficialização das vivências individuais e coletivas. Entende-se que, ao

fragmentar a realidade, está-se nos esquivando dos fatos que são dados pelo próprio movimento dialético, podendo gerar simplificações que, ao contrário, derivam da necessidade humana de transcendência, linha divisória entre a teoria e a prática. O sofrimento individual de um problema coletivo se torna cada vez mais recorrente e individualizado.

A ausência de identidade provocado por tal contexto pode levar a um problema sério de convivência com o outro. Tal fato ocasiona a perda da natureza humana, que necessariamente é coletiva e passa, de maneira forçada, ao egoísmo. Por sua vez, interesses egoístas estão constituídos em bases individualistas, egocêntricas, solitárias etc, terreno certo para o nascimento do ódio e intolerância.

Nesse sentido, com o enaltecimento do individualismo, os sindicatos se enfraquecem como espaços de luta, pois o trabalho coletivo perde o sentido e deixa de ser prioridade, de reivindicações e resistência, de criatividade e de criação de estratégias etc, para serem substituídos por espaços inseridos na lógica do capital, portanto, embutidos de individualismo e egoísmo.

Tais características só demonstram uma parte de um todo ausente de conteúdo. Em uma luta que não tem como objetivo grandes conquistas, as quais refletem hoje cotidiano. Pensando na pequenez em que relações sociais se tornaram diante do todo, atitudes que devem ser cada vez mais contestadas se fazem necessárias, pois a frustração é um fator de adoecimento.

Assim sendo, deve-se questionar a origem e quem se beneficia com essa realidade, porém, tendo em mente que esses caminho é doloroso, pois entende que a lógica do capitalismo é alcançar riqueza sobre o esforços e trabalhos alheios e que não são pagos como deveriam, assim, todo o trabalho é retornado em miséria e precarização da saúde do trabalhador.

Nas relações entre patrão e trabalhador, o Estado deve ser o mediador na busca do equilíbrio entre as formas de trabalho. Porém, o que se consegue observar são ações que contribuem para a precarização do trabalho docente. Neste ponto, vislumbra-se uma contradição importante para ser problematizada, pois, aqui, o Estado representa também o patrão, que precariza, explora, espolia etc.

O Estado deve ser o responsável pela formação de agendas, formulação de políticas públicas planejadas, implementação de planos e metas, monitoramento e avaliação. No campo da educação, existe o Plano Nacional de Educação e os planos estaduais, com diretrizes, metas e estratégias a serem desenvolvidas e que transcendem o mandato dos

gestores públicos que estão preocupados com uma governabilidade a curto prazo e enquanto os planos são pensados a longo prazo.

As articulações de um governo para outro para dar continuidade aos projetos em andamento são feitas de modo lento ou interrompidas ao longo do mandato. A importância de politizar a população é relevante, porém insuficiente.

Acerca da dimensão espacial, considerando que este deve ser um projeto prioritário no campo da teoria da transformação social, ou seja, deve ser uma análise dialética do arranjo do espaço para propiciar e desvendar as máscaras sociais (MOREIRA, 1982).

Por fim, há de se salientar que se esta em tempos de luta por melhores condições de trabalho. Deste modo, trabalho de base para conscientização da classe trabalhadora são apenas o começo para as transformações, para que isso aconteça como unir os trabalhadores?

Neste trabalho, procuram-se expor elementos que nos instigam a pensar em cenário real de precarização do trabalho acerca dos quais se deve refletir e instigar a reflexão alheia, a fim de buscar a mediação dos conflitos e tramas existentes e que acarretam a destruição de vidas. Deste modo, pensar a partir da Geografia possibilita expor preocupações e desafios a serem problematizados. O Trabalho, interpretado a partir da precarização e dos agravos na saúde, não é tarefa fácil e tema difícil de ser abordado, porém, são discussões essenciais.

Por fim, essa pesquisa tentou realizar uma reflexão teórica sobre a questão do trabalho, sua abordagem e entendimento no mundo globalizado a fim de aprofundar os entendimentos da atividade do professorado paulista, a partir de dados e informações fornecidos por órgãos públicos. A finalidade última deste foi gerar dados e informações pertinentes ao subsídio e elaboração de políticas públicas voltadas à valorização do trabalho docente e à educação pública de qualidade desde a escala local a global.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, G.O adoecimento do trabalho como falha metabólica do capital. IN:LOURENÇO, E. Â. S.; NAVARRO, V. L. **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. 1ªed. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013.

ALVES, G. A. P..Reunião Científica sobre las formas actuales de precarización laboral enel contexto latinoamericano."**Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha**". 2010.Disponível em: <http://www.giovannialves.org/Artigo_GIOVANNI%20ALVES_2010.pdf>

ANTUNES, C. **Diário de um educador: temas e questões atuais**. Campinas: Papirus, 2007.

ANTUNES, Ricardo C. **O que é sindicalismo?**.17ªed. São Paulo, Brasiliense, 1989.

ANTUNES, R. **Adeus ao Trabalho**. São Paulo:Cortez, 1995.

ANTUNES, R. **Neoliberalismo, Trabalho e Sindicatos: reestruturação produtiva no Brasil e na Inglaterra**. 1ªed. São Paulo: Editora Boitempo, 1997.

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

APEOESP. Saúde dos professores e a qualidade do ensino. Centro de Estudos e Pesquisas (CEPES)/Subseção do Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE) da APEOESP. 2ªed. 2014. Disponível em: <http://www.APEOESP.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/saude-dos-professores-e-a-qualidade-do-ensino/>. Acesso em 02/07/2017.

APEOESP. São Paulo: on-line, 2014. Professores de SP recorrem mais à justiça para tirar licença médica.Disponível em: <http://www.apecesp.org.br/noticias/noticias/professores-de-sp-recorrem-mais-a-justica-para-tirar-licenca-medica/>. Acesso em: 02/07/2017.

APEOESP. São Paulo: on-line. História. Disponível em: <http://www.apecesp.org.br/o-sindicato/historia/>. Acesso em: 01/08/2017.

ARROYO, M. A vulnerabilidade dos territórios nacionais latino-americanos: o papel das finanças. IN: LEMOS, A. I.G.; SILVEIRA, M. L.; ARROYO, M. (org.). **Questões territoriais na América Latina**. Buenos Aires: Ed. Clacso, 2006.

BARRETO, M.; HELOANI, R. Assédio laboral e as questões contemporâneas à saúde do trabalhador. IN:LOURENÇO, E. Â. S.; NAVARRO, V. L. **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. 1ªed. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013.

BELLUZZO, L. G. M. **Valor e Capitalismo: um ensaio sobre a economia política**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BERNARDES, A. T. **A precarização do trabalho docente no ensino público estadual de São Paulo: a hegemonia neoliberal na educação pública e suas consequências para a saúde do trabalhador – uma análise a partir de Ourinhos**. Monografia (Bacharel em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Ourinhos, 2014.

BORGES, R. B; PICKENHAYN, J. A; LIMA, S. C. **Geografia e saúde sem fronteiras**. – Uberlândia(MG): Assis Editora, 2014.

BRANDÃO, Carlos Antônio. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 5 de outubro de 1988, Brasília, DF.

BRASIL. Lei Nº 8429, de 2 de junho de 1992. Dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício do mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou funcional. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXXX, n. 105, p.6993-7028, 3 jun.1992. PL1446/1991.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 20, de 15 dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: legislativo, Brasília, DF, p.1, 16 dez. 1998.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 41, de 19 dezembro de 2003. Modifica os arts. 37, 40, 42, 48, 96, 149 e 201 da Constituição Federal, revoga o inciso IX do § 3 do art. 142 da Constituição Federal e dispositivos da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: legislativo, Brasília, DF, p.1, 31 dez. 2003.

BRASIL. Emenda Constitucional Nº 47, de 05 julho de 2005. Altera os arts. 37, 40, 195 e 201 da Constituição Federal, para dispor sobre a previdência social, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: legislativo, Brasília, DF, p.1, 06 jul. 2005.

BRASIL. Lei Nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CXLIV, n.119, p.1-113, 22 jun. 2007.

BRASIL. Resolução Nº 1931/2009 - CFM, de 24 de setembro de 2009. Aprova o Código de Ética Médica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p.90, 13 out. 2009.

BRASIL. Lei Nº 11.738, de 16 julho de 2008. Institui o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 136, p. 1-74, 17 jul. 2008. PL 59/2004.

BRENNER, Neil. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. **GEOUSP**, São Paulo, n. 33, 2013, p. 198-220.

CABALLERO, L.; MILLÁN, J. **La aparición del síndrome del Burnout o de estar quemado**. Barcelona: Secretaria General d'administració i funció pública, 1999.

CALABREZ, P. Banalização da depressão. Publicado em 06 de outubro de 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=ZKm553_FfIM&t=127s>. Acesso em: janeiro 2018.

CALLAI, H. C. **Geografia em sala de aula: pratica e reflexões**. Porto Alegre: Ed da UFRGS, 1998.

CARDOSO, A. C. M. Organização e intensificação do tempo de trabalho. **Revista Sociedade e Estado**: vol. 28, n 2, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Vol.2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, I. E; GOMES, P. C. C; CÔRREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. 2ªed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2000.

CASTRO, J. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1984.

CEGET. Descrição. Disponível em :<http://ceget.fct.unesp.br/>. Acesso em : junho 2016.

CIPRIANO, M. A. F. Ilustração da capa, 2019.

CODO, W.; VASQUES-MENEZES, I. Burnout: sofrimento psíquico dos trabalhadores em educação. **Cadernos de Saúde do Trabalho**, 2000.

CODO, W; VASQUES-MENEZES, I. **O que é burnout?** IN: CODO, Wanderley (Coord) Educação: carinho e trabalho. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

COUTINHO, Luciano. A Terceira Revolução Industrial e Tecnológica. **Revista do Instituto de Economia da Unicamp**, Campinas, n. 1, p. 69-87, ago. 1992.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho**. São Paulo: Cortez, edição 5ª, 1992.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: Conceitos e temas**. 3ª. ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

ENGEL, M. G. As fronteiras da anormalidade: psiquiatria e controle social. **Hist. cienc. Saúde-Manguinhos**. Vol.5, n.3, 1999.

FARIAS, A. F. **O processo de formação inicial de professores dos anos iniciais da EJA : uma análise do curso de Pedagogia de universidades estaduais de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática docente**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GARCIA-ROZA, L.A. **Freud e o Inconsciente**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

GIROTTTO, E. D.; PASSOS, F. G.; OLIVEIRA, J. V. P. de; CAMPOS, L. de. A geografia da reorganização escolar. IN: GIROTTTO, E. D. (Org). **Atlas da rede estadual de educação de São Paulo**. 1ªed. Curitiba: CRV, 2018.

GORZ, André. **Crítica da divisão do trabalho**. Tradução Estela dos Santos Abreu. – 3º. Ed. – São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GUIMARÃES, R. B. Produção da escala geográfica e a política de saúde. IN: SPOSITO, E. S; SANT'ANNA NETO, J. (Orgs). **Uma Geografia em movimento**. 1ªed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HIDAKA, R. **As políticas neoliberais dos Governos Covas e Alckmin (1995-2006) e o movimento sindical dos professores do ensino oficial do Estado de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.

IANNI, Octavio. Globalização e Neoliberalismo. **Revista São Paulo em Perspectiva**, 1998 edição 12, nº2.

HOBBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

KARNAL, L. **O que é ser professor?**. Publicado em 18 de de outubro de 2016. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=ZpRIldxYj74>>. Acesso em: fevereiro 2018.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Tradução de Lúcia MathildeEndlich Orth – Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

LEGUIZAMÓN, S. Á. **Pobreza y desarrollo en América Latina**. 1ªed. Salta: EUNSA, 2009.

LOURENÇO, E. Â. S.; NAVARRO, V. L. **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. 1ªed. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes; CNTE, 1997.

LUZIO-DOS-SANTOS, L.M; OLIVEIRA, Bernardo CARLOS. S.C.M. Competição ou cooperação, solidariedade ou individualismo: A natureza humana em debate. In: BORINELLI, B.;SANTOS, L. M. L; PITAGUARI, S. O. (Org). **Economia solidária numa pluralidade de perspectivas**, Londrina: EDUEL, 2011.

MARX, Karl. **Para a crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Apresentação de Jacob Gorender; coordenação e revisão de Paul Singer; tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosófico**. Textos filosóficos. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1993.

MELLO, Alex Fiuza de. **MARX e a globalização**. 1ªEdção. BOITEMPO EDITORIAL. 1999.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx**. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**: o socialismo no século XXI.Tradução de Ana e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2002.

MOSÉ, V. **O homem que sabe**: Do homo sapiens à crise da razão. 1ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013. Recurso digital.

MOSÉ, V. **A escola e os desafios contemporâneos**. 1ªed. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2013.

MOREIRA, Ruy. **Geografia: teoria crítica: o saber posto em questão**. Rio de Janeiro: Vozes, 1982.

MOREIRA, Ruy. **O que é geografia**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. (Primeiros Passos, 48).

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUEIRA, A. J. F. M..**A liberdade desfigurada** - a trajetória do sindicalismo no setor público brasileiro. 1. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

OBSERVATÓRIO DIGITAL DE SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO.Disponível em:<https://observatoriosst.mpt.mp.br/>. Acesso em: agosto 2017.

OIT. São Paulo: online. Disponível em :
<https://www.ilo.org/safework/info/publications/WCMS_466547/lang--pt/index.htm>.
Acesso em: 02/08/2017.

OLIVEIRA, L.. Que é Geografia?..**Sociedade& Natureza**, Uberlândia, MG, v. 11, p. 89-95, 1999.

PAULA, A. E. H. A ação territorial dos sindicatos no limar do século XX no Brasil. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, São Paulo, SP, v. edição especial, p. 59-70, 2009.

PAULA, R. P. **Uma história da APEOESP (1945 – 1989):** Entre o sacerdócio e a contestação – Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

PAULA, R. P. A trajetória do sindicalismo docente: perspectivas e desafios. IN: GINDIN, J.; FERREIRA, M. O. V.; DAL ROSSO, S. et al. **Anais do IV Seminário da Rede de Pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo dos Trabalhadores em Educação**. Brasília : Paralelo 15, 2013.

PÊGO, Francinara Pereira Lopes; PÊGO, Delcir Rodrigues. Síndrome de Burnout. **Rev. Bras. Med. Trab.** v.14, n.2, 2016.

PIGNATI,W.O processo saúde-trabalho-doença, os sindicatos e os desafios para a vigilância em saúde do trabalhador. IN:LOURENÇO, E. Â. S.; NAVARRO, V. L. **O avesso do trabalho III: saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. 1ªed. São Paulo: Ed. Outras Expressões, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização** – 6ª ed. - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]** : métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho. – 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

QUARESMA, Silvia Jurema Leone. Estado e dominação nos pressupostos de Marx, Weber e Durkheim.**achegas.net**, v. 42, p. 96-104, 2009.

RAY, C. **Tempo, espaço e filosofia**. Campinas: Papyrus, 1993
RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS. O que é RAIS?Disponível em:<http://www.rais.gov.br/sitio/sobre.jsf>. Acesso em: agosto 2016.

SANTOS, A. O.. Redução de jornada de trabalho e sindicalismo:nos limites do propositvo. In: Roberto Leme Batista; Renan Araújo. (Org.). **Desafios do Trabalho: Capital e Luta de Clases no Século XXI**. 1ºed.Maringá: Editora Praxis, 2003, v. 1, p. 203-222.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ª. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, M. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. **Território**. Ano IV, n. 6, p. 5-20, Rio de Janeiro, 1999.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** Rio de Janeiro: Record, edição 26, 2001.

_____. **Espaço e método.** São Paulo: EDUSP, 2012.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, W. S. As relações entre gênero e docência na educação infantil. **Periódico Científico Projeção e Docência**, v.06, nº02, 1-10, 2015

SÃO PAULO. Lei Nº 10.261, de 28 de outubro de 1968. Dispõe sobre o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: executivo**, São Paulo, p.2, 29 out. 1968. PL 118/1968.

SÃO PAULO. Lei Nº 500, de 13 de novembro de 1974. Institui o regime jurídico dos servidores admitidos em caráter temporário e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: executivo**, São Paulo, p.3, 14 nov. 1974. PL 386/1974.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 180, de 12 de maio de 1978. Dispõe sobre a instituição do Sistema de Administração de Pessoal e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: executivo**, São Paulo, p.1, 13 maio 1978. PLC 7/1978.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 444, de 27 de dezembro de 1985. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Paulista e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: executivo**, São Paulo, p.1, 31 dez. 1985. PLC 65/1985.

SÃO PAULO. Decreto Nº 29.180, de 11 de novembro de 1988. Institui o Regulamento de Perícias Médicas - R.P.M. e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: executivo**, São Paulo, p.5, 12 nov. 1988.

SÃO PAULO. Constituição Estadual de São Paulo, de 05 de outubro de 1989. O Povo Paulista, invocando a proteção de Deus, e inspirado nos princípios constitucionais da República e no ideal de a todos assegurar justiça e bem-estar, decreta e promulga, por seus representantes, a CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: executivo**, São Paulo, p.1, 6 out. 1989.

SÃO PAULO. Deliberação Nº 9/97 - CE, de 04 de agosto de 1997. Institui, no Sistema de Ensino do Estado de São Paulo, o regime de progressão continuada no ensino fundamental, São Paulo, p.820-830, 04 ago. 1997.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 836, de 30 de dezembro de 1997. Institui Plano de Carreira, Vencimentos e Salários para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação e dá outras providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: executivo**, São Paulo, p.1, 31 dez. 1997. PLC 38/1997.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 909, de 28 de dezembro de 2001. Institui o Bônus Mérito às classes de docentes do Quadro do Magistério e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo: executivo**, São Paulo, p.3, 29 dez. 2001. PLC 46/2001.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 977, de 06 de outubro de 2005. Institui Gratificação por Atividade de Magistério - GAM para os servidores que especifica e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, São Paulo, p.6, 07 out. 2005. PLC 24/2005.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 1.010, de 01 de junho de 2007. Dispõe sobre a criação da SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV, entidade gestora do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - RPPS. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, São Paulo, p.1, 02 jun. 2007. PLC 30/2005.

SÃO PAULO. Lei Nº 12.730, de 11 de outubro de 2007. Proíbe o uso de nos estabelecimentos de ensino do Estado, durante o horário de aula. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, São Paulo, p.1, 12 out. 2007. PL 132/2007.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 1041, de 14 de abril de 2008. Dispõe sobre o vencimento, a remuneração ou o salário do servidor que deixar de comparecer ao expediente em virtude de consulta ou sessão de tratamento de saúde e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, São Paulo, p.1, 15 abr. 2008. PL 80/2007.

SÃO PAULO. Decreto n. 53.037, de 28 de maio de 2008. Dispõe sobre a regionalização dos concursos públicos para provimento de cargos do Quadro do Magistério, da Secretaria da Educação, define normas relativas a remoção, a substituição e a contratação temporária de docentes e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, São Paulo, p.1, 29 maio 2008.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 1.078, de 17 de dezembro de 2008. Institui Bonificação por Resultados – BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. 2008. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, São Paulo, p.1, 18 dez. 2008. PLC 41/2008.

SÃO PAULO. **Manual de Bonificação por Resultados**. Governo do Estado de São Paulo. Secretaria de Planejamento e Gestão. Unidade de Desenvolvimento e Melhoria das Organizações Serviço de Apoio à Bonificação por Resultados. 2008. Disponível em: <http://200.144.30.104/der/dtm/webdtms/Anexo/006-15-1.PDF>. Acesso em: nov/2018.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 1.093, de 16 de julho de 2009. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado de que trata o inciso X artigo 115 da Constituição Estadual. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, São Paulo, p.1, 17 jul. 2009. PLC 19/2009.

SÃO PAULO. Lei Complementar Nº 1.107, de 23 de abril de 2010. Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério, da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, São Paulo, p.1, 24 abr. 2010. PLC 08/2010.

SÃO PAULO. Resolução SE-12, de 18 de março de 2014. Dispõe sobre a situação funcional dos servidores da Secretaria da Educação que se encontram na condição de readaptados. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**: executivo, seção I, p. 17-18, 19 de março 2014.

SÃO PAULO. São Paulo: on-line. Relação dos governantes no período de 1900 a 2012. Disponível em: <https://www3.al.sp.gov.br/historia/governadores-do-estado/governantes2.htm>>. Acesso em: 01/02/2019.

SECRETARIA DE PREVIDÊNCIA. Dados abertos – Previdência Social e INSS. Disponível em: <http://www.previdencia.gov.br/dados-abertos/dados-abertos-previdencia-social/>. Acesso em: setembro 2016.

SENNETT, R. P. **Artífice**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, F.L.G. Apropriação da Subjetividade da Classe Trabalhadora: burocracia e autogestão. **ORG & DEMO**. v.5, 2004.

SOUZA, M. L. de..**Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2003.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e Filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em Presidente Prudente: a lógica da expansão territorial urbana**. 1983. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro.

SPOSITO, M. E. B. A urbanização sob o capitalismo. In: **Capitalismo e Urbanização**. São Paulo, Contexto, 1988.

SPOSITO, M. E. B. **Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo**. 2011, 43f. Projeto Temático FAPESP (Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2011.

THOMAZ JR. A. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. **Revista GEOSUL**, Florianópolis, v.19, n.37, 6 – 26, 2004.

THOMAZ JR, A. Por uma Geografia do Trabalho!. IN: SPOSITO, E. S; SANT'ANNA NETO, J. (Orgs). **Uma Geografia em movimento**. 1ªed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

THOMAZ JR, A. Degradação E Centralidade Do Trabalho: As Contradições Da Relação Capital X Trabalho E O Movimento Territorial De Classe. IN: **Revista Pegada**. Vol. 13 n.2, Presidente Prudente, SP – Dez/2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/issue/view/170H>>

THOMPSON, E. P.. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TONET, E.R.C; MELO, A.R.de. A Globalização e a Influência da Mídia na Sociedade. Paraná: Governo do Estado do Paraná, Secretaria da Educação, 2014. Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2014/2014_uenp_geo_artigo_elaine_regina_costa.pdf. Acesso em: nov/2018.

TUAN, YI-FU. **Paisagens do Medo**. São Paulo: Ed. UNESP, 2006

UGÁ, Vivian Dominguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Revista Sociologia Política**, Curitiba: nov. 2004. p. 55-62. Disponível em: . Acesso em: 14 out. 2010.

ZARAGOZA, J. M. E. **O mal estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. 1ª ed. São Paulo: Ed. EDUSC, 1999.

ANEXOS

Europa cresce pouco e vê recessão no início de 2012

O conjunto das economias dos 27 países da União Europeia cresceu apenas 0,2% no terceiro trimestre em relação ao trimestre anterior. As previsões são ainda piores: encolher nos últimos três meses deste ano e provavelmente entrar em recessão no início de 2012.

Uma das explicações para o baixo crescimento é a política de cortes de gastos, que provocou redução de investimentos e do consumo.

A desconfiança se alastra. Além do sul da Europa, França, Bélgica e Áustria viram disparar seus prêmios de risco. **Mundo A10**

DELFIN NETTO

Diante da falta de responsabilidade fiscal, mercado cobra o seu preço

A tragédia da Eurolândia revela que o jogo dialético entre "mercado" e "uma" não é uma linha reta: pode sofrer graves e custosos desvios.

Não há sistema que resista à irresponsabilidade fiscal. Quando lideranças políticas tiram proveito de passagens situações econômicas favoráveis para permanecer no poder, o "mercado" cobra o seu preço. **Opinião A2**

Investimento em obras públicas do PAC baixa pela 1ª vez desde 2007

Poder A4

Em dois dias de choques na Síria, saldo é de mais de 90 mortos

Mundo A13

MÔNICA BERGAMO

Segurança é insatisfatória em 60% dos museus do país **Ilustrada E2**

CIÊNCIA

Cratera no Piauí pode ser da época dos dinossauros **C9**

ESPORTE

Palmeiras tem de bater Vasco e pode ajudar o Corinthians **D6**

TEC

Nanicas digitais vencem Apple em disputas de patentes **F1**

Jovem diz ter sido escrava sexual de Gaddafi aos 15 anos

Safia, usando nome falso por questões de segurança, contou ao "Le Monde" como virou escrava sexual do ditador líbio Muammar Gaddafi aos 15 anos de idade.

Ela afirmou que foi estupro durante cinco anos, quando integrou o harém de Gaddafi. O ditador também manteria relações com homens. **Mundo A14**

morro EM TRANSE

Na noite que antecedeu a ocupação, bares fecharam cedo e só um grupo dançava funk. O Vidigal nunca mais seria igual, conta **Artur Voltolini**. No sábado, a polícia começou a revistar carros e mochilas. As imagens da prisão de Nem, chefe do tráfico na região, chamavam a atenção. **Cotidiano C4**

mercado B1

Mito do jornalismo gratuito caiu, afirma ex-chefe do 'NYT'

66 páginas - 262.444 exemplares
Estão incluídas 8 páginas do Tec

RODÍZIO Cotidiano C2

Não devem circular carros com placas cujo final seja: 5 ou 6

ATMOSFERA Cotidiano C2

Sensação de frio aumenta na capital
Mínima 16°C Máxima 20°C

FALE COM A FOLHA

Veja como entrar em contato com o serviço ao assinante, as editorias e o ombudsman **fales.folha.com.br**



» 'DESOCUPE WALL STREET' Polícia de Nova York detém um manifestante que tentava voltar para o Zuccotti Park, ocupado desde setembro; 70 pessoas foram presas na ação para desmontar o acampamento em Wall Street **Mundo A12**

17 Estados descumprem lei salarial de professor

Legislação estabelece piso e parte da jornada a ser respeitada fora de classe

Aprovada há mais de três anos, a lei nacional do piso do magistério não é cumprida em pelo menos 17 das 27 unidades da Federação.

A legislação prevê mínimo de R\$ 1.187 a professores da educação básica pública, por 40 horas semanais, excluindo as gratificações.

A lei também assegura que os docentes passem ao menos 33% desse tempo fora das aulas para poderem atender aos estudantes e preparar aulas. A regra visa melhorar as condições de trabalho dos docentes e atrair jovens mais bem preparados para o magistério.

O levantamento da **Folha** mostra que a jornada extra-classe é o ponto mais descumprido da lei: 15 Estados a descumprem, incluindo São Paulo, onde 17% da carga é fora da classe. Entre esses 15, quatro (MG, RS, PA e BA) também não pagam o mínimo salarial.

O Ministério da Educação afirma que a lei deve ser aplicada imediatamente, mas que não pode obrigar Estados e municípios a isso. A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação recomendou a seus sindicatos que entrem na Justiça. **Cotidiano C3**



» CHUVA CÀ E LÁ Freguês de padaria na Aclimação observa árvore que caiu sobre 3 carros; acidente com ônibus perto de Pindamonhangaba deixou ao menos 10 mortos **Cotidiano C6 e C7**

Planalto já discute com líderes do PDT a saída de Lupi

Líderes do PDT, partido do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, já começaram a discutir com o Palácio do Planalto o rito para sua substituição na Esplanada.

Segundo a **Folha** apurou, emissários da presidente Dilma Rousseff avisaram a dirigentes da legenda que o governo não descarta a saída de Lupi antes da reforma ministerial de 2012. **Poder A6**

EDITORIAIS Opinião A2

Leia "Desaceleração chinesa", sobre o impacto disso na economia brasileira, e "Trânsito pesado", acerca da restrição à circulação de caminhões.



SITUAÇÃO DOS PROFESSORES NO PAÍS

O que prevê a lei nacional do piso do magistério e o que é feito em cada Estado

	AC	AL	AM	AP	BA	CE	DF	ES	GO	MA	MG	MS	MT	PA	PB	PE	PI	PR	RJ	RN	RO	RR	RS	SC	SE	SP	TO
PISO SALARIAL A lei estabelece piso de R\$ 1.187 (jornada de 40 horas semanais)	✓	✓	✓	✓	✗	✓	✓	✓	✗	?	✗	?	✓	✗	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✗	✓	✗	✓	✓	✓	✓
Valor do piso (em R\$)*	1.187	1.187	1.338	2.171	1.106	1.187	3.400	1.540	1.006	-	616	-	1.665	1.121	1.235	1.188	1.187	1.224	2.195	1.187	950	2.239	791	1.187	1.187	1.894	1.239
JORNADA EXTRA-CLASSE Professores devem ficar no mínimo 33% da jornada fora da sala de aula**	✗	?	?	✓	✗	✗	✓	✗	✓	✗	✗	?	✓	✗	✓	✗	✗	✗	✓	✗	✓	✗	✗	✓	✓	✗	✗
Fração da carga horária destinada a extraclasse (em %)	25	-	-	40	30	20	33	20	43,7	20	25	-	33	20	33	30	30	20	33	16,7	35	20	20	45	37,5	17	20 a 22

*Valor ajustado para jornada de 40 horas semanais

**Tempo para preparar aulas, corrigir trabalhos etc.

Fonte: Secretarias Estaduais de Educação

63% dos Estados descumpram ao menos uma regra da lei do piso

Ao menos quatro Estados estão fora das duas normas para o magistério

Lei nacional prevê remuneração de R\$ 1.187 para 40 horas semanais e 33% de tempo extraclasse

Entidade recomenda que sindicatos de professores entrem com ações judiciais contra Estados infratores

FÁBIO TAKAHASHI
LUIZA BANDEIRA
DE SÃO PAULO

Aprovada há mais de três anos, a lei nacional do piso do magistério não é cumprida em pelo menos 17 das 27 unidades da Federação.

A legislação prevê salário mínimo de R\$ 1.187 a professores da educação básica pública, em jornada semanal de 40 horas, excluindo as gratificações, e assegura que os docentes passem ao menos 33% desse tempo fora das aulas.

A ideia é que os professores tenham melhores condições de trabalho com aumento salarial e período remunerado para atender aos alunos, preparar as aulas e estudar.

O levantamento da *Folha* com as secretarias estaduais de Educação mostra que a jornada extraclasse é o ponto mais desrespeitado da lei: 15 Estados a descumpram, incluindo São Paulo, onde 17% da carga é fora da classe.

Desse grupo, quatro (MG, RS, PA e IA) também não pagam o mínimo salarial, ou seja, estão totalmente fora da legislação nacional. Outros dois desrespeitam só o salário.

Para aumentar o período dos docentes fora da sala de aula é preciso contratar mais profissionais ou elevar a carga dos que já estão na rede — ambas opções são custosas.

A lei pode ajudar professores como Dilliana Márcia de Barros Lisboa, 43, que leciona história e geografia a adolescentes em duas escolas estaduais de Minas Gerais. Seu salário base é R\$ 712.

Ela só consegue corrigir trabalhos e preparar aulas à noite. "Com esse salário, apenas sobrevivo", diz Dilliana.

IMBRÓGLIO JURÍDICO

A implementação da lei do piso foi conturbada. Sancionada em julho de 2008, foi contestada três meses depois no Supremo Tribunal Federal pelos governos de MS, PR, SC, RS e CE. Uma das principais argumentações era que a regra significava intromissão em assunto que caberia a cada Estado e município.

Em abril deste ano, o Supremo decidiu que a lei não fere a Constituição.

O Ministério da Educação afirma que a regra deve ser aplicada imediatamente, mas que não pode obrigar Estados e municípios a cumpri-la.

Por outro lado, a gestão

Prêmio Nobel de Física

Tempo, Einstein e a tremenda fria que valeu um Nobel

Palestra no ETAPA



Dr. William Daniel Phillips
Físico da National Institute of Standards and Technology e da Universidade de Maryland nos Estados Unidos, o Dr. William Daniel Phillips recebeu o Prêmio Nobel de Física em 1997 pelo desenvolvimento do método para resfriar e aprisionar átomos com luz de laser.

O Dr. William Daniel Phillips estará no Brasil para a comemoração dos 60 anos do CNPq e realizará uma palestra para os alunos do Ensino Médio do Colégio Etapa e convidados com demonstrações experimentais e explicações básicas sobre o fantástico desenvolvimento da ciência.

Data: 22 de novembro de 2011 (terça-feira)
Horário: 9h
Local: Auditório Etapa (Rua Vergueiro, 951)
Inscrições: www.colgioetapa.com.br/nobel
Vagas: limitadas

Colégio ETAPA

Dilliana disse que pode ajudar redes com dificuldades financeiras, desde que elas comprovem a necessidade — o que não tem ocorrido, afirma o Ministério da Educação.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação disse que recomendou a seus sindicatos que entrem na Justiça para cobrar a adoção. Governadores e secretários podem sofrer ações de improbidade administrativa.

"Estados e municípios não se prepararam porque apostaram que ganhariam no Supremo", disse o presidente da confederação, Roberto Leão.

O Consed (órgão que reúne secretários estaduais de Educação) disse ser favorável à lei, mas que é necessário um período para transição. "O impasse não interessa a ninguém", disse o vice-presidente Danilo de Melo Souza.

Colaboraram PAULO PEXIDOTO, em Belo Horizonte, e as Secretarias de Educação e Rio



Dilliana dá aulas em 2 escolas de MG e ganha menos que piso

ANÁLISE

Sem pacto, país fica distante da educação de qualidade

MOZART NEVES RAMOS
ESPECIAL PARA A FOLHA

Ao contrário do que ocorre nos países que estão no topo da educação, os jovens brasileiros não desejam seguir a carreira de professor.

São necessárias políticas para mudar o cenário, incluindo salário, plano de carreira atraentes e formação.

Um professor no Brasil, segundo a Pnad 2009, ganha, em média, 40% menos do que profissionais com o mesmo nível de escolaridade.

Para reverter o quadro, o MEC propôs meta de equiparação salarial do magistério com as demais profissões, no Plano Nacional de Educação, que está no Congresso.

Uma das estratégias é fazer valer a decisão do Supremo Tribunal Federal de implementar a lei do piso salarial do magistério. Isso só irá se concretizar com a efetiva suplementação financeira do governo federal, uma vez que a maioria dos municípios tem dificuldades orçamentárias.

Há ainda o entrave em relação aos 33% da jornada de docente destinados às atividades extraclasse. Segundo alguns Estados e municípios, o percentual implica a necessidade de novas contratações, o que esbarra na Lei de Responsabilidade Fiscal.

Diante de tantas dificuldades, uma coisa é certa: sem pacto nacional pela valorização dos professores, continuaremos distantes da educação de qualidade a todas as crianças e jovens do Brasil.

MOZART NEVES RAMOS é consultor de movimento Todos Pela Educação e do Conselho Nacional de Educação

Governos dizem que irão se adequar à lei

DE SÃO PAULO

A maior parte dos Estados que descumpram a lei disse que vai se adequar à regra.

O governo de São Paulo informou "que finaliza" o mecanismo para adotar a carga extraclasse mínima. O Rio Grande do Sul disse que se adaptará até 2014.

Minas Gerais afirmou que já encaminhou projeto ao Legislativo para se adequar. A tramitação, porém, foi suspensa após a criação de comissão de negociação que discute o acordo que pôs fim a uma greve de 112 dias.

O piso é desrespeitado em uma das duas opções de carreira, que possui 38% da ca-

tegoria, segundo o governo.

A Bahia afirmou que fechou acordo na semana passada com docentes. Maranhão disse que já finalizou o projeto. Rondônia, Goiás, Pará e Espírito Santo afirmaram que se adequarão.

Acre e Rio Grande do Norte disseram possuir avaliação interna que aponta que cumprem a carga extraclasse, ainda que os percentuais informados estejam abaixo dos 33%.

Pernambuco afirmou que ainda há dúvidas jurídicas em relação à lei.

"Todos queremos o piso e a jornada extraclasse. Mas se o impacto é muito grande, não adianta insistir, precisamos de tempo para transição", disse o vice-presidente do Consed (conselho dos secretários estaduais de Educação), Danilo de Melo Souza. (PT e LIG)

Professores e garçons estão entre os bicos mais buscados

Chance. Quantidade de trabalhadores informais cresceu de 668 mil para 746 mil, aponta a Acic. Medida é saída para o desemprego

Pesquisa realizada pela plataforma Bicos – serviço virtual que faz a ponte entre trabalhadores e contratantes – revela que professores, motoristas e garçons estão entre os bicos com mais demanda no mercado de trabalho. De acordo com a Acic (Associação Comercial e Industrial de Campinas), essa atividade informal é responsável por 20% da movimentação econômica de Campinas.

A RMC (Região Metropolitana de Campinas) fechou o primeiro trimestre deste ano com 171,5 mil pessoas desempregadas. No mesmo período do ano passado, a região tinha 116,5 mil moradores sem postos de trabalho. Diante de tantas vagas fechadas, a população precisou encontrar alternativas e viu nos bicos a oportunidade de turbinar a renda para bancar as despesas diárias.

Balanco da Acic aponta que o número de trabalhadores informais na região de Campinas cresceu

171,5 mil

desempregados surgiram na região de Campinas durante os primeiros três meses deste ano, de acordo com a Acic

11,6%, passando de 668 mil para 746 mil se comparar os três primeiros meses do ano passado com o mesmo período deste ano. “Esses trabalhadores informais fazem muitas atividades. Tem aqueles que optam por vender produtos, mas também tem muita gente que dá aula particular, adentra cães ou trabalha como diarista”, esclarece o economista da Acic, Laerte Martins.

“Eu trabalhava numa empresa metalúrgica de Jaguariúna há três anos, mas fui demitido em janeiro. Um amigo me ofereceu uma chance para ser garçom e aceitei”, conta Adriano Alves Batista, 35 anos, que revela ter driblado o sufoco da crise econômica

por intermédio do bico que conseguiu. “Quando você é mandado embora, fica desesperado. Aprendi muito com esse serviço de garçom. Conheci pessoas e estou conseguindo fechar as contas no fim do mês”, afirma.

Assim como Batista, a jornalista Tahiana Silva Carnielli, 33 anos, viu nos bicos a chance de deixar as contas em dia. “Eu faço freelancer no jornalismo, mas também sou recepcionista e trabalho com promoção de eventos. Para quem quer conseguir uma vaga, é necessário correr atrás e não ter vergonha. Eu estou conseguindo manter as despesas e guardar dinheiro”, comemora Tahiana.

O educador financeiro Ricardo Alves recomenda que o trabalhador faça do bico uma ponte para a formalização e economize dinheiro para conseguir enfrentar os momentos difíceis.



HIDAIANA ROSA
METRO CAMPINAS

RANKING DE BICOS MAIS BUSCADOS



FONTE: PLATAFORMA BICOS (WWW.BICOS.COM.BR)

Férias de julho. Destinos nacionais são os favoritos

Seis em cada 10 brasileiros que pretendem viajar nas férias de julho procuram destinos nacionais, segundo pesquisa realizada pelo site TripAdvisor. Cidades com praias são as favoritas (30%), seguidas por metrópoles (26%) e montanhas (25%).

O estudo mostra ainda que a última semana do mês (25 de julho) é a mais barata em oito dos dez destinos mais populares para as férias escolares. No topo do ranking de locais mais procurados, aparece Gramado (RS), seguido por Jericócoara (CE) e Orlando, nos Estados Unidos.

A pesquisa foi realizada com base nas buscas e no interesse de reservas de turistas brasileiros, além do custo médio de uma viagem de uma semana, passagens aéreas, refeições e passeios. Entre as dez cidades mais procuradas, Natal (RN), Fortaleza (CE) e Caldas Novas (GO) são

os destinos com os menores custos médios, com valores abaixo de R\$ 4.000 para uma viagem de uma semana.

Segundo uma pesquisa adicional feita pelo TripAdvisor com usuários brasileiros, 34% dos entrevistados planejam gastar menos nas férias de julho de 2016 em relação ao mesmo período do ano passado, enquanto 30% irão manter o orçamento e apenas 19% pretendem aumentar seus gastos.

O levantamento mostra que 29% pretendem gastar mais de R\$ 3.000 por pessoa, 15% estimam gastar entre R\$ 1.001,00 e R\$ 1.500, e outros 11% devem gastar de 1.501 a 2.000. Oito em cada dez irão viajar uma vez ao longo do mês de julho e quase metade (41%) planeja viajar por 7 a 10 dias.

As ofertas são um fator determinante para a escolha do destino. ● METRO

Namorados. Vendas devem despencar 8,5%

As vendas do varejo relacionadas ao próximo Dia dos Namorados devem registrar queda de 8,5% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo estimativa da CNC (Confederação Nacional do Comércio). Se a projeção for confirmada, será o pior resultado da série histórica, iniciada em 2004. No ano passado, o setor apresentou recuo de 1,1%.

“Essa retração é resultado do aumento do desemprego, aliado à elevação do custo do crédito e à queda da confiança dos consumidores”, diz o economista da CNC Fabio Bentes.

A data, uma das principais do calendário varejista, deve movimentar R\$ 1,8 bilhão, ou 3,5% do faturamento esperado para todo o mês de julho.

Principal carro-chefe das vendas na data, o segmento de vestuário e acessórios deverá registrar perda real de 8,7%

8,7%

é a queda prevista para os setores de roupas de acessórios, de acordo com a pesquisa de intenção de compras

em relação ao ano passado. A mesma tendência de queda das vendas deverá ser seguida pelo ramo de informática e comunicação (-10,5%).

Por outro lado, menos dependentes do crédito, as lojas de artigos pessoais e utilidades domésticas (-3,1%) e as farmácias e perfumarias (-0,6%) deverão registrar perdas menores.

Dos 25 bens e serviços mais consumidos no Dia dos Namorados, sete tiveram reajuste significativo, acima da inflação medida pelo IPCA-15 acumulada nos últimos 12 meses, de 9,6%. ● METRO

Inadimplência. Mais jovens estão com dívidas em atraso

Cerca de 9,4 milhões de jovens com idade entre 18 e 25 anos entraram para a lista de devedores em março, o que representa 15,7% do total de 60 milhões de inadimplentes do país, segundo levantamento realizado pela Serasa Experian. Essa é a maior parcela já registrada desde 2012 e coloca os jovens no segundo lugar no ranking de devedores.

A maior proporção de inadimplentes (19,1%) está na faixa etária entre 41 e 50 anos, porém, está crescendo mais entre os jovens os casos de dívidas não quitadas no prazo.

Esses jovens têm sido afetados pelo desemprego. No primeiro trimestre, a taxa de desocupação na população de 18 a 24 anos atingiu 24,1%, uma alta de 6,5 pontos percentuais sobre igual período de 2015, de acordo com os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

9,4 milhões

de jovens entre 18 e 24 anos entraram para o cadastro de devedores em março, segundo pesquisa da Serasa Experian

Para os economistas da Serasa Experian, além do desemprego, a dificuldade em honrar os compromissos ocorre devido à alta da inflação e dos juros.

“A falta de experiência dos jovens no crédito e a maneira mais impulsiva na hora de fazer compras também contribuem para esse resultado”, acrescentam os representantes da empresa que avalia os créditos dos consumidores.

A saída defendida pelos economistas é a renegociação das dívidas dos clientes. ● METRO